

TOMADA DE PREÇOS

Nº 009/2018

Contratação de empresa para execução da Casa de Velório em Santo Antônio do Rio Verde.

INDICE GERAL

DO EDITAL

Item 1	-	Do Preâmbulo
Item 2	-	Do Local e Data
Item 3	-	Do Objeto e Localização
Item 4	-	Da Consulta, Divulgação e Entrega do Edital
Item 5	-	Das Condições para Execução, Especificações e Normas Técnicas
Item 6	-	Das Fontes de Recursos e Dotação Orçamentária
Item 7	-	Da Fundamentação Legal
Item 8	-	Do Tipo da Licitação
Item 9	-	Dos Prazos
Item 10	-	Do Reajuste
Item 11	-	Da Rescisão
Item 12	-	Do Acréscimo ou Supressão de Serviços
Item 13	-	Das Condições para Participação na Licitação
Item 14	-	Da Garantia para Licitar (Caução)
Item 15	-	Dos Custos da Licitação
Item 16	-	Da Visita ao Local dos Serviços e Informações Técnicas
Item 17	-	Do Conteúdo dos Documentos, dos Esclarecimentos e da Impugnação do Edital
Item 18	-	Da Preparação e Forma de Apresentação da Documentação e das Propostas
Item 19	-	Dos Documentos de Habilitação (Envelope nº 01)
Item 20	-	Das Propostas de Preços (Envelope nº 02)
Item 21	-	Da Abertura dos Envelopes e Critérios de Julgamento das Propostas
Item 22	-	Do Exame da Documentação
Item 23	-	Do Exame das Propostas de Preços
Item 24	-	Da Notificação dos Resultados, Procedimentos Recursais e Adjucação do Contrato
Item 25	-	Das Medições dos Serviços
Item 26	-	Das Formas de Pagamento
Item 27	-	Dos Cronogramas
Item 28	-	Das Disposições Gerais

DOS ANEXOS

Anexo I	-	Termo de Referência
Anexo II	-	Memorial Descritivo
Anexo III	-	Declaração de Sujeição ao Edital
Anexo IV	-	Carta Credencial
Anexo V	-	Declaração de que Não Emprega Menores
Anexo VI	-	Declaração de Enquadramento de Microempresa
Anexo VII	-	Atestado de Visita Técnica
Anexo VIII	-	Declaração de Capacidade Financeira
Anexo IX	-	Modelo de Proposta de Preços
Anexo X	-	Memorial de Cálculo
Anexo XI	-	Composição de BDI

- Anexo XII** - Cronograma Físico Financeiro
- Anexo XIII** - Projetos
- Anexo XIV** - Minuta do Contrato de Execução de Serviços
- Anexo XV** - Declaração de desistência de Visita Técnica

PROCESSO LICITATÓRIO
TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2018

1 – PREÂMBULO

PROCESSO:	2018007640
INTERESSADO:	Secretaria Municipal de Obras.
OBJETO:	Execução da Casa de Velório em Santo Antônio do Rio Verde.
MODALIDADE DA LICITAÇÃO:	Tomada de Preços
FORMA DE EXECUÇÃO:	Indireta
TIPO DE LICITAÇÃO:	Menor Preço
REGIME DE EXECUÇÃO:	Empreitada por Preço Global
DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES:	15/05/2018, às 09h00min
DATA DA ABERTURA E JULGAMENTO:	15/05/2018
HORÁRIO:	09h00min
LOCAL:	Auditório da Prefeitura Municipal de Catalão - GO Rua Nassin Agel nº 505 – Setor Central
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:	Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores

O **MUNICÍPIO DE CATALÃO - GO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.505.643/0001-50, com sede administrativa na Rua Nassin Agel nº 505 – Setor Central, através de sua Comissão Permanente de Licitação, via do seu Presidente, Sr. Niremborg Antônio Rodrigues Araújo, instituída pelo Decreto nº 416/2017, de 30 de junho de 2017, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, objetivando a **contratação de empresa para execução da Casa de Velório de Santo Antônio do Rio Verde**, conforme especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência, no Projeto de Arquitetura e demais projetos complementares, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Memorial de Cálculo, Composição do BDI e Cronograma Físico-Financeiro em anexos, partes integrantes deste Edital, para atender a Secretaria Municipal de Obras, cuja sessão pública de abertura e julgamento se dará em dia e horário designados no preâmbulo deste.

2 – DO LOCAL E DATA

2.1 - A licitação realizar-se-á na data, horário e local designados no preâmbulo deste, perante a Comissão de Licitação, no Auditório da Prefeitura Municipal de Catalão, localizada na Rua Nassin Agel nº 505 – Setor Central, Catalão - GO.

2.2 - Na hipótese de não haver expediente na data de entrega e abertura dos envelopes, fica a referida TOMADA DE PREÇOS, automaticamente, transferido para o primeiro dia útil subsequente àquela, na mesma hora e local.

3 – DO OBJETO E LOCALIZAÇÃO

3.1 - O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa, objetivando a **contratação de empresa para execução da Casa de Velório de Santo Antônio do Rio Verde**, com fornecimento de materiais, mão-de-obra, equipamentos e tudo o mais que se fizer bom e necessário para a execução dos serviços e em conformidade com as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência, no Projeto Básico, Memorial Descritivo,

Planilha Orçamentária, Memória de Cálculo, Composição do BDI e Cronograma Físico-Financeiro, partes integrantes deste Edital.

3.2 - O orçamento estimado dos quantitativos de serviços, materiais e insumos foi elaborado pelo município de acordo com as áreas levantadas e a referência de preços é a Tabela 128 – Custo Obras Civas – Novembro 2017 - Desonerada; (SINAPI) – Tabela de Preços Composições Sintético – 01/2018 – Desonerada; SINAPI – Tabela de Preços e Insumos – 01/2018.

4 – DA CONSULTA, DIVULGAÇÃO E ENTREGA DO EDITAL

4.1 - O **EDITAL** e os respectivos anexos poderão ser consultados por qualquer interessado na sede da Prefeitura Municipal de Catalão, localizada na Rua Nassin Agel nº 505 – Setor Central, Catalão - GO, **das 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 16h00min, até a data aprazada**, ou ainda via internet, no endereço eletrônico: www.catalao.go.gov.br.

4.2 - O **AVISO** será publicado no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal, local oficial das publicações dos atos do Poder Executivo (art. 118 da Lei Orgânica do Município), bem como no Portal do Município de Catalão (site internet - www.catalao.go.gov.br), no Diário Oficial do Estado de Goiás-DOE e em Jornal de grande circulação e o **EDITAL** cadastrado no Portal dos Jurisdicionados – Sítio do TCM/GO.

4.3 - O **EDITAL** estará disponível gratuitamente, a qualquer interessado no site www.catalao.go.gov.br.

5 – DAS CONDIÇÕES PARA A EXECUÇÃO, ESPECIFICAÇÕES E NORMAS TÉCNICAS

5.1 - Na execução dos serviços objetos do presente Edital, deverão ser observadas, de modo geral, as Especificações e as Normas Técnicas vigentes, aquelas complementares e particulares e outras pertinentes às obras em licitação, constantes dos respectivos projetos e Memorial Descritivo anexo, as instruções, recomendações e determinações da Fiscalização e da Supervisão.

6 – DAS FONTES DE RECURSOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO VALOR

6.1 - Os recursos financeiros para pagamento dos encargos referentes a esta licitação são oriundos do Tesouro Municipal, alocados no Orçamento vigente, na seguinte dotação a orçamentária: **01.3019.15.541.4020.1633- 449051 – Reforma e Ampliação de Prédios públicos e Logradouros Públicos.**

6.2. O Valor Máximo Global estimado desta contratação é de **R\$ 406.549,91 (quatrocentos e seis mil, quinhentos e quarenta e nove reais e noventa e um centavos)**

7 – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

7.1 - A presente licitação rege-se-á pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/93 e suas alterações posteriores.

8 – DO TIPO DA LICITAÇÃO

8.1 - A presente licitação obedecerá ao tipo de "menor preço global", nos termos do artigo 45, § 1º, inciso I da Lei nº 8.666/93, de 21/06/93 e suas alterações posteriores.

9 – DOS PRAZOS

9.1 - Para Assinar o contrato:

9.1.1 - A licitante vencedora deverá comparecer para assinar o contrato e retirar o respectivo instrumento contratual dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação feita pela **PREFEITURA DE CATALÃO**.

9.2 - Para Início:

9.2.1 - O prazo contratual será contado em dias consecutivos a partir do dia seguinte ao da emissão da Ordem de Serviços. A contratada obriga-se a promover a anotação do contrato no CREA/CAU com jurisdição do local da obra.

9.2.2 A vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, a partir da assinatura da Ordem de Serviços

9.3 - Ordem de Serviço:

9.3.1 - Deverá ser expedida dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da assinatura do contrato.

9.4 - Para Conclusão:

9.4.1 - Os serviços contratados deverão estar executados e concluídos dentro do prazo de **07 (sete) meses**, de acordo com o Cronograma Físico Financeiro e contados a partir da emissão da Ordem de Serviços.

9.5 - Prorrogação:

9.5.1 - O prazo contratual estabelecido poderá ser prorrogado dentro da vigência do prazo anterior, na forma prevista na Lei nº 8.666/93, de 21/06/93 e suas alterações posteriores.

9.6 - Condições para Recebimento da Obra:

9.6.1 - O recebimento das obras, após sua execução e conclusão, obedecerá ao disposto nos arts. 73 a 76 da Lei nº 8.666/93, de 21/06/93 e suas alterações posteriores.

10 – DO REAJUSTE

10.1 - Os preços contratuais serão reajustáveis com periodicidade anual, tomando-se por base a data de apresentação das ofertas, pela variação do índice da Coluna 2 - Disponibilidade Interna, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, com a aplicação da seguinte fórmula de reajuste:

$$I_1 - I_0$$
$$R = \frac{I_1 - I_0}{I_0} \times V$$

Onde:

R = Valor de reajustamento

I₁ = Índice do 12º mês após a apresentação de ofertas

I₀ = Índice do mês de apresentação de ofertas

V = Valor das obras e/ou serviços realizados a preços iniciais

10.2 - Caso o valor do índice não esteja disponível na data do cálculo do reajuste, utilizar-se-á o índice disponível e o cálculo do reajuste será corrigido no certificado de pagamento seguinte.

10.3 - Nos atrasos por culpa e responsabilidade da contratada, os índices de reajustes serão aplicados até as datas contratuais previstas para o efetivo faturamento. Sendo injustificáveis esses atrasos ao prazo contratual das obras e serviços, não caberá qualquer reajuste.

10.4 - As condições de reajustamento de preços acima estipuladas poderão vir a ser alteradas, caso ocorra à superveniência de normas federais ou estaduais que disponham de forma diferente sobre a matéria.

11 – DA RESCISÃO

11.1 - O contrato oriundo desta licitação poderá ser rescindido nos seguintes casos, além das situações previstas nos arts. 78 e 79 da Lei nº 8.666/93:

11.1.1 - Por mútuo acordo entre as partes;

11.1.2 - Por iniciativa da **PREFEITURA DE CATALÃO**, independente da interpelação judicial ou extrajudicial, quando ocorrer:

11.1.2.1 - Falência;

11.1.2.2 - Descumprimento pela contratada de qualquer cláusula contratual;

11.1.2.3 - Atraso no cronograma de entrega da obra por motivo não justificado, se superior a 30 (trinta) dias.

12 – DO ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO DE SERVIÇOS

12.1 - A critério da **PREFEITURA DE CATALÃO** poderão ser suprimidos ou acrescidos serviços até o limite estabelecido no art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93, não previstos e necessários.

12.2 - Os acréscimos não previstos no orçamento estimativo da **PREFEITURA** serão efetuados através de Termo Aditivo, e o seu preço unitário será elaborado de comum acordo entre as partes envolvidas no contrato.

13 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

13.1 - Poderão participar desta licitação toda e qualquer empresa brasileira que satisfaça plenamente todas as condições do presente Edital e seus anexos e que, até o terceiro dia antes da abertura das propostas estejam cadastradas na **PREFEITURA DE CATALÃO**.

13.1.1 - Para efeito de cadastramento, os interessados deverão apresentar até o dia **11 de abril de 2018** junto ao Setor de Protocolo os documentos a seguir relacionados:

Habilitação Jurídica (art. 28 Lei 8.666/93)

I - cédula de identidade;

II - Registro comercial, comprovado por meio do documento “Requerimento de Empresário” para empresário, devidamente deferido e registrado na Junta Comercial do respectivo Estado;

II.a- Tratando-se de Microempreendedor, constituído na forma da Lei Complementar nº 128, de dezembro de 2008, deverá ser apresentado o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual;

III - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

III.a- Tratando-se de Sociedade Empresária em que tenha ocorrido alteração contratual, deverão ser apresentados o Contrato Social e todas as alterações, com respectivos registros na Junta Comercial, ou o Contrato Social consolidado devidamente registrado, também na Junta Comercial.

IV - inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

V - decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Regularidade Fiscal (art.29 Lei 8.666/93)

I - prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) **ou** no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC);

II - prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - prova de regularidade para com a **Fazenda Federal, Estadual e Municipal** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei; “

IV - prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.”

Qualificação Técnica (art.30 Lei 8.666/93)

- I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;
- II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;
- III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

Qualificação Financeira (art.31 Lei 8.666/93)

- I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- II - certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;
- III - garantia, nas mesmas modalidades e critérios previstos no caput e § 1º do Art. 56 desta Lei, limitada a 1% (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação.

Todos os documentos deverão ser apresentados por cópias autenticadas em Cartório competente com o devido selo de autenticidade ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Presidente da Comissão de Licitação ou, ainda, por publicação em órgão da imprensa oficial.

13.2 - As interessadas que estejam em processo de recuperação judicial, desde que apresente certidão emitida pela instância judicial que certifique sua aptidão econômica para tal mister.

13.3 - Não poderá participar desta licitação empresas enquadradas em qualquer das hipóteses a seguir elencadas:

- a) Que se encontrem sob falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação e que não cumpram o disposto no subitem 13.2;
- b) Cujo responsável técnico seja o autor ou responsável técnico pela elaboração do projeto, memorial descritivo, memorial de cálculo, planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro, pessoa física ou jurídica;
- c) Que, isoladamente ou em consórcio, seja responsável pela elaboração do projeto, memorial descritivo, memória de cálculo, planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro, ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

- d) Cujo diretor, responsável técnico ou sócio figure como funcionário, empregado ou ocupante de cargo comissionado na **PREFEITURA DE CATALÃO** ou, ainda, pertençam, simultaneamente, a mais de uma empresa licitante;
- e) Pessoa física ou jurídica que tenha sido indicada, nesta mesma licitação como subcontratado de outra licitante;
- f) Que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas inidôneas ou punidas com suspensão por órgão da Administração Pública Direta ou indireta, nas esferas Federal, Estadual ou Municipal, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial, conforme o caso, pelo órgão que o praticou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;
- g) Grupos de empresas e consórcios;
- h) Estrangeiras que não funcionem no País; e,
- i) Arroladas no artigo 9º da Lei 8.666/93.

13.4 - As licitantes participantes deverão estar cientes de que o objeto desta licitação estará sujeito à aceitação pelo órgão recebedor, ao qual caberá o direito de recusar, caso não esteja de acordo com o especificado no presente edital ou não obedeça à legislação vigente, as normas técnicas cabíveis ou ainda por questão de interesse público, devidamente justificado.

13.5 - A participação nesta licitação implica automaticamente na aceitação integral e incondicional de todos os termos, cláusulas e condições previstas neste Edital e seus anexos, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

14. DA GARANTIA DA PROPOSTA (CAUÇÃO)

14.1 - A licitante efetuará até o dia **15/05/2018**, o depósito de garantia para manutenção da proposta de preço, para fins de habilitação, conforme previsto no art. 31, alínea III da Lei nº 8.666/93, optando por uma das modalidades contidas no caput e § 1º do art. 56 da citada lei, correspondente a 1% (um por cento) sobre o valor total estimado da obra que é de **R\$ 4.065,49 (Quatro mil, sessenta e cinco reais e quarenta e nove centavos)**.

14.1.1 - Caução em títulos da dívida pública original devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

14.1.2 - Caução através de Seguro-Garantia deve vir, obrigatoriamente, em original e acompanhado do comprovante de pagamento referente à emissão da apólice. Se emitida eletronicamente (internet), deve informar o local para verificação da sua autenticidade.

14.2 - A Secretaria de Finanças da **PREFEITURA DE CATALÃO** expedirá o comprovante de recolhimento do valor da garantia aos cofres municipais, no ato do depósito. *As garantias prestadas pelas licitantes serão liberadas ou restituídas individualmente, no momento da*

devolução de documentos das licitantes inabilitadas ou desclassificadas em caráter definitivo ou, ainda, se a licitante foi habilitada mas não vencedora após a homologação do certame e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

14.3 - Caso a empresa se sagre vencedora do certame, para a execução do contrato, dela será exigido, ainda, garantia da perfeita execução do contrato, até 02 (dois) dias anteriores a emissão da Ordem de Serviços, no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, deduzido o percentual da caução ofertada em garantia da manutenção da proposta, conforme subitem 14.1 acima, optando a contratada por uma das modalidades contidas no caput e § 1º do art. 56 da Lei 8.666/93.

14.4 - A garantia de que trata o subitem 14.3 será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

15 – DOS CUSTOS DA LICITAÇÃO

15.1 - A licitante deverá arcar com todos os custos associados à preparação e apresentação de sua proposta. A **PREFEITURA DE CATALÃO** em nenhuma hipótese será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos na licitação ou os resultados desta, bem como não haverá restituições ou indenizações de despesas efetuadas pela licitante, caso haja anulação do presente certame.

16 – DA VISITA AO LOCAL DOS SERVIÇOS E INFORMAÇÕES TÉCNICAS

16.1 - A visita Técnica poderá ser realizada no horário de funcionamento da Secretaria Municipal de Obras, que compreende das **09h00min e 16h00min**, na sede da **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**, o Engenheiro responsável irá acompanhar os prepostos das empresas, devidamente indicados pelas mesmas, onde deverão visitar o local das obras e serviços referidos no item 3, para constatar as condições de execução e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos. O Secretário Municipal de Obras e o Engenheiro responsável da Prefeitura, conjuntamente ou isoladamente, fornecerão os necessários Atestados de Visita Técnica e demais informações técnicas. **Esses atestados serão juntados à Documentação de Habilitação.**

16.2. A licitante que não manifestar interesse em realizar a vistoria técnica, DEVERÁ juntar no ato da HABILITAÇÃO, declaração de que conhece o local da obra e as condições que este se encontra, conforme anexo XVI.

16.3. As Visitas Técnicas poderão ser agendadas através do telefone **(64) 3441-5039** ou pelo e-mail **secobras.catalao@gmail.com**

17 – DO CONTEÚDO DOS DOCUMENTOS, DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

17.1 - O Caderno de Licitação será composto de:

- Edital;
- Anexo I** - Termo de Referência
- Anexo II** - Memorial Descritivo

Anexo III	-	Declaração de Sujeição ao Edital
Anexo IV	-	Carta Credencial
Anexo V	-	Declaração de que Não Emprega Menores
Anexo VI	-	Declaração de Enquadramento de Microempresa
Anexo VII	-	Atestado de Visita Técnica
Anexo VIII	-	Declaração de Capacidade Financeira
Anexo IX	-	Modelo de Proposta de Preços
Anexo X	-	Memorial de Cálculo
Anexo XI	-	Composição de BDI
Anexo XII	-	Cronograma Físico Financeiro
Anexo XIII	-	Projetos
Anexo XIV	-	Minuta do Contrato de Execução de Serviços
Anexo XV	-	Declaração de desistência de Visita Técnica

Os Anexos X, XI, XII e XIII poderão ser entregues as interessadas também em meio magnético (CD), perante a Comissão de Licitação.

17.2 - A licitante deverá examinar cuidadosamente todas as instruções, condições, projetos, quadros, planilhas, documentos-padrão, exigências, normas e especificações citadas neste Edital e em seus anexos.

17.3 - Esclarecimentos sobre os Documentos:

- a) Os interessados poderão solicitar até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data da licitação, quaisquer esclarecimentos e informações, pessoalmente junto a Comissão de Licitação, no endereço da **PREFEITURA DE CATALÃO**, ou através de comunicação direta à Comissão de Licitação, pelo e-mail licitacao@catalao.go.gov.br. A **PREFEITURA DE CATALÃO** responderá aos pedidos de esclarecimentos **APENAS** via e-mail.

17.4 - Deficiências no atendimento aos requisitos para apresentação da Documentação e Propostas de Preços correrão por conta e risco da licitante. Documentação e Propostas que não atenderem aos requisitos dos documentos integrantes do Edital e seus anexos implicarão na inabilitação ou desclassificação da licitante.

17.5 - Retificação dos Documentos:

- a) Em qualquer ocasião antecedendo a data de entrega das propostas, a **PREFEITURA DE CATALÃO** poderá, por qualquer motivo, por sua iniciativa ou em consequência de respostas fornecidas a solicitações de esclarecimentos, modificar os referidos documentos mediante a emissão de errata, que será publicada nos mesmos meios de divulgação e publicidade que se deu o Aviso deste Edital.

17.6 - Visando permitir as licitantes, prazo razoável para levarem em conta a errata na preparação da Documentação e Propostas de Preços, a **PREFEITURA DE CATALÃO** poderá prorrogar a entrega das mesmas, pelo prazo que, na forma da lei, for julgado necessário.

17.7 - Impugnação do Edital:

- a) Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos ou providências em relação ao presente Edital, ou ainda para impugna-lo quanto a possíveis falhas ou irregularidades que o viciariam, desde que o faça com antecedência de até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, formalizada por escrito e endereçada ao Presidente da Comissão de Licitação, mediante comunicação direta protocolada junto ao Setor de Protocolo da **PREFEITURA DE CATALÃO**, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 03 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113 da Lei 8.666/93;
- b) Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital perante a Administração a licitante que não o fizer até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a abertura dos envelopes com as propostas, as falhas ou irregularidades que viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso;
- c) Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do Edital, capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame;
- d) A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar deste certame até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente;
- e) A inabilitação da licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

18 – DA PREPARAÇÃO E FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E DAS PROPOSTAS

18.1 - Inicialmente, a proponente entregará a Documentação de **Habilitação**, que deverá ser apresentada em uma única via, e, posteriormente, a **Proposta de Preços**, que deverá ser apresentada em 01 (uma) via, sendo 01 (uma) impressa em papel timbrado da empresa datilografadas ou digitadas em linguagem clara e objetiva, sem erros, rasuras ou entrelinhas, em envelopes fechados, denominados “Envelope nº 01 e Envelope nº 02”, respectivamente, endereçados à Prefeitura Municipal de Catalão, indicando clara e visivelmente o nome da licitante, o número do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ, o número do envelope, a titulação do seu conteúdo (DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ou PROPOSTA DE PREÇOS) e o número do Edital.

19 – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 01)

19.1 - Para a habilitação na presente licitação exigir-se-á das licitantes a documentação abaixo relacionada, que deverá ser apresentada em uma única via e conter obrigatoriamente:

19.1.1 - Certificado de Registro Cadastral – CRC, expedido pela **PREFEITURA DE CATALÃO** até o dia **11 de maio de 2018**;

19.1.2 - A documentação relativa à **habilitação jurídica** consistirá em:

- a) Documento público de identificação contendo foto (Cédula de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação ou documento público de Identidade Profissional

- todos válidos na forma da lei) e inscrição no cadastro de pessoa física (CPF) do representante legal da empresa e do procurador habilitado, conforme o caso;
- b) Procuração pública ou particular com firma reconhecida, no caso de outorga de poderes;
 - c) Registro comercial, comprovado por meio do documento “Requerimento de Empresário” para empresário, devidamente deferido e registrado na Junta Comercial do respectivo Estado;
 - c.1)** Tratando-se de Microempreendedor, constituído na forma da Lei Complementar nº 128, de dezembro de 2008, deverá ser apresentado o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual;
 - d) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores;
 - d.1)** Tratando-se de Sociedade Empresária em que tenha ocorrido alteração contratual, deverão ser apresentados o Contrato Social e todas as alterações, com respectivos registros na Junta Comercial, ou o Contrato Social consolidado devidamente registrado, também na Junta Comercial.
 - e) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
 - f) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

19.1.3 - A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista consistirá em:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível como objeto contratual;
- c) Prova de regularidade fiscal do Município de domicílio ou sede da licitante;
- d) Prova de regularidade fiscal do Estado de domicílio ou sede da licitante;
- e) Prova de regularidade para com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, através da Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- f) Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- g) Comprovação de regularidade trabalhista através da Certidão Negativa de Débito Trabalhista - CNDT.

19.1.4 - A documentação relativa à qualificação técnica consistirá em:

- a) Prova de registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, da empresa e de seus responsáveis técnicos, podendo vir em uma mesma certidão;
- b) Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA da região pertinente, nos

termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução de obra ou serviço de características semelhantes ao objeto desta licitação que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação;

b.1) O(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica do(s) profissional(is) deverá(ão) estar devidamente(s) registrado(s) no CREA da região onde os serviços foram executados;

b.1.1) O(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica do(s) profissional(is) deverá(ão) estar acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) pelo CREA da região onde os serviços foram executados, comprovando a execução, para pessoa jurídica de direito público ou privado, de serviço(s) compatível e pertinente ao objeto.

b.1.2) Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados **deverão comprovar a existência de vínculo profissional com a empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta**, entendendo-se como tal, para fins deste certame:

- I- O sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social;
- II- O administrador ou o diretor, por meio de Cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia do estatuto social e da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;
- III- O empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e
- IV- O prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação CONTRATUAL FUTURA, caso o licitante se sague vencedor do certame. Obs.: os documentos elencados neste inciso (iv) deverão obrigatoriamente, constar firma reconhecida do engenheiro contratado (responsável técnico(s)).

b.1.3) A comprovação de vínculo empregatício de que trata o subitem acima não será exigida para efeito de habilitação, mas tão somente para efeito de contratação, que deve ser considerada da data de apresentação da proposta até o prazo de execução do contrato (**Acórdãos nº 2.028/09-P, 2.583/10-P, 3.095/10-P, 2.360/11-P e 2.447/12-P e a Súmula/TCU nº 272**).

b.2) A(s) certidão(ões) e/ou atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter as seguintes informações básicas:

- Nome do contratado e do contratante;

- Identificação do contrato (tipo ou natureza da obra);
- Localização da obra (localização e extensão);
- Serviços executados.

b.3) O atestado ou certidão que não atender a todas as características citadas nas condições acima, não será considerado pela Comissão de Licitação.

19.1.5 - A documentação relativa à qualificação econômico-financeira consistirá em:

a) A qualificação econômico-financeira da empresa será avaliada na forma abaixo, que não sendo atendida resultará na consequente inabilitação da mesma:

a.1) Capacidade financeira cujo valor apurado não poderá ser inferior ao valor do orçamento da **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**, obtida pela fórmula:

$$\text{CFA} = 5 (\text{AC} + \text{RLP} + \text{IT} - \text{ELP} - \text{PC})$$

a.2) Liquidez corrente cujo valor apurado não poderá ser inferior a 1,0 (um), obtida pela fórmula:

$$\text{LC} = \text{AC} / \text{PC}$$

a.3) Liquidez geral cujo valor apurado não poderá ser inferior a 1,0 (um), obtida pela fórmula:

$$\text{LG} = (\text{AC} + \text{RLP}) / (\text{PC} + \text{ELP})$$

a.4) Grau de endividamento geral cujo valor apurado deverá ser menor ou igual a 0,8 (zero vírgula oito), obtido pela fórmula:

$$\text{GE} = (\text{PC} + \text{ELP}) / \text{AT}$$

Onde:

AC = Ativo Circulante;

RLP = Realizável a Longo Prazo;

IT = Imobilizado Total;

AT = Ativo Total;

PC = Passivo Circulante;

ELP = Exigível a Longo Prazo.

a.5) **As empresas licitantes deverão apresentar PLANILHA demonstrando sua boa situação financeira, devidamente assinada pelo contador da empresa, conforme alínea “a” acima, cujos elementos serão retirados do Balanço Patrimonial exigido pelo item “b” a seguir:**

- b) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social já exigível, e apresentada na forma da lei, exceto para ME ou EPP, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data prevista no item 1 (um) deste Edital, devendo ser apresentada à respectiva memória de cálculo;
- c) Certidão Negativa de Falência e Concordata, expedida pelo(s) Distribuidor(es) da sede da licitante em data não anterior a 30 (trinta) dias da data da entrega das propostas;
 - c.1) Estão dispensadas da apresentação da Certidão negativa de falência de que trata o subitem anterior as licitantes em processo de recuperação judicial, desde que apresentem certidão emitida pela instância judicial que certifique sua aptidão econômica para tal mister.

19.1.6 - Outros documentos:

- a) **Declaração de sujeição ao edital e de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação (ANEXO III);**
- b) **Atestado de visita técnica (ANEXO VII);**
- c) **Declaração que não emprega menor de idade em observância ao disposto no artigo 7º, XXXIII da Constituição Federal e Lei Federal nº 9.854/99, art. 1º (ANEXO V);**
- d) **Declaração de recebimento de Caução (fornecido pela Secretaria de Finanças do Município);**
- e) **Declaração de Enquadramento como ME - Microempresa ou EPP - Empresa de Pequeno Porte (ANEXO VI), com firma reconhecida;**
- f) **Declaração de Capacidade Financeira (ANEXO VIII).**
- g) **Declaração de Desistência de Visita Técnica (ANEXO XVI)**

19.2 - Quando da apresentação da documentação se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz;

19.3 - Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão ser apresentados em nome e com o CNPJ da filial e, dentre estes, os documentos que em razão da centralização e certidão conjunta, deverão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz que abrangerá todas as suas filiais;

19.4 - Se a licitante for a matriz e a prestadora dos serviços a filial, os documentos deverão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente, salvo os documentos que em razão da centralização e certidão conjunta deverão ser apresentados

em nome e com CNPJ da matriz que abrangerá todas as suas filiais.

19.5 - A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das **ME/EPP ou MEI**, bem como dos equiparados, enquadrados nos termos no art. 34 da Lei nº 11.488/07 e art. 3º, § 4º, VI da Lei Complementar nº 123/2006, somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação no certame, nos termos da legislação vigente.

19.5.1 - No caso das **ME, EPP ou MEI**, estas deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da LC 123/06).

19.5.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das **ME, EPP ou MEI**, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis às pessoas jurídicas determinadas no item 19.5, contados do momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, restrita a regularidade fiscal e trabalhista.

19.5.3 - A não regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

19.5.4 - Se a melhor oferta não tiver sido apresentada por **ME, EPP ou MEI** e não ocorrendo a contratação de **ME, EPP ou MEI** em razão de irregularidade fiscal serão convocados as remanescentes que porventura sejam consideradas empatadas (§ 2º, do art. 44, da LC 123/06), na ordem classificatória, para o exercício do direito de apresentar nova proposta de preços inferior àquela considerada originalmente vencedora do certame.

19.5.5 - Se a contratação de **ME, EPP ou MEI** que esteja dentro do critério de empate falhar é que será facultado à Administração convocar os demais licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação (§ 1º do art. 45 da LC 123/06).

19.5.6 - As empresas que se enquadrarem na qualidade de **ME, EPP ou MEI** deverão apresentar **DECLARAÇÃO** que se enquadram como tal (ANEXO VI).

19.6 - Subcontratação compulsória de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte:

19.6.1 - A Administração poderá exigir do contratado, em regime de responsabilidade solidária, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, a subcontratação de parte da obra ou serviço, por microempresa ou empresa de pequeno porte, até o limite admitido de 30% (trinta por cento) do valor do contrato, desde que não alterem substancialmente as cláusulas pactuadas, nos termos do art. 48, inciso II da LC nº 147/14.

19.6.2 - No caso de subcontratação, deverá ficar demonstrado e documentado que esta somente abrangerá etapas dos serviços, ficando claro que a subcontratada apenas

reforçará a capacidade técnica da contratada, que executará, por seus próprios meios, o principal dos serviços de que trata este Edital, assumindo a responsabilidade direta e integral pela qualidade dos serviços contratados.

19.6.3 - A exigência de subcontratação não será aplicável quando o licitante for:

- I - microempresa ou empresa de pequeno porte;
- II - consórcio composto em sua totalidade por microempresas e empresas de pequeno porte, respeitado o disposto no art. 33 da Lei nº 8.666, de 1993; e
- III - consórcio composto parcialmente por microempresas ou empresas de pequeno porte com participação igual ou superior ao percentual exigido de subcontratação.

19.7 - A assinatura do contrato caberá somente à empresa vencedora, por ser a única responsável perante a **PREFEITURA**, mesmo que tenha havido apresentação de empresa a ser subcontratada para a execução de determinados serviços integrantes desta licitação. No entanto, a critério da Administração, os pagamentos referentes à obra ou serviços subcontratados poderão ser realizados diretamente para a empresa subcontratada, nos termos da LC nº 123/06.

19.8 - A **PREFEITURA** se reserva o direito de, após a contratação dos serviços, exigir que o pessoal técnico e auxiliar da empresa contratada e de suas subcontratadas, se submetam à comprovação de suficiência e de determinar a substituição de qualquer membro da equipe que não esteja apresentando o rendimento desejado.

19.9 - Em caso de anulação, as licitantes terão direito ao recebimento da documentação que acompanhou a respectiva proposta, mediante requerimento ao Presidente da Comissão.

19.10 - Para efeito de habilitação serão aceitos **“protocolos de solicitação de renovação de documento”**, em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos. Entretanto, os mesmos **NÃO SERÃO ACEITOS** para efeito de celebração de contrato, que só deve ocorrer após a apresentação dos documentos requeridos no ato convocatório.

19.11 - Caso alguma das certidões exigidas para emissão do CRC - Certificado de Registro Cadastral tenha sua data de validade expirada entre o prazo para cadastro e o dia aprazado para abertura dos envelopes, a licitante deverá anexar os novos documentos com validade atualizada no envelope de habilitação.

19.12 - Todos os documentos necessários a habilitação poderão ser apresentados por cópias autenticadas em Cartório competente com o devido selo de autenticidade ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Presidente da Comissão de Licitação ou por servidor da Administração Pública Municipal ou, ainda, por publicação em órgão da imprensa oficial, exceto aqueles emitidos via internet e que seja possível atestar a sua autenticidade e validade.

20 – DAS PROPOSTAS DE PREÇOS (ENVELOPE Nº 02)

20.1 - A Proposta de Preços deverá ser apresentada em 01 (uma) via, assinada por Diretor(es) da licitante, ou pessoa legalmente habilitada através de procuração por instrumento público, em envelope lacrado, identificado com o nº 02, sendo 01 (uma) impressa em papel timbrado da empresa, datilografada ou digitada em linguagem clara e objetiva, sem erros, rasuras ou entrelinhas, contendo os elementos a seguir relacionados:

20.1.1 - Assinada por Diretor(es) ou pessoa legalmente habilitada através de procuração por instrumento público, em papel timbrado da licitante, identificando a obra a que a licitante está concorrendo, o nº do Edital, o prazo de execução e o preço total para a obra, em algarismos arábicos e por extenso, em reais, informando, ainda, a tabela e o mês de referência.

20.1.2 - Planilha de "Preços Unitários" seguindo os itens do modelo do orçamento anexo ao Edital. A licitante deverá propor um único preço unitário para cada tipo de tarefa ou serviço, constante da Planilha Orçamentária da **PREFEITURA DE CATALÃO**, caso contrário, a Comissão recalculará a proposta, adotando sempre o menor preço apresentado.

20.1.3 - Cronograma Físico-Financeiro.

20.1.4 - Composição do BDI;

20.1.4.1 - Na composição do BDI deve se adotar, obrigatoriamente, a fórmula estabelecida pelo Acórdão 2622/2013-TCU-Plenário:

$$BDI = \frac{(1+AC+S+R+G)(1+DF)(1+L)}{(1-I)} - 1$$

Onde:

AC = Taxa de Administração Central

S = Taxa de Seguros

R = Taxa de Riscos

G = Taxa de Garantias

DF = Taxa de Despesas Financeiras

L = Taxa de Lucro/Remuneração

I = Taxa de Incidência de Impostos (PIS, COFINS e ISS)

20.1.4.2 - Adotar, na composição do BDI, percentual de ISS compatível com a legislação tributária do município de Catalão - GO, observando a forma de definição da base de cálculo do tributo prevista na legislação municipal e, sobre esta, a respectiva alíquota do ISS, que atualmente é de 4% (quatro por cento);

20.1.4.3 - As empresas sujeitas ao regime de tributação de incidência não cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis nº 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária;

20.1.4.4 - As empresas licitantes optantes pelo Simples Nacional devem apresentar, obrigatoriamente, percentuais de ISS, PIS e COFINS discriminados na composição do BDI compatíveis com as alíquotas a que a empresa está obrigada a recolher, previstas no Anexo IV da Lei Complementar nº 123/2006, bem como, que a composição de encargos sociais não inclua os gastos relativos às contribuições que essas empresas estão dispensadas de recolhimento (SESI, SENAI, SEBRAE, etc.), conforme dispões o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar;

20.1.4.5 - Para os serviços novos incluídos por meio de aditivos contratuais, a Administração fornecerá a incidência da taxa de BDI especificada no orçamento-base da licitação sempre que a taxa de BDI adotada pela contratada for injustificadamente elevada, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e ao art. 14 do Decreto Federal nº 7.983/2013.

20.2 - Considerar-se-á que os preços fixados pela licitante são completos e suficientes para assegurar a justa remuneração de todas as etapas dos serviços, da utilização dos equipamentos e da aquisição de materiais. Considerar-se-á, assim, que a não indicação no conjunto de composições de custos unitários de qualquer insumo ou componente necessário para a execução dos serviços conforme projetado significa tacitamente que seu custo está diluído pelos demais itens componentes dos custos unitários, itens estes julgados necessários e suficientes, e não ensejarão qualquer alteração contratual sob esta alegação.

20.3 - Validade da Proposta

20.3.1 - As propostas deverão permanecer válidas e em condições de aceitação por um período de no mínimo 60 (sessenta) dias corridos contados da data da entrega das mesmas.

20.3.2 - Antes de expirar o período de validade original da Proposta, a **PREFEITURA DE CATALÃO** poderá solicitar que a licitante estenda este período de vigência por um prazo adicional.

20.3.3 - Na hipótese de não conclusão do processo licitatório dentro do prazo de validade da proposta, deverá a licitante, independentemente de comunicação formal da **PREFEITURA DE CATALÃO**, revalidar, por igual período, ambos os documentos, sob pena de a licitante ser declarada desistente do feito licitatório.

21 – DA ABERTURA DOS ENVELOPES E CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

21.1 - Os envelopes das licitantes serão abertos em uma única sessão pública a iniciar (**salvo os casos em que o Presidente da Comissão de Licitação, julgar pertinente a avaliação Técnica dos Documentos de Habilitação e Proposta**), imediatamente após o término do prazo de entrega dos mesmos. A sessão será realizada no local constante do preâmbulo deste Edital, com a participação dos membros da Comissão de Licitação e representantes de cada licitante que se interessarem em assistir.

21.2 - Poderão estar presentes mais de um representante autorizado de cada licitante, desde que os mesmos sejam Diretores ou Procuradores, estes, munidos das respectivas procurações por instrumento público.

21.3 - Na primeira fase da sessão serão abertos os envelopes contendo a Documentação relativa à habilitação dos concorrentes.

21.3.1 - Os envelopes contendo os documentos relativos à habilitação serão abertos, na presença das interessadas, pela Comissão de Licitação, que fará a conferência e dará vista da documentação, a qual deverá ser rubricada pelos seus representantes legais das licitantes presentes.

21.4 - A Documentação será apreciada pela Comissão de Licitação, em conformidade com as exigências deste Edital e seus anexos, visando à habilitação das empresas licitantes. As licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no envelope "Documentação de Habilitação", ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido nesta licitação ou com irregularidades, serão inabilitadas, não se admitindo complementação posterior.

21.5 - Após iniciada a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Licitação.

21.6 - Não serão abertos os envelopes Propostas de Preços das licitantes inabilitadas, devendo os mesmos serem devolvidos no prazo máximo de 10 (dez) dias após o julgamento dos recursos eventualmente interpostos.

21.7 - Na segunda fase da sessão, depois de divulgado o resultado da habilitação, serão abertos os envelopes contendo as Propostas de Preços das licitantes habilitadas, desde que não haja interposição de recurso quanto à documentação de habilitação, ou tenha havido desistência expressa da licitante. Nesse caso, os envelopes contendo a Proposta de Preços somente serão abertos em sessão a ser designada pela Comissão de Licitação, após o julgamento dos recursos interpostos.

21.8 - Caso contrário, se não houver interposição de recursos, nesta mesma sessão serão abertos os envelopes contendo as Propostas de Preços das licitantes habilitadas. Os valores das propostas serão lidos em voz alta e as propostas serão rubricadas pelos membros da Comissão de Licitação e pelos representantes das licitantes.

21.9 - Serão lavradas atas para cada sessão, caso ocorra interposição de recursos, as quais serão lidas em voz alta e assinadas pelos membros da Comissão de Licitação e pelos representantes das licitantes. Caso não ocorra interposição de recursos e seja possível o julgamento da habilitação e das propostas numa única sessão, será lavrada uma única ata, igualmente lida em voz alta e assinada pelos membros da Comissão de Licitação e pelos representantes das licitantes.

21.10 - Após a abertura pública da Documentação e Propostas de Preços não serão fornecidas as licitantes ou quaisquer outras pessoas não oficialmente relacionadas ao processo

licitatório, quaisquer informações referentes à análise, esclarecimentos, avaliação e comparação das Propostas, bem como as recomendações sobre a adjudicação do contrato, antes do aviso oficial do resultado da licitação obedecido às fases distintas da licitação.

21.11 - Qualquer tentativa de um licitante influenciar a Comissão de Licitação quanto ao processo de exame, esclarecimentos, avaliação e comparação de propostas e na tomada de decisões para a adjudicação de qualquer obra, podem resultar na rejeição de sua Proposta.

21.12 - Será inabilitada ou desclassificada a licitante que deixar de apresentar qualquer documento exigido neste Edital e seus anexos.

22 – DO EXAME DA DOCUMENTAÇÃO

22.1 - A Comissão de Licitação analisará a documentação para verificar a habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e econômico-financeira da licitante para executar eficazmente os serviços objeto do presente Edital e seus anexos.

22.2 - Concluída a fase de exame da documentação, a Comissão de Licitação habilitará aquelas que apresentaram na íntegra toda a documentação exigida no ato convocatório e passará a abertura, verificação quanto à conformidade e aceitabilidade da proposta e leitura dos preços ofertados somente pelas licitantes habilitadas.

23 – DO EXAME DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

23.1 - O Presidente da Comissão de Licitação informará aos representantes das licitantes habilitadas presentes os respectivos valores ofertados e passará a proposta para conferência e rubrica dos presentes.

23.2 - O Presidente da Comissão de Licitação fará a ordenação dos valores das propostas, em ordem crescente, de todas as licitantes habilitadas.

23.3 - Durante os trabalhos, somente será permitida a manifestação, oral ou escrita, do representante da licitante devidamente identificado.

23.4 - Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital, bem como as que apresentarem valores globais superiores ao limite estabelecido, tendo-se como limite estabelecido o orçamento da obra, ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto desta licitação.

23.5 - Atendida as condições do item acima, será considerada vencedora a proposta que resultar o menor preço global, e caso ocorra empate entre duas ou mais propostas, aplicado o direito de preferência as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou Micro Empreendedor Individual, a decisão será feita por sorteio, em ato público, na própria sessão de abertura e julgamento.

23.6 - Quando da participação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) no certame, será assegurada a sua preferência de contratação, obedecendo ao critério de desempate para o intervalo de até 10% (dez por cento) superior a proposta mais bem classificada, que serão convocadas no certame, e terão o prazo de 5 (cinco) minutos para apresentar nova proposta, sob pena de preclusão, obedecendo a ordem de classificação, somente se a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), conforme § 1º e 2º do art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123/06.

23.7 - Ainda, quando da participação no certame de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), será assegurada a preferência de contratação de que trata o item 23.6, justificadamente, quando sua proposta for igual ou até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, somente se a licitante for um consórcio ou uma sociedade de propósito específico formada exclusivamente por microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, nos termos do Decreto Federal nº 8.538/2015.

23.7.1 - A Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI) sediada local ou regionalmente melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor;

23.7.2 - Na hipótese da não contratação da Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI) sediada local ou regionalmente com base no item 23.7.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação do item 23.7, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

23.7.3 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

23.8 - Para aplicação do disposto no item 23.7 e seguintes e, em cumprimento à Instrução Normativa - IN nº 00008/2016 do TCM/GO, que estabelece orientações aos Municípios Goianos sobre a aplicação da Lei Complementar nº 123/06 na realização de procedimentos licitatórios, em especial à norma contida em seu art. 2º, § 1º, inciso II, considera-se Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP), Microempreendedor Individual (MEI) e sociedades cooperativas de consumo sediadas local ou regionalmente, os municípios da Região do Sudeste Goiano, conforme definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, compreendendo os municípios de **Ipameri, Campo Alegre de Goiás, Corumbaíba, Nova Aurora, Goiandira, Catalão, Ouvidor, Três Ranchos, Davinópolis, Anhanguera e Cumari.**

23.9 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

24 – DA NOTIFICAÇÃO DOS RESULTADOS, PROCEDIMENTOS RECURSAIS E ADJUDICAÇÃO DO CONTRATO

24.1 - Os resultados de cada fase da licitação e o valor da proposta vencedora serão publicados no Quadro de Avisos da Prefeitura. Esta publicação constituirá o “Aviso” do resultado do julgamento das documentações e propostas.

24.2 - Das decisões e atos da Comissão de Licitação as partes poderão interpor os recursos previstos na Lei nº 8.666/93, de 21/06/93 e suas alterações posteriores.

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura de ata, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação do licitante;*
- b) julgamento das propostas;*
- c) anulação ou revogação da licitação;*
- d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;*
- e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do artigo 79 desta Lei;*
- f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;*

II - representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico; III - pedido de reconsideração de decisão de Ministro de Estado, ou Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, na hipótese do § 4º do Art. 87 desta Lei, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.

§ 1º A intimação dos atos referidos no inciso I, alíneas "a", "b", "c" e "e", deste artigo, excluídos os relativos a advertência e multa de mora, e no inciso III, será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo para os casos previstos nas alíneas "a" e "b", se presentes os prepostos dos licitantes no ato em que foi adotada a decisão, quando poderá ser feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

§ 2º O recurso previsto nas alíneas "a" e "b" do inciso I deste artigo terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.

§ 3º Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 4º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

24.3 - Os recursos deverão ser formalizados por escrito a autoridade superior (Prefeito), por intermédio da que praticou o ato recorrido (Presidente da Comissão de Licitação), a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-los subir, devidamente informados, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade, devendo ser protocolado junto ao Setor de Protocolo da **PREFEITURA DE CATALÃO**, no endereço constante do preâmbulo deste Edital.

24.4 - O resultado da licitação será submetido à homologação do Senhor Prefeito.

24.5 - A **PREFEITURA DE CATALÃO** adjudicará o contrato a licitante cuja proposta atender em sua essência aos requisitos do presente Edital e seus anexos e, também, for a de menor valor, após correções eventuais.

24.6 - A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo previsto no subitem 9.1.1, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades previstas na Lei nº 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações posteriores.

24.7 - A contratação dos serviços objeto da presente licitação reger-se-á e formalizar-se-á nos termos previstos pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/93 e suas alterações posteriores.

24.8 - A **PREFEITURA DE CATALÃO** se reserva o direito de revogar o procedimento licitatório e rejeitar todas as propostas a qualquer momento antecedendo a assinatura do contrato, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, ou de anulá-lo por ilegalidade, sem que às licitantes caibam quaisquer direitos a indenização ou ressarcimento.

25 – DAS MEDIÇÕES DOS SERVIÇOS

25.1 - Os serviços serão medidos mensalmente, ou através de medições de serviços realizados, conforme instrução vigente sobre o assunto. Os preços unitários serão os constantes da Proposta de Preços Unitários vencedora.

25.2 - As medições constarão de Folhas-Resumo, contendo a relação de serviços, quantidades, unidades, preços unitários, parciais e totais.

26 – DAS FORMAS DE PAGAMENTO

26.1 - A **PREFEITURA DE CATALÃO** pagará à empresa contratada, pelos serviços efetivamente contratados e executados, através de boletins de medições devidamente atestados

por engenheiro responsável da Prefeitura, acompanhados das respectivas Notas fiscais, cujos preços serão aqueles integrantes da proposta de preços vencedora, ressalvada a incidência de reajustamento e a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que os preços unitários incluem todos os custos diretos e indiretos para a execução da obra, de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas neste Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos serviços contratados e executados.

26.2 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.

26.3. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas de comprovante de regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa contratada e de regularidade perante a Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça do Trabalho (CNDT), mediante apresentação de certidões negativas.

27 – DOS CRONOGRAMAS

27.1 - O Cronograma Físico-Financeiro apresentado pela licitante deve atender às exigências deste Edital e seus anexos e ser entendido como primeira estimativa de evento dos serviços objeto desta licitação. Com base nesse cronograma, será ajustado um cronograma de execução, de acordo com a programação físico-financeira existente por ocasião da assinatura do contrato.

27.2 - Este ajuste poderá se repetir, gerando novos cronogramas, desde que devidamente justificado e aprovado, necessariamente, pela **PREFEITURA DE CATALÃO**, devendo os mesmos receberem números sequenciais.

28 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

28.1 - Do contrato, regulado pelas instruções constantes deste Edital e seus anexos, decorrem as obrigações, direitos e responsabilidades das partes relativas à obra objeto desta licitação.

28.2 - Poderá a contratada, com prévia e expressa autorização e exclusivo critério da **PREFEITURA DE CATALÃO**, ceder ou sub-rogar o contrato no todo ou em parte a terceiros, respeitada a preferência das licitantes inferiormente classificadas.

28.3 - Às licitantes serão aplicadas as sanções e penalidades expressamente previstas na Lei nº 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações posteriores.

28.4 - O contrato compreenderá a totalidade da obra, baseado na relação de preços unitários propostos pela licitante, considerados finais, e incluindo todos os encargos, taxas e bonificações.

28.5 - A empresa contratada deverá manter um Preposto, aceito pela Administração, no local da obra ou serviço, para representá-la na execução do contrato (art. 68 da Lei nº 8.666/93).

28.5.1 - No caso de Obras ou Supervisão de Obras, este Preposto é o Responsável Técnico (RT).

28.6 - A empresa contratada deverá colocar e manter placa indicativa de obra, de acordo com os modelos adotados pela **PREFEITURA DE CATALÃO**, que deverá ser afixada em local apropriado, enquanto durar a execução dos serviços.

28.7 - A empresa contratada deverá providenciar, sem ônus para a **PREFEITURA DE CATALÃO** e no interesse da segurança dos usuários das vias e do seu próprio pessoal, o fornecimento de roupas adequadas ao serviço e de outros dispositivos de segurança (EPI's) a seus empregados, bem como a sinalização diurna e noturna, se for o caso, nos níveis exigidos pelas Normas da **PREFEITURA DE CATALÃO**.

28.8 - Para conhecimento de todos, lavrou-se o presente Edital que será fornecido aos interessados, nos termos do subitem 4.3, cujo **AVISO** será publicado no Quadro de Avisos da **PREFEITURA DE CATALÃO**, no Portal do Município de Catalão (site internet - www.catalao.go.gov.br), no Diário Oficial da União, no Diário Oficial do Estado de Goiás e em jornal de grande circulação e o **EDITAL** cadastrado no Portal dos Jurisdicionados – Sítio do TCM/GO.

28.9 - Quaisquer dúvidas decorrentes do presente Edital poderão ser esclarecidas pela Comissão Permanente de Licitação, na sede da Prefeitura Municipal, no endereço constante do preâmbulo deste, no horário normal de expediente, pelo e-mail licitacao@catalao.go.gov.br ou pelo telefone: (64) 3441-5014 / 3441-5044.

28.10 - As dúvidas a serem dirimidas por e-mail ou telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informal, sendo as demais formuladas por escrito.

28.11 - Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital e seus anexos, será competente o Juízo da Comarca de CATALÃO - GO.

28.12 - Aos casos omissos aplicar-se-á as demais disposições constantes da Lei nº 8.666/93, bem como as demais legislações correlatas.

28.13 - No decorrer do procedimento, o Presidente da Comissão de Licitação poderá solicitar a análise e manifestação da Procuradoria Jurídica do Município quando houver dúvida acerca da legalidade de determinado ato ou providências.

Catalão - GO, 23 de abril de 2018.

Niremborg Antônio Rodrigues Araújo
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Anexo I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1 Contratação de Empresa Especializada para Execução da Casa de Velório em Santo Antônio do Rio Verde/GO, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Obras, conforme especificações e quantidades estabelecidas.

2. AVALIAÇÃO DO CUSTO E DISCRIMINAÇÃO DO OBJETO

- 2.1 O valor máximo global estimado de R\$ 406.549,91 (quatrocentos e seis mil, quinhentos e quarenta e nove reais e noventa e um centavos) foi apurado a partir de mapa de preços constante na (AGETOP) TABELA 128 - CUSTOS DE OBRAS CIVIS - NOVEMBRO/2017 – DESONERADA; (SINAPI) - TABELA PREÇOS COMPOSIÇÕES SINTÉTICO - 01/2018 – DESONERADA; (SINAPI) - TABELA PREÇOS DE INSUMOS - 01/2018.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

- 3.1 A contratação de empresa Especializada para execução da Casa de Velório, é justificada pela necessidade de atender os anseios da população que atualmente realizam em suas próprias residências o velório, trazendo assim mais conforto às famílias em momentos de dor pela perda de seus entes queridos.

4. DEMONSTRAÇÃO DA NECESSIDADE DE QUANTIDADES

- 4.1 De acordo com o Projeto anexo, as quantidades foram previstas, levantadas e planejadas.

5. RESPONSABILIDADES E GARANTIA

- 5.1 A Empresa Executora assumirá integralmente a responsabilidade pelas boas práticas e realização de forma eficiente e eficaz os serviços que efetuar, de acordo com o projeto executivo, memorial descritivo, edital e demais documentos técnicos fornecidos.
- 5.2 A Empresa Executora poderá sugerir eventuais modificações e substituições de materiais e serviços, desde que sejam submetidas e aprovadas pelo Autor do Projeto e o Contratante, a Empresa Executora assumirá integral responsabilidade e garantia pela execução de qualquer modificação proposta e aceita pelo Autor do Projeto e o Contratante. Esta responsabilidade e garantia estende a estabilidade e segurança da obra e as consequências advindas destas modificações e variantes.
- 5.3 Prazo de garantia de acordo com o art. 618 do Código Civil, o construtor responde pela solidez e segurança da obra pelo prazo de cinco anos:

Art. 618. Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo.

a) Deve-se ressaltar que esse prazo de cinco anos se refere ao prazo de garantia da construção e não a prazo de decadência ou de prescrição.

6. DISCREPÂNCIAS E PRECEDÊNCIAS DE DADOS

- 6.1 Compete ao responsável pela Empresa Executora da obra efetuar o completo estudo das discriminações técnicas fornecidas para execução da obra, em que compõem o projeto anexo.
- 6.2 Caso sejam constatados quaisquer discrepâncias, omissões ou erros, deverá ser imediatamente comunicado ao Autor do Projeto para que os mesmos sejam alterados, bem como sanadas as dúvidas quanto à interpretação dos desenhos e representações gráficas.
- 6.3 Para a perfeita execução e completo acabamento da obra/serviço, a Empresa Executora da obra se obriga a prestar toda a assistência técnica necessária para o bom andamento aos trabalhos.
- 6.4 É de responsabilidade da Empresa Executora a contratação de mão de obra suficiente e de qualidade para assegurar o progresso satisfatório a obras dentro do Cronograma previsto.
- 6.5 É de inteira responsabilidade da Empresa Executora a aquisição dos materiais necessários, em quantidade suficiente para conclusão da obra no Prazo estabelecido em Cronograma.
- 6.6 A Empresa Executora não poderá subcontratar a execução da obra/serviço no seu TOTAL, podendo fazer parcialmente em alguns serviços especializados, mantendo sua responsabilidade direta perante ao Contratante e Subcontratados.
- 6.7 Correrá por conta exclusiva da Empresa Executora a responsabilidade de qualquer acidente de trabalho durante a execução da obra contratada, até a aceitação da obra pela Contratante, bem como as indenizações que possam ocorrer a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados, ainda que ocorrido fora do canteiro da obra.

7. MODO DE ADJUDICAÇÃO

- 7.1 A adjudicação será realizada por empreitada por preço global com o fornecimento do material e execução do serviço conforme o projeto referencial fornecido.

8. PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA E DURAÇÃO DO CONTRATO

- 8.1 A execução da obra está prevista em 7 meses de acordo com o cronograma físico/financeiro.
- 8.2 A vigência do contrato será de 12 meses a partir da assinatura da Ordem de Serviços.

9. DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

- 9.1 Serão desclassificadas as propostas que:
 - a) Não atendam às exigências do Edital e seus Anexos;
 - b) Não atendam às características mínimas deste Edital e seus Anexos;
 - c) Não comprove que a licitante tem capacidade de fornecer os materiais e serviços objeto deste Termo.

10. CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

- 10.1 Os bens/serviços serão recebidos:
- a) Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.
 - b) Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 30 (trinta) dias do recebimento provisório.
- 10.2 Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 10.3 O recebimento de material/serviço é de inteira responsabilidade do GESTOR/FISCAL do contrato, a ser indicado mediante Portaria Municipal a ser oportunamente anexada ao procedimento licitatório.

11. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRADADA

- 11.1 A Contratada obriga-se a:
- a) Zelar e manter o canteiro de obras, atender as legislações pertinentes no que se diz respeito a Fiscalização de órgãos Municipais, Estaduais e Federais.
 - b) Manter arquivo completo e atualizado de toda documentação e ocorrências da obra (contrato, projetos, diário de obras, medições de serviços e outros pertinentes);
 - c) Os bens/serviços devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário e/ou memorial descritivo;
 - d) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
 - e) O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, imediatamente o produto com avarias ou defeitos;
 - f) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
 - g) Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 - h) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
 - i) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições expressamente autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

- j) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, carretos, carga, descarga, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
- k) Transportar o produto em veículo apropriado, permitindo a conservação e obedecendo as normas vigentes. Repor, às suas expensas, no todo ou em parte, o produto que não atender as exigências do contrato;
- l) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à administração pública ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à Fiscalização ou acompanhamento pelo Contratante.

12. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

12.1 A Contratante obriga-se a:

- a) Receber provisoriamente o objeto, disponibilizando local, data e horário;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- c) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- d) Devolver o produto caso não atenda as exigências do contrato, devendo a contratada fazer a respectiva reposição;
- e) Efetuar o pagamento no prazo previsto no contrato.
- f) Receber definitivamente o objeto, disponibilizando local, data e horário;

13. MEDIDAS ACAUTELADORAS

13.1 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 14.1 A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.
- 14.2 O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.
- 14.3 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

- 14.4 O fiscal do contrato anotar em Diário de obra todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis, inclusive a sustação de pagamento de faturas em caso de inobservância de qualquer exigência quanto ao cumprimento do contrato.

15. DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL E PAGAMENTO

- 15.1 O pagamento será efetuado após a efetiva prestação do serviço e a apresentação da respectiva Nota Fiscal, emitidas em nome da Prefeitura Municipal de Catalão, CNPJ nº 01.505.643/0001-50, com sede administrativa na Rua Nassin Agel nº 505, CEP. 75701-050 Catalão – GO.
- 15.2 O pagamento será efetuado sobre a Medição realizado no mês, levando em consideração a execução dos serviços, não sendo admitido a medição de material posto em obra.
- 15.3 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.
- 15.4 As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas de comprovante de regularidade perante as fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa contratada e de regularidades perante a Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça do Trabalho (CNDT), mediante certidões negativas.

16. DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

- 16.1 A Contratada que incorra nas faltas referidas nos art. 81, 85 e 89 a 99 da Lei Federal nº 8.666/93, bem como a Contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou retirar instrumento equivalente aplicam-se, segundo a natureza e gravidade da falta, assegurados a ampla defesa e o contraditório, as sanções previstas nos arts. 86 a 88, da Lei Federal nº 8.666/93 ou em dispositivos de normas que vierem a substituí-la.
- 16.2 A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato ou instrumento equivalente, sujeitará a Contratada, além das penalidades referidas no item anterior, a multa de mora, graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:
- a) 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa do adjudicatário em firmar o contrato ou retirar a nota de empenho, dentro do prazo de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;
 - b) 1% (um por cento) sobre o valor global do contrato por dia de atraso na entrega do produto e/ou se deixar de cumprir uma das cláusulas do instrumento contratual;
 - c) 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato, se por sua culpa for rescindido o mesmo, sem prejuízo das perdas e danos oriundos.

- 16.3 Antes da aplicação de qualquer penalidade será garantido à Contratada o contraditório e a ampla defesa. A multa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Secretaria Municipal de Obras ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Catalão, 09 de Março de 2018.

RODRIGO KOGAWA

Responsável pela elaboração do Termo de Referência

LEONARDO MARTINS DE CASTRO TEIXEIRA

Secretário Municipal de Obras

ANEXO II MEMORIAL DESCRITIVO

1. OBJETO.

Este Memorial Descritivo compreende um conjunto de discriminações técnicas, critérios, condições e procedimentos estabelecidos para a Construção de Casa de Velório no distrito de Santo Antônio do Rio Verde/GO.

Rua Matriz, Quadra 19, Lote 01 - Santo Antônio do Rio Verde - Catalão-GO



Latitude 17°94'39,87" S, Longitude 47° 46' 58,97" O - Fonte: Google Earth (2018).

2. MATERIAIS SIMILARES.

A equivalência de componentes da edificação será fundamentada em certificados de testes e ensaios realizados por laboratórios idôneos e adotando-se os seguintes critérios:

- Materiais similar **Equivalentes** – Que desempenham idêntica função e apresentam as mesmas características exigidas nos projetos.
- Materiais similar **Semelhantes** – Que desempenham idêntica função, mas não apresentam as mesmas características exigidas nos projetos.

Materiais simplesmente adicionados ou retirados – Que durante a execução foram identificados como sendo necessários ou desnecessários à execução dos serviços e/ou obras.

Todos os materiais a serem empregados deverão obedecer às especificações dos projetos e deste memorial. Na comprovação da impossibilidade de adquirir e empregar determinado material especificado deverá ser solicitada sua substituição, condicionada à manifestação do Responsável Técnico pela obra.

A substituição de materiais especificados por outros equivalentes pressupõe, para que seja autorizada, que o novo material proposto possua, comprovadamente, equivalência nos itens qualidade, resistência e aspecto.

3. DISCREPÂNCIAS E PRECEDÊNCIAS DE DADOS.

Compete ao responsável pela Empresa Executora da obra efetuar o completo estudo das discriminações técnicas fornecidas para execução da obra, em que compõem o projeto anexo.

Caso sejam constatados quaisquer discrepâncias, omissões ou erros, deverá ser imediatamente comunicado ao Autor do Projeto para que os mesmos sejam alterados, bem como sanadas as dúvidas quanto à interpretação dos desenhos e representações gráficas.

4. CONDIÇÕES SUPLEMENTARES DE CONTRATAÇÃO.

Para a perfeita execução e completo acabamento da obra e serviço referidos neste memorial, a Empresa Executora da obra se obriga a prestar toda a assistência técnica necessária para o bom andamento aos trabalhos.

É de responsabilidade da Empresa Executora a contratação de mão de obra suficiente e de qualidade para assegurar o progresso satisfatório a obras dentro do Cronograma previsto. É de inteira responsabilidade da Empresa Executora a aquisição dos materiais necessários, em quantidade suficiente para conclusão da obra no Prazo estabelecido em Cronograma.

A Empresa Executora não poderá subcontratar a execução da obra e serviço no seu TOTAL, podendo fazer parcialmente em alguns serviços especializados, mantendo sua responsabilidade direta perante ao Contratante e Subcontratados.

Correrá por conta exclusiva da Empresa Executora a responsabilidade de qualquer acidente de trabalho durante a execução da obra contratada, até a aceitação da obra pela Contratante, bem como as indenizações que possam ocorrer a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados, ainda que ocorrido fora do canteiro da obra.

Cabe a Empresa Executora e seus profissionais, atendimento a NR-18 Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção, aprovado pela Portaria no 3.214, de 08/06/1978 do Ministério do Trabalho e Emprego.

Cabe a Empresa Executora a obrigatoriedade de fornecer a seus colaboradores os equipamentos de proteção individual (EPI), bem como fiscalizar o uso dos mesmos, de acordo com a NR-6 Equipamentos de Proteção Individual – EPI, aprovado pela Portaria 3.214, de 08/06/1978 do Ministério do Trabalho e Emprego.

É de responsabilidade da Empresa Executora a obtenção de todas as licenças e franquias necessárias aos serviços a executar, observando a legislação pertinente, inscrição no INSS, atendimento ao pagamento de seguro pessoal, despesas decorrentes da lei trabalhista e impostos sobre os serviços prestados. Atendimento as exigências dos órgãos fiscalizadores, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA-GO), Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) especialmente no que se refere à colocação de placa na obra e ART/RRT de execução.

5. RESPONSABILIDADES E GARANTIAS.

A Empresa Executora assumirá integralmente a responsabilidade pelas boas práticas e realização de forma eficiente e eficaz os serviços que efetuar, de acordo com o presente memorial descritivo, edital e demais documentos técnicos fornecidos.

A Empresa Executora poderá sugerir eventuais modificações e substituições de materiais e serviços, desde que sejam submetidas e aprovadas pelo Autor do Projeto e o Contratante, a Empresa Executora assumirá integral responsabilidade e garantia pela execução de qualquer modificação proposta e aceita pelo Autor do Projeto e o Contratante. Esta responsabilidade e garantia estende a estabilidade e segurança da obra e as consequências advindas destas modificações e variantes.

6. CONDUÇÃO E DOCUMENTAÇÃO DA OBRA.

É dever da Empresa Executora manter arquivo completo e atualizado de toda documentação e ocorrências da obra (contrato, projetos, diário de obras, medições de serviços e outros pertinentes);

Deve analisar e discutir com o Contratante as providências necessárias para o andamento dos serviços, nos termos previstos no cronograma físico-financeiro; Solicitar em tempo hábil ao Contratante a solução de problemas que não estejam em sua alçada; Solicitar aprovação de partes, etapas e a totalidade dos serviços executados; Colaborar com o trabalho da fiscalização, permitindo o amplo acesso ao canteiro de obras e atendendo prontamente às solicitações que lhe forem dirigidas.

Garantir a presença permanente na obra um representante. O representante deverá ser aceito pela Contratante e será o responsável por atender qualquer solicitação emitida pela equipe de fiscalização. Esse profissional não necessariamente será o responsável técnico pela obra.

A Lei exige que a equipe de obra mantenha um registro próprio de todas as ocorrências relacionadas a execução do contrato. Segundo a Resolução nº 1.024 de 21 de Agosto de 2009, o diário de obras ou livro de ordem é o documento que exerce essa função, sendo um documento obrigatório que deve ser preenchido tanto pela Contratante como pela Empresa Contratada. Nele, é anotado tudo o que aconteceu de importante a cada dia da construção: a condição do clima, quantidade de operários, os equipamentos utilizados, o início dos serviços com suas respectivas porcentagens de execução ou previsão de término, acontecimentos, etc. Também devem ser descritos os problemas encontrados na execução de serviços e as providências adotadas para solução. O livro deverá ser composto por três vias: uma deve permanecer na obra; uma via para arquivo do Contratante e outra para arquivo da Contratada, que deverão ser devidamente carimbados e assinados pelas partes e preenchido com atenção.

7. FASES DE OBRAS

- **PROJETO, MATERIAIS E CRITÉRIOS DE ANALOGIA.**

Nenhuma alteração nas plantas, detalhes ou especificações, determinando ou não, alteração de custo da obra ou serviço, será executada sem autorização do Responsável Técnico pela obra e pelo Contratante.

Em caso de itens presentes neste Memorial Descritivo e não incluídos nos projetos, ou vice-versa, devem ser levados em conta na execução dos serviços de forma como se figurassem em ambos.

Em caso de divergências entre os desenhos de execução dos projetos e as especificações, o Responsável Técnico pela obra deverá ser consultado, a fim de definir qual a posição a ser adotada, sendo repassada de imediatamente ao Contratante.

Em caso de divergência entre desenhos de escalas diferentes, prevalecerão sempre os de escala maior. Na divergência entre cotas dos desenhos e suas dimensões em escala, prevalecerão as primeiras, sempre precedendo consulta ao Responsável Técnico pela obra.

- **MADEIRA UTILIZADA DURANTE A OBRA.**

Toda madeira que for utilizada em qualquer fase da obra deverá ser possuir certificação FSC (Forest Stewardship Council) ou Conselho de Manejo Florestal. A comprovação através de documentos e nota fiscal deverá ser entregue para a fiscalização juntamente com a medição.

- **RETIRADA PERIÓDICA DE ENTULHOS.**

Durante a execução da obra deverá ser procedida a retirada periódica de quaisquer detritos (entulhos de obra) que venham a acumular. É de inteira responsabilidade da Empresa Executora a retirada e destinação correta desse resíduo gerado.

- **PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DA OBRA.**

Deverá ser alocada uma placa de identificação da obra, conforme modelo abaixo:



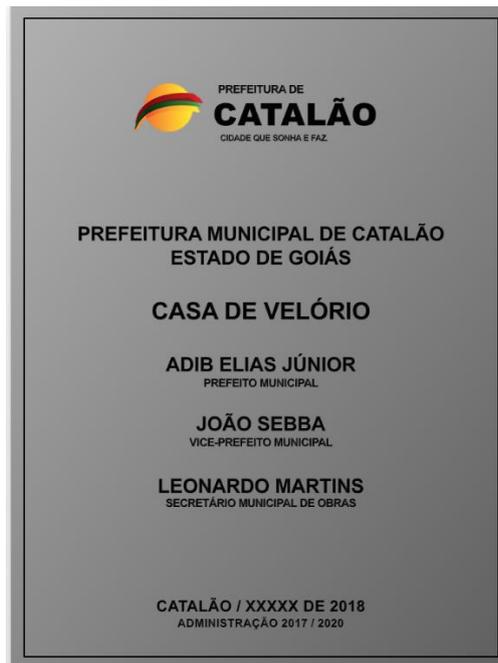
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CATALÃO
TESOURO MUNICIPAL**

Contratante: Prefeitura Municipal de Catalão
Contratada: XXXXXXXXX
Engenheiro Fiscal: XXXXXXXX
Secretário de Obras: Leonardo Martins de Castro Teixeira
Objeto: XXXXXXXX
Valor da Obra: R\$ XXXXXX
Início da obra: XX/ XX / 2018 **Prazo de execução:** XX dias.

- **PLACAS DE INAUGURAÇÃO DA OBRA.**

Deverá ser alocada uma placa de inauguração da obra, conforme modelo abaixo:



8. LIMPEZA DO TERRENO

A Contratada fará a limpeza e regularização do terreno de modo a adequá-lo às cotas e níveis do projeto arquitetônico/urbanístico. Na operação de limpeza a área deverá resultar livre de tocos, raízes, restos de vegetação e outros resíduos orgânicos. Periodicamente a Contratada fará a remoção de todo o entulho e detritos que venham a se acumular no terreno no decorrer da obra.

9. INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS

As ligações provisórias de água, energia, necessárias ao desenvolvimento da obra, serão de exclusiva responsabilidade da Contratada.

10. LOCAÇÃO E DEMARCAÇÃO DA OBRA

A obra deverá ser locada com teodolito e a edificação demarcada com a utilização de gabarito de ripões corridos e nivelados em todo o perímetro da construção.

11. EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI

Conforme legislação do Ministério do trabalho, a Empreiteira deverá fornecer EPI's a todo pessoal que esteja prestando serviços dentro do canteiro de obras.

12. DEMOLIÇÕES E RETIRADAS

A retirada a que se refere este item consiste na remoção de elementos, tais como estrutura de madeira da cobertura, telhas existentes da cobertura, esquadrias metálicas e de madeira, azulejos, entre outros.

Será efetuada a limpeza total do terreno onde serão realizados os serviços.

Deverão ser retiradas as portas, janelas cuidadosamente, quebrando-se a alvenaria em volta com ajuda de um ponteiro, e depois transportado e armazenado em local apropriado.

Deverão ser removidas as telhas cerâmicas existentes cuidadosamente, garantido a segurança. Deverá ser retirada toda a estrutura de madeira que suporta o telhado da edificação.

13. MOVIMENTAÇÃO DE TERRA

Serão efetuadas pela Contratada todos os cortes, as escavações e os aterros necessários para a execução da obra; de modo que não ocasionem danos a terceiros. As cavas de fundação serão executadas de acordo com os projetos apresentados, a natureza do terreno e o volume a ser deslocado.

Deverá ser fornecido aterro de 1ª qualidade, inclusive compactação, nas áreas que se fizerem necessárias. O reaterro será executado na medida do possível com material proveniente das escavações. A execução das escavações implicará em total responsabilidade da empresa Contratada, pela sua resistência e estabilidade.

A execução de aterro e compactação obedecerá às normas da ABNT.

O lançamento será executado em camadas com espessuras uniformes e controladas por meio de pontalotes. A espessura será feita por nivelamentos sucessivos da superfície do aterro. Será mantida a homogeneidade das camadas a serem compactadas, tanto no que se refere à umidade quanto ao material.

As camadas que não tenham atingido as condições mínimas de compactação ou estejam com espessura maior que a especificada, serão escarificadas, homogeneizadas, levadas à umidade adequada e novamente compactadas, antes do lançamento da camada sobrejacente.

As camadas do aterro serão horizontais, devendo ser iniciadas nas cotas mais baixas.

Fica a cargo da Contratada o transporte necessário para a execução dos serviços de preparo do terreno, escavação e aterro.

14. INFRAESTRUTURA E PAVIMENTAÇÃO

Qualquer ocorrência na obra que comprovadamente impossibilite a execução das fundações deverá ser imediatamente comunicado a FISCALIZAÇÃO.

Serão executadas calçadas em lastro de concreto no traço 1:3:6, com 7cm de espessura, junta de dilatação com ripas de madeira a cada 2,00m, inclusive preparo do terreno. Deverão ser executados meio-fios ou guias e sarjetas. Na ausência de projetos específicos, deverão ser utilizados os dispositivos padronizados pela Norma do DNIT. Serão executados em concreto moldados in loco ou pré-moldados, devendo satisfazer aos requisitos impostos pelas normas.

Os meios-fios ou guias e sarjetas deverão estar rigorosamente dentro das medidas projetadas ou especificadas em planilha e não deverão apresentar torturas. Não serão aceitos meios-fios ou guias quebrados. As curvas serão executadas com 1/2 guias ou 1/4 guias. Os meios-fios ou guias serão assentadas diretamente sobre o terreno e este será umedecido e apilado.

As sarjetas serão moldadas após o assentamento das guias e terão as espessuras de 12cm junto à guia, 15cm na face oposta e 40cm de largura. A face superior da sarjeta será alisada com desempenadeira. O preparo e a regularização da superfície de assentamento serão executados com operação manual, envolvendo cortes, aterros ou acertos, compactação de forma a atingir a geometria projetada.

15. SUPERESTRUTURA E ESTRUTURA

Os pilares, vigas e lajes terão as dimensões estabelecidas e serão executados de acordo com as características especificadas no Projeto Estrutural.

16. IMPERMEABILIZAÇÃO

O aditivo impermeabilizante deve ser aplicado como pintura, com rolo de lã alta ou pincel, em 2 a 3 demãos, respeitando o consumo por m², com intervalo de 4 horas entre cada demão, a uma temperatura de 25 °C. Dependendo do tipo e do estado da parede, podem ser necessárias mais demãos. Finalizada a impermeabilização, aguardar no mínimo 5 dias para a secagem do produto conforme a temperatura, ventilação e umidade relativa no local.

17. PISO CIMENTADO

O piso cimentado poderá ser obtido através do desenvolvimento: sarrafeamento e alisamento da própria camada de concreto, traço 1:3:4 (cimento, areia grossa e pedra britada) com 5cm de espessura.

Após nivelamento, desempenar e queimar.

As placas serão concretadas alternadamente e as juntas, a cada 1m, serão do tipo "secas".

18. ALVENARIA DE VEDAÇÃO

Os painéis de alvenaria serão erguidos em tijolo cerâmico furado, nas dimensões nominais de 10x15x200mm, classe 10 (resistência mínima à compressão na área bruta igual a 1,0 MPa), recomendando-se o uso de argamassa no traço 1:2:8 (cimento: cal hidratada: areia sem peneirar), com juntas de 12mm de espessura, obtendo-se ao final, parede com 10cm de espessura (desconsiderando futuros revestimentos).

Empregar-se-á tijolos com junta amarrada, os quais devem ser previamente umedecidos (ou mesmo molhados), quando do seu emprego.

Deverão ser observados todos os procedimentos de controle de qualidade preconizados na NBR 7171/1992 (desvios em relação ao esquadro, planeza das faces, determinação das dimensões, e outras pertinentes).

Na fixação das paredes ao elemento estrutural devem ser utilizados “ferros-cabelo” – os quais podem ser barras dobradas em fôrma de “U”, barras retas, em ambos os casos com diâmetro de 5,0 mm, ou telas de aço galvanizado de malha quadrada 15x15 mm – posicionados de duas em duas fiadas, a partir da segunda.

Deve-se primar pela verticalidade e pela horizontalidade dos painéis, utilizando-se guia na execução do serviço. As fiadas deverão ser individualmente niveladas e aprumadas com a utilização de nível de bolha e prumo.

O encunhamento deve ser feito com cunhas de cimento ou “argamassa expansiva” própria para esse fim e, preferencialmente, de cima para baixo; ou seja, após o levantamento das alvenarias dos pavimentos superiores, para permitir a acomodação da estrutura e evitar o aparecimento de trincas. Para tanto, deve-se deixar uma folga de 3,0 a 4,0 mm entre a alvenaria e o elemento estrutural (viga ou laje), o qual somente será preenchido após 15 dias das paredes executadas.

19. CHAPISCO, EMBOÇO E REBOCO

Antes de ser iniciado qualquer serviço de revestimento deverão ser testadas todas as canalizações à pressão recomendada.

Fornecimento e aplicação de chapisco de aderência com argamassa de cimento e areia, no traço 1:3, com adição de adesivo a base de resina sintética, e = 5mm, nas paredes inclusive de áreas úmidas.

Toda a alvenaria a ser revestida será chapiscada depois de convenientemente limpa. Serão chapiscadas também todas as superfícies lisas de concreto, como montantes, vergas e outros elementos da estrutura que ficarão em contato com a alvenaria, inclusive fundo de vigas.

A argamassa de chapisco deverá ter consistência fluida, ser constituída de areia, predominantemente grossa, com dimensão máxima entre 2,40mm e 6,30mm.

O procedimento de execução do chapisco deverá obedecer ao previsto na NBR 7200/1998 – Revestimentos de paredes e tetos com argamassas – materiais, preparo, aplicação e manutenção. As bases de revestimento deverão atender às condições de plano, prumo e nivelamento, fixadas pela especificação de norma brasileira.

Para a aplicação do chapisco, a base deverá estar limpa, livre de pó, graxas, óleos, eflorescências, materiais soltos ou quaisquer produtos que venham prejudicar a aderência e abundantemente molhadas antes de receber a aplicação desse tipo de revestimento. A operação terá de ser executada, para atingir o seu objetivo, com o emprego de esguicho de mangueira.

A aplicação do chapisco deverá ser realizada através de aspersão vigorosa da argamassa, continuamente sobre toda área da base, que se pretende revestir.

Reboco novo deve atender às recomendações da ABNT NBR 7200/1998 - Execução de revestimento de paredes e tetos de argamassas inorgânicas. O reboco deve estar poroso, limpo, sem pintura, seco, isento de poeira e com boa resistência. Deve-se observar e corrigir eventuais trincas com o selante de massa acrílica para vedação.

Fornecimento e aplicação de reboco tipo paulista utilizando argamassa mista de cimento cal e areia, no traço 1:2:8, com 25mm de espessura, aplicado em parede interna ou externa. O reboco paulista consiste em uma camada de revestimento que propicia a superfície receber o acabamento final. Sua aplicação se dará após o chapisco.

O reboco paulista deve ser alisado e desempenado, devendo aderir bem ao chapisco e deverá possuir textura e composição uniforme. A espessura da camada de reboco paulista deverá ter no máximo 25mm.

O reboco deverá ser aplicado depois do assentamento de batentes e esquadrias e antes da colocação de rodapés, sendo regularizados e desempenados com régua e desempenadeira. Deverá apresentar aspecto uniforme com parâmetros perfeitamente planos, não sendo toleradas quaisquer ondulações ou desigualdade do alinhamento e superfície.

20. AZULEJOS

Os revestimentos cerâmicos serão executados com cuidado especial por ladrilheiros peritos em serviços esmerados e duráveis. Serão rejeitadas as peças que denotarem empenho e desbitolagem.

A cerâmica utilizada será de 1ª qualidade, assentada com argamassa colante aplicada com desempenadeira dentada e rejuntada na cor a ser determinada pela FISCALIZAÇÃO e com a espessura recomendada pelo fabricante.

As paredes do sanitário para P.C.D., dos sanitários públicos e da copa receberão revestimento cerâmico até a altura determinada e aplicados nas paredes indicadas no Projeto de Detalhamentos de Áreas Molhadas.

As juntas dos azulejos terão espessura constante, não superior a 1,50mm. Nas arestas vivas das paredes, utilizar-se-ão cantoneiras de alumínio para proteção e serão indicados pela FISCALIZAÇÃO o local de sua instalação. A espessura dos rejuntos será indicada pelo fabricante e a cor será determinada pela FISCALIZAÇÃO.

21. PINTURA

- **PINTURA EXTERNA.**

As alvenarias externas da edificação serão pintadas em tinta acrílica PVA nas cores Amarelo Ocre e Branco Gelo.

A tinta utilizada deverá anteder a norma DIN 55649 ou outra norma de sustentabilidade; e deverá ser livre de solventes e odor.

As superfícies a pintar serão cuidadosamente limpas e convenientemente preparadas para o tipo de pintura a que se destinam.

A eliminação da poeira deverá ser completa, tomando-se precauções especiais contra o levantamento de pó durante os trabalhos até que as tintas sequem inteiramente.

As superfícies só poderão ser pintadas quando perfeitamente secas. Receberão três demãos, sendo que, cada demão de tinta somente poderá ser aplicada depois de obedecido a um intervalo de 24 (vinte e quatro) horas entre demãos sucessivas, possibilitando, assim, a perfeita secagem de cada uma delas.

Serão adotadas precauções especiais e proteções, tais como o uso de fitas adesivas de PVC e lonas plásticas, no sentido de evitar respingos de tinta em superfícies não destinadas à pintura.

As tintas aplicadas serão diluídas conforme orientação do fabricante e aplicadas nas proporções recomendadas. As camadas deverão ser uniformes, sem escorrimento, falhas ou marcas de pincéis.

- **PINTURA INTERNA.**

Pintura acrílica semi-brilho sobre massa acrílica cor Branco Gelo para as paredes.
Pintura acrílica fosco sobre massa acrílica Branco Neve para o forro.

A tinta utilizada deverá anteder a norma DIN 55649 ou outra norma de sustentabilidade; e deverá ser livre de solventes e odor, e ser de primeira linha.

As superfícies a pintar serão cuidadosamente limpas e convenientemente preparadas para o tipo de pintura a que se destinam.

As paredes internas serão emassadas com massa acrílica, seladas com líquido preparador de superfícies e pintadas com tinta látex acrílico com acabamento semi-brilho ou fosco.

A eliminação da poeira deverá ser completa, tomando-se precauções especiais contra o levantamento de pó durante os trabalhos até que as tintas sequem inteiramente.

As superfícies só poderão ser pintadas quando perfeitamente secas. Receberão duas demãos, sendo que, cada demão de tinta somente poderá ser aplicada depois de obedecido a um intervalo de 24 (vinte e quatro) horas entre demãos sucessivas, possibilitando, assim, a perfeita secagem de cada uma delas.

Serão adotadas precauções especiais e proteções, tais como o uso de fitas adesivas de PVC e lonas plásticas, no sentido de evitar respingos de tinta em superfícies não destinadas à pintura.

As tintas aplicadas serão diluídas conforme orientação do fabricante e aplicadas nas proporções recomendadas. As camadas deverão ser uniformes, sem escorrimento, falhas ou marcas de pincéis.

22. ESQUADRIAS

- **ESQUADRIAS DE MADEIRA E FERRAGENS.**

Na execução do serviço, a madeira deverá ser de boa qualidade, seca e isenta de defeitos, tais como rachaduras, nós, escoriações, empenamento, etc.

As esquadrias de madeira obedecerão rigorosamente aos projetos apresentados. Ao chegarem na obra, as esquadrias serão inspecionadas, sendo recusadas as unidades que apresentarem sinais de empeno, descolamento ou outros defeitos.

Toda madeira que for utilizada em qualquer fase da obra e no canteiro de obras deverá ser possuir certificação FSC (Forest Stewardship Council) ou Conselho de Manejo Florestal. A comprovação através de documentos e nota fiscal deverá ser entregue para a fiscalização juntamente com a medição.

As guarnições das portas serão de madeira-de-lei, sendo os portais fixados com espuma expansiva de poliuretano e os alizares com prego sem cabeça para o melhor acabamento. O núcleo das portas, independentemente do tipo, terá espessura tal que garanta o perfeito embutimento das fechaduras, não podendo apresentar folga ou sobressalto.

As dobradiças deverão ser de latão e terão pino de bola de latão, para as portas pesadas terão arruela intermediária de desgaste.

As ferragens deverão ser executadas rigorosamente em perfeito acabamento, sem folgas ou emendas, nela inclusa seus rebaixos ou encaixes. Serão todas em acabamento cromado. As ferragens não poderão receber pintura.

Deverão ser verificadas as cargas das peças a serem fixadas pelas ferragens, principalmente as dobradiças, que deverão ser suficientemente robustas, de fôrma a suportarem com folga, o regime de trabalho a que venham a ser submetidas.

Todas as chaves deverão possuir numeração correspondente às portas e serem fornecidas em duas vias.

- **CAIXILHOS, FERRAGENS E VIDROS.**

Normas: EB-1968/1989 - Caixilho para edificação - janela (NBR-10821), MB-1226/1989.

Todos os trabalhos de serralheria em alumínio serão realizados com maior perfeição, mediante emprego de mão-de-obra especializada e de primeira qualidade, e executados rigorosamente e de acordo com os respectivos desenhos de detalhes.

Os materiais a serem empregados deverão ser de boa qualidade, novos, limpos, perfeitamente desempenados e sem nenhum defeito de fabricação ou falhas de laminação com acabamento superficial uniforme, isento de riscos, manchas, faixas, atritos e/ou outros defeitos.

A execução será esmerada, evitando-se por todas as formas e meios, emendas nas peças e nos encontros dos montantes verticais e horizontais. Terá vedação perfeita contra ventos e chuvas sendo que se apresentarem qualquer vazamento será imediatamente corrigido.

Os vidros utilizados nas esquadrias deverão obedecer a NBR 11706/1992 e NBR 7199/2016. Nas esquadrias especificadas em projeto poderá ser utilizado o vidro temperado, empregar vidro temperado incolor e nos tamanhos e recortes indicados em projeto.

As chapas serão inspecionadas no recebimento quanto à presença de bolhas, fissurações, manchas, riscos, empenamentos e defeitos de corte, e serão rejeitadas quando da ocor-

rência de qualquer desses defeitos; poderá ser escolhido o adequado acabamento das bordas (corte limpo, filetado, lapidado redondo, ou lapidado chanfrado). Aceitar-se-á variação dimensional de, no máximo 3,0 mm para maior ou para menor.

Deverão, ainda, ser instalados nos respectivos caixilhos observando-se a folga entre a chapa de vidro e a parte interna, a qual deve ser aproximadamente 6,0 a 8,0 mm para cada lado.

23. INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS.

As instalações deverá obedecer às normas da ABNT NBR-5626/1998 Instalação Predial de Água Fria, NBR-8160/1999 Sistemas prediais de esgoto sanitário, as especificações e instruções dos respectivos fabricantes dos materiais e equipamentos, devendo ser executado em perfeito entrosamento com os projetos de arquitetura, estrutural e elétrico.

Todos os materiais a serem aplicados (reservatórios, tubos e conexões para água e esgoto, louças e metais sanitários, etc) serão de primeira qualidade e aplicados por profissionais especializados neste tipo de instalação.

Toda a tubulação e os acessórios serão de PVC soldável, normatizada e executada conforme recomendações do fabricante. O diâmetro da tubulação deverá obedecer rigorosamente às especificações do projeto.

O procedimento usado nas juntas deverá ser o seguinte: lixamento na ponta, na parte externa e na bolsa na parte interna, aplicando em seguida líquido removedor de sujeira e colocar uma camada fina de cola do tipo colagem rápida para PVC.

Toda a tubulação deverá ser testada antes do recobrimento.

- **ÁGUA**

Os tubos a serem usados serão de PVC soldável, exceto nos locais de torneiras e registros. Nesses locais as conexões deverão ser em PVC soldável e com rosca metálica.

Os registros deverão ser de metal cromados, de qualidade comprovada.

Toda as derivações e tubulações necessárias serão em tubos coláveis de PVC marron, classe 15, bem como as conexões a serem utilizadas, as mesmas deverão ser embutidas na alvenaria.

- **ESGOTO SANITÁRIO**

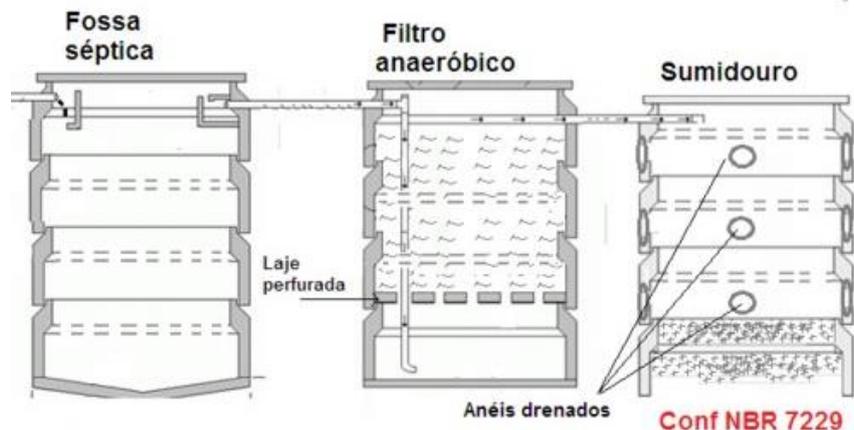
As peças de PVC branco tipo ponta e bolsa e deverão ser soldadas conforme indicação do fabricante. As declividades deverão ser compatíveis com o diâmetro e tipo das tubulações.

Ramais Externos – A rede será executada de forma a atender o objeto a que se destina e constara de:

Caixas de inspeção em alvenaria de tijolos furados ou maciço, revestidos internamente com argamassa de cimento e areia média, no traço 1:3 ou premoldados em concreto, com cimento suficiente para permitir perfeito escoamento. A tampa será de concreto, com 0,05m de espessura, pré moldada.

As tubulações quando enterrados devem ser assentados sobre o terreno com base firme, recobrimento mínimo de 0,30m.

A obra deverá contemplar a instalação de fossa e sumidouro conforme locação em projeto e atendimento a Norma NBR 7229/1993 - Projeto, construção e operação de sistemas de tanques sépticos e 13.969/1997 - Tanques sépticos - Unidades de tratamento complementar e disposição final dos efluentes líquidos - Projeto, construção e operação.



24. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

Serão de acordo com as normas estabelecidas pela concessionária local e as normas técnicas da ABNT, bem como a NR-10 Instalações e Serviços em Eletricidade aprovada pela Portaria 3.214 de 08/06/1978 do Ministério do Trabalho e Emprego.

Condutores serão de cobre e deverão atender a NBR-5410 Instalações Elétricas de Baixa Tensão de 29/12/1997 da ABNT, com isolamento anti-chama adequados para tensão de serviço de 0,6 a 1,0KV, obedecendo ao Projeto.

As caixas de embutir dos interruptores serão de ferro esmaltado a fogo interna e externamente, chapa nº 18 nas medidas de 4" x 2" e 4" x 4".

As instalações com interruptor paralelo serão instaladas de acordo com o projeto.

A proteção do circuito de distribuição estará no quadro de medição.

Os interruptores serão de teclas e as tomadas de correntes do tipo universal conjugados de embutir, em caixas de ferro esmaltado a fogo, protegidos por espelhos de PVC. A linha dos espelhos adotados será a comercial, de boa qualidade.

Todas as tomadas de energia elétrica serão do tipo 2P + T, 10A/ 250V, embutidas em alvenaria, com altura de instalação conforme projeto. As potências das tomadas são indicadas na própria tomada, e aquelas que não forem indicadas, são de 100W.

As tomadas para condicionadores de ar serão tipo 3P, pino chato, 25A/ 250V, embutidas em alvenaria.

Todos os interruptores que comandam os pontos de luz, monopolares, serão de 15A/250V, especificadas no projeto.

Toda a instalação deverá ser entregue testada, ficando o CONTRATADO responsável pelo pagamento das taxas e demais despesas decorrentes de sua ligação a rede pública, devendo ser apresentada a Declaração da Concessionária de que as entradas foram vistoriadas e estão em dia e em ordem.

- **Sistemas de Emergência**

Deverão ser adquiridos e colocados extintores multiuso do tipo pó químico A B C (6 kg) de capacidade extintora 3A 20BC.



Os dispositivos de proteção contra incêndio adotados (extintores) deverão ser fixados nas paredes.

Os extintores não deverão ser fixados acima dos 160 centímetros de altura nas alvenarias especificadas, sendo necessário a execução da sinalização de piso e parede.

25. FORRO DE GESSO

Execução de forro de gesso acartonado nos locais indicados no projeto de arquitetura. Será exigido para a execução do forro, nivelamento, esquadros e alinhamento perfeitos, sem ressaltos, reentrâncias, diferenças nas juntas; bem como as placas ou régua deverão ser novas e apresentarem-se sem qualquer tipo de defeitos, e nos desenhos de projeto.

Os serviços de colocação do forro suspenso deverão ser executados, conforme orientação do fabricante, e depois de terminada a pintura das paredes e demais serviços que interferem nesta execução.

Nos locais onde existam instalações elétricas, hidráulicas, ar condicionado, exaustão, etc. acima do forro, o mesmo só poderá ser executado, depois de vistoriadas, aprovadas e testadas estas instalações.

As placas de gesso deverão ter as bordas reforçadas isentas de defeitos e ficarão suspensas em tirantes fixados às estruturas metálicas e ou lajes.

Os arremates das placas junto às paredes deverão ser perfeitos, sem gretas ou aberturas, sendo as linhas de coincidência perfeitamente alinhadas, e com juntas de dilatação quando houver recomendação do fabricante para tal, evitando-se assim trincas.

Utilizar a trama de sustentação para fixar luminárias e equipamentos. Não fixar as luminárias ou equipamentos nas lâminas do forro, sob o risco de queda das lâminas.

Painel em placas constituídas de gesso com aditivos, envolvida por cartão, parafusada sobre estrutura em aço galvanizado, modelo F-530. Execução de estrutura metálica, utilizando pino com rosca, tirante, borboleta, união e canaleta 70/20, conforme orientação do fabricante.

As chapas deverão ser aparafusadas na canaleta 70/20 a cada 60cm. Deverá ser aplicada nas juntas entre as chapas fita kraft e gesso, formando uma superfície uniforme.

É considerado incluso neste item todos os materiais e serviços necessários para sua perfeita instalação, inclusive, sancas, tabicas, recortes para instalação de luminárias, estrutura de sustentação, etc.

Deverá ser previsto alçapão de acesso a estrutura do telhado e caixa de água nos ambientes onde houver este forro.

26. COBERTURA

- **Condições Gerais:**

Só poderão ser aplicados telhas e acessórios de fabricantes que tenham o certificado de qualidade ISO 9000 ou superior ou atestado do IPT ou outro que atenda as normas da ABNT, no que couber.

Os serviços a serem executados, bem como, os materiais empregados nas obras deverão obedecer às normas pertinentes da A.B.N.T – NR-18 – SECÇÃO 18.18 – (SERVIÇOS EM TELHADOS).

Será obedecido rigorosamente às prescrições do fabricante no que diz respeito aos cuidados com relação a cortes, inclinações, beirais, vãos livres, recobrimentos laterais, longitudinais, fixações, uso de rufos, contra-rufos e demais acessórios conforme recomendações do fabricante.

Deverão ser obedecidas as indicações do fabricante no que diz respeito aos cuidados a serem tomados durante o manuseio, transporte das peças até sua colocação, sentido de montagem, corte de cantos, furação, fixação, vão livre máximo, etc. A inclinação da cobertura deverá ser obtida através da posição correta dos seus apoios e de sua inclinação.

Não será permitido o uso de 02 ou mais telhas para cobrir um vão, se o mesmo puder ser coberto com 01 (uma).

Toda a fixação de pingadeiras, calhas e rufos na alvenaria deverá ser feita com a utilização de bucha de nylon, parafusos zincados - cabeça panela e arruela lisa zincada.

Serão obedecidas rigorosamente as prescrições do fabricante no que diz respeito a cuidados quanto aos cortes, inclinações, beirais, vãos livres, recobrimento laterais, longitudinais, fixações, uso de rufos, contra-rufos e demais acessórios.

São consideradas partes do item de cobertura, elementos de fixação, apoios, suporte de abas, afastadores, peças complementares, cumeeiras, terminais de abas planas, rufos, tampões, placas pingadeiras, ralos tipo abacaxi quando necessários.

- **CUMEEIRA**

As cumeeiras deverão ser em fibrocimento, conforme o tipo e modelo de telha a ser empregado.

- **TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO**

As telhas deverão ser de 6 ou 8mm, seguindo especificação técnica do fabricante em relação a inclinação mínima e recobrimento, fixação, balanço mínimo e máximo. Atender ao fabricante quanto a quantidade de apoios e suas distâncias.

- **RUFOS E CALHAS**

Os rufos e calhas serão em chapas galvanizadas USG #26, natural sem pintura, com dimensões de 25cm de largura e 20 cm de altura, por facilidade de manutenção. Deverão possuir ralo tipo abacaxi nas quedas dos condutores de água pluvial. Deverão atender a NBR 10844/1989.

27. LIMPEZA DE OBRA

Limpeza geral final de pisos, paredes, vidros, equipamentos (louças, metais, etc.) e áreas externas, inclusive jardins.

Para a limpeza deverá ser usada de modo geral água e sabão neutro: o uso de detergentes, solventes e removedores químicos deverão ser restritos.

RODRIGO KOGAWA

Responsável pela elaboração do Memorial Descritivo

LEONARDO MARTINS DE CASTRO TEIXEIRA

Secretário Municipal de Obras

ANEXO III

**DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO AO EDITAL E INEXISTÊNCIA DE FATOS
SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO**

À Comissão de Licitações

Ref.: TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2018

Objeto: contratação de empresa para executar a Casa de Velório em Santo Antônio do Rio Verde.

O signatário da presente, em nome da proponente, _____, declara, expressamente, que se sujeita às condições estabelecidas no EDITAL em pauta e nos respectivos anexos e documentos, que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo Órgão licitador quanto à qualificação, apenas, das proponentes que hajam atendido às condições estabelecidas e demonstrem integral possibilidade de executar as obras e/ou Serviços.

O signatário da presente declara, também, em nome da referida proponente, total concordância com a decisão que venha a ser tomada quanto à adjudicação, objeto do presente Edital.

Declara, ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos do art. 2º, § 2º e art. 97 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

Local e data

Assinatura e carimbo do Representante Legal

ANEXO IV

CARTA-CREDENCIAL

Ref.: TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2018

Objeto: contratação de empresa para executar a Casa de Velório em Santo Antônio do Rio Verde.

Prezados Senhores,

O abaixo assinado, _____, portador da CI/RG nº _____, emitida por _____ (ou equivalente para estrangeiro), na qualidade de responsável legal pela proponente _____, vem, pela presente, informar a V.S.^ª, que o(a) Sr(a) _____, portador(a) da CI/RG nº _____ emitida por _____ e do CPF/MF nº _____, é a pessoa designada por nós para acompanhar a sessão de abertura e recebimento da documentação de habilitação e propostas de preços, bem como assinar atas e demais documentos a que se referir à licitação em epígrafe.

Atenciosamente,

Local e data

Assinatura e carimbo do Representante Legal

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENORES

Ref.: TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2018

Objeto: contratação de empresa para executar a Casa de Velório em Santo Antônio do Rio Verde.

A empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, por intermédio do seu representante legal, Sr.(a) _____, portador(a) do RG nº _____ e do CPF nº _____, em atendimento ao disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854/99 e inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, e ainda ao item 19.1.6, alínea “c”, **DECLARA** que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menores de 16 (dezesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ()
(assinalar com “x” a ressalva acima, caso verdadeira)

Local e data

Assinatura e carimbo do Representante Legal

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Ref.: TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2018

Objeto: contratação de empresa para executar a Casa de Velório em Santo Antônio do Rio Verde.

A empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, por seu representante legal abaixo assinado, Sr.(a) _____, portador(a) do RG nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para os fins, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme inciso I do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando apta a usufruir do tratamento diferenciado e simplificado estabelecido nos arts. 42 a 49 daquela Lei Complementar, não se enquadrando em quaisquer vedações constantes no § 4º do art. 3º da referida lei.

Local e data

Assinatura e carimbo do Representante Legal
(com firma reconhecida)

OBS: assinalar com um “X” a situação da empresa.

- Fazer Declaração falsa de enquadramento na condição de ME ou EPP, frustrando o caráter competitivo do procedimento licitatório, com intuito de obter para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação, é tipificado como crime na Lei Geral de Licitações (art.90, Lei 8666/93). Também é caso de aplicação de sanção administrativa de declaração de inidoneidade, haja vista ser ato ilícito que visa frustrar os objetivos da licitação (art. 88, Lei nº.8666/93).

ANEXO VII
ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

Ref.: TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2018

Objeto: contratação de empresa para executar a Casa de Velório em Santo Antônio do Rio Verde.

Atestamos que a empresa _____, inscrita no CREA/CAU sob o nº _____ e no CNPJ/MF sob o nº _____, devidamente credenciada através do seu Técnico Responsável ou representante legal, Sr.(a) _____, portador(a) do CPF/MF nº _____, inscrito(a) no CREA/CAU sob o nº _____, nos termos do Edital de Tomada de Preços nº 009/2018, **VISITOU** o local de intervenção da obra e/ou serviços, objeto da concorrência em epígrafe, constatando as condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, recebendo as informações técnicas pertinentes.

Local e data

Secretário Municipal de Obras

Eng. Civil responsável da Prefeitura Municipal

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE FINANCEIRA

Ref.: TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2018

Objeto: contratação de empresa para executar a Casa de Velório em Santo Antônio do Rio Verde.

Declaramos que as demonstrações abaixo correspondem a real situação da proponente. Esses índices foram obtidos no Balanço do último exercício social.

Declaramos, ainda, que a qualquer tempo, desde que solicitado pelo licitador, nos comprometemos a apresentar as demonstrações financeiras que comprovam as demonstrações.

SÃO AS DEMONSTRAÇÕES:

- 1) liquidez geral - (LG)
 $LG = (AC+RLP) / (PC+ELP)$
- 2) liquidez corrente (LC)
 $LC = AC/PC$
- 3) endividamento
 $E = (PC+ELP)/AT$

Onde:

AT = Ativo Total

AC = Ativo Circulante

RLP = Realizável a Longo Prazo

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível a Longo Prazo.

Local e data

Representante legal
(carimbo, nome e assinatura)

Contador da Proponente
(nome, assinatura, número de registro no CRC)

ANEXO IX

(razão social, endereço, telefone, fax, E-mail e CNPJ/MF)

PROPOSTA COMERCIAL DE PREÇOS

Local, ____ de _____ de 2018

À
Comissão de Licitações

Ref.: TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2018

Objeto: contratação de empresa para executar a Casa de Velório em Santo Antônio do Rio Verde.

Prezados Senhores,

Apresentamos e submetemos à apreciação de V^{as}, nossa proposta de preços relativa à execução dos serviços, objeto da licitação em epígrafe.

O valor global, proposto para execução do objeto é de R\$ _____ (_____).

O prazo de execução do objeto é de _____ (_____) dias corridos a contar da emissão da "Ordem de Serviços".

O prazo de validade da proposta de preços é de _____ (_____) dias corridos a partir da data do recebimento das propostas pela Comissão Permanente de Licitações.

Atenciosamente,

(carimbo, nome e assinatura do responsável legal)
(carteira de identidade número e órgão emissor)

ANEXO X
MEMORIAL DE CÁLCULO

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	MATERIAL	MÃO-DE-OBRA	TOTAL
<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE CATALÃO - GO SECRETARIA DE OBRAS ORÇAMENTO BÁSICO - CASA DE VELÓRIO RUA MATRIZ, LOTE01, QUADRA 19, DISTRITO DE SANTO ANTÔNIO DO RIO VERDE</p> <p>(AGETOP) TABELA 128 - CUSTOS DE OBRAS CIVIS - NOVEMBRO/2017 - DESONERADA (SINAPI) - TABELA PREÇOS COMPOSIÇÕES SINTÉTICO - 01/2018 - DESONERADA (SINAPI) - TABELA PREÇOS DE INSUMOS - 01/2018 OBRA: Casa de Velório Área: 183,05 m²</p> <p>23 de março de 2018</p>							
Grupo de Serviço: 164 - Serviços Preliminares							
1.1	AGETOP	20101	DEMOLICAO COBERTURA TELHA CERAMICA C/ TRANSP. ATÉ CB. E CARGA	m	149,08	R\$ 0,00	R\$ 4,58
1.2	AGETOP	20103	DEMOLICÃO ESTRUTURA EM MADEIRA TELHADO C/ TRANSP. ATÉ CB. E	m2	149,08	R\$ 0,00	R\$ 9,92
1.3	AGETOP	20105	DEMOL.FORRO PAULISTA C/TRANSP.ATÉ CB.E CARGA	m2	21,24	R\$ 0,00	R\$ 2,29
1.4	AGETOP	20106	RETIRADA DE JANELAS OU PORTAIS C/ TRANSP. ATÉ CB. E CARGA	m2	18,57	R\$ 0,00	R\$ 3,82
1.5	AGETOP	20109	DEM.PISO CIMENT.SOBRE LASTRO CONC.C/TR.ATÉ CB. E CARGA	m2	163,76	R\$ 0,00	R\$ 9,92
1.6	AGETOP	20128	DEM.PILAR CONC.ARM.MANUAL C/TR.ATE CB.E CARGA(OC)	m3	5,03	R\$ 0,00	R\$ 171,72
1.7	AGETOP	20141	DEMOLICAO DE CAIXA DESCARGA EXTERNA C/ TRANSP. ATÉ CB. E CARGA	unid.	2	R\$ 0,00	R\$ 2,05
1.8	AGETOP	20212	BARRACAO DE OBRAS PADRAO AGETOP/2014 (BLOCOS,COBERTURAS,PASSARELAS E MÓVEIS), SEM ALOJAMENTO E LAVANDERIA , COM PINTURA, EM CONSONÂNCIA COM AS NR's, EM ESPECIAL A NR-18, INCLUSO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E HIDROSSANITÁRIAS - COM REAPROVEITAMENTO 1 VEZ).	m2	11,00	R\$ 126,30	R\$ 47,37
1.9	AGETOP	20600	TAPUME EM CHAPA COMPENSADA RESINADA 6MM COM PORTÕES E FERRAGENS - PADRÃO AGETOP	m2	116,55	R\$ 26,63	R\$ 10,61
1.10	AGETOP	21301	PLACA DE OBRA EM CHAPA METÁLICA 26 COM PINTURA, AFIxada EM CAVALETES DE MADEIRA DE LEI (VIGOTAS 6X12CM) - PADRÃO AGETOP	m2	3,00	R\$ 143,82	R\$ 2,11
1.11	AGETOP	20701	LOCAÇÃO DA OBRA, EXECUÇÃO DE GABARITO SEM REAPROVEITAMENTO, INCLUSO PINTURA (FACE INTERNA DO RIPÃO 15CM) E PIQUETE COM TESTEMUNHA	m2	183,05	R\$ 2,25	R\$ 1,20
SUBTOTAL							R\$ 12.093,63
Grupo de Serviço: 165 - Transportes							
2.1	AGETOP	30105	TRANSPORTE DE ENTULHO EM CAÇAMBA ESTACIONÁRIA INCLUSO A CARGA MANUAL	m3	10,94	R\$ 41,67	R\$ 5,33
SUBTOTAL							R\$ 514,18
Grupo de Serviço: 166 - Serviço em terra							
3.1	AGETOP	40904	REATERRO COM APOLOAMENTO MECÂNICO	m3	280,06	R\$ 0,40	R\$ 1,99
3.2	AGETOP	41004	ESCAVAÇÃO MECANICA	m3	50,07	R\$ 1,19	R\$ 0,00
3.3	SINAPI	(insumo) 6081	ARGILA OU BARRO PARA ATERRO/REATERRO (COM TRANSPORTE ATÉ 10 KM)	m3	280,06	R\$ 27,73	R\$ 7.766,07
SUBTOTAL							R\$ 8.495,01
Grupo de Serviço: 167 - Fundações e Sondagens							
4.1	AGETOP	50301	ESTACA A TRADO DIAM.25 CM SEM FERRO	m	222,00	R\$ 12,32	R\$ 15,94
4.2	AGETOP	50901	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALAS (SAPATAS/BLOCOS)	m3	36,57	R\$ 0,00	R\$ 26,64
4.3	AGETOP	50903	REATERRO C/APOLOAMENTO (BLOCOS/SAPATAS)	m3	15,03	R\$ 0,00	R\$ 13,94
4.4	AGETOP	51032	CONCRETO USINADO CONVENCIONAL FCK=25 MPA COM TRANSPORTE M	m3	23,38	R\$ 237,80	R\$ 21,15
4.5	AGETOP	51055	LANÇAMENTO/APLICAÇÃO/ADENSAMENTO MANUAL DE CONCRETO - (O.C.)	m3	14,08	R\$ 0,00	R\$ 29,40
4.6	AGETOP	52002	ACO CA-50A - 6,3 MM (1/4") - (OBRAS CIVIS)	kg	59,85	R\$ 3,85	R\$ 1,51
4.7	AGETOP	52004	ACO CA 50-A - 8,0 MM (5/16") - (OBRAS CIVIS)	kg	221,05	R\$ 3,36	R\$ 1,73
SUBTOTAL							R\$ 15.371,64
Grupo de Serviço: 168 - Estruturas							
5.1	AGETOP	60010	VERGA/CONTRAVERGA EM CONCRETO ARMADO FCK = 20 MPA	m3	0,60	R\$ 875,88	R\$ 436,87
5.2	AGETOP	60208	FORMA CH.COMPENSADA 12MM-VIGA/PILAR U=3V - (OBRAS CIVIS)	m2	290,60	R\$ 21,38	R\$ 29,16
5.3	AGETOP	60303	ACO CA-50 A - 6,3 MM (1/4") - (OBRAS CIVIS)	kg	19,10	R\$ 3,36	R\$ 1,73
5.4	AGETOP	60304	ACO CA-50 A - 8,0 MM (5/16") - (OBRAS CIVIS)	kg	791,80	R\$ 3,36	R\$ 1,73
5.5	AGETOP	60305	ACO CA-50A - 10,0 MM (3/8") - (OBRAS CIVIS)	kg	836,70	R\$ 3,25	R\$ 1,73
5.6	AGETOP	60306	ACO CA-50A - 12,5 MM (1/2") - (OBRAS CIVIS)	kg	197,30	R\$ 3,19	R\$ 2,16
5.7	AGETOP	60314	ACO CA - 60 - 5,0 MM - (OBRAS CIVIS)	kg	771,20	R\$ 3,84	R\$ 1,51
5.8	AGETOP	60524	CONCRETO USINADO CONVENCIONAL FCK=25 MPA COM TRANSPORTE MANUAL - (O.C.)	m3	21,60	R\$ 240,69	R\$ 0,00
5.9	AGETOP	60800	LANÇAMENTO/APLICAÇÃO/ADENSAMENTO DE CONCRETO USINADO BOMBEADO EM ESTRUTURA - (O.C.)	m3	21,60	R\$ 0,03	R\$ 31,22
5.10	AGETOP	61101	FORRO EM LAJE PRE-MOLDADA INC.CAPEAMENTO/FERR.DISTRIB./ESCORAMENTO E FORMA/DESFORMA	m2	183,05	R\$ 45,23	R\$ 12,19
5.11	AGETOP	61130	MURO ARRIMO PADRÃO AGETOP EM CANALETA SEM REVESTIMENTO-(COM ALTURA ATÉ 2, 50M)-INCLUSO FUNDAÇÃO	m2	37,00	R\$ 125,99	R\$ 103,63
SUBTOTAL							R\$ 53.830,91
Grupo de Serviço: 169 - Instalações Elét./Telefônica/Cabeamento Estruturado							
6.1	AGETOP	70422	BUCHA E ARRUELA METALICA DIAM. 1"	par	8	R\$ 0,47	R\$ 0,21
6.2	AGETOP	70501	CABECOTE DE LIGA DE ALUMINIO DIAM. 1"	unid.	3	R\$ 3,10	R\$ 1,29
6.3	AGETOP	70571	CABO ISOLADO PVC 750 V, No. 16 MM2	m	26	R\$ 5,53	R\$ 1,73
6.4	AGETOP	70573	CABO ISOLADO PVC 750 V, No. 35 MM2	m	79	R\$ 10,70	R\$ 2,27
6.5	AGETOP	70645	CAIXA DE PASSAGEM METALICA DE EMBUTIR 15X15X12 CM	unid.	6	R\$ 10,40	R\$ 15,12
6.6	AGETOP	70681	CAIXA METALICA OCTOGONAL FUNDO MOVEL, SIMPLES 2"	unid.	61	R\$ 2,25	R\$ 3,24

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	MATERIAL	MÃO-DE-OBRA	TOTAL
6.7	AGETOP 70691	CAIXA METALICA RET. 4" X 2" X 2"	unid.	38	R\$ 0,94	R\$ 3,24	R\$ 158,84
6.8	AGETOP 70920	CINTA DE ACO GALVANIZADO DIAM.190 MM	unid.	3	R\$ 16,04	R\$ 4,32	R\$ 61,08
6.9	AGETOP 71142	CURVA DE 90 GRAUS DE PVC RIGIDO DIAM. 1"	unid.	6	R\$ 2,27	R\$ 2,81	R\$ 30,48
6.10	AGETOP 71171	DISJUNTOR MONOPOLAR DE 10 A 30-A	unid.	13	R\$ 8,05	R\$ 6,48	R\$ 188,89
6.11	AGETOP 71172	DISJUNTOR MONOPOLAR DE 35 A 50-A	unid.	1	R\$ 9,16	R\$ 6,48	R\$ 15,64
6.12	AGETOP 71193	ELETRODUTO PVC FLEXÍVEL - MANGUEIRA CORRUGADA LEVE - DIAM. 20M	m	416	R\$ 1,02	R\$ 3,67	R\$ 1.949,64
6.13	AGETOP 71194	ELETRODUTO PVC FLEXÍVEL - MANGUEIRA CORRUGADA LEVE - DIAM. 25M	m	28	R\$ 1,26	R\$ 3,67	R\$ 139,52
6.14	AGETOP 71199	ELETRODUTO PVC FLEXÍVEL - MANGUEIRA CORRUGADA REFORÇADA - DIA	m	23	R\$ 4,70	R\$ 17,28	R\$ 496,75
6.15	AGETOP 71204	ELETRODUTO DE PVC RIGIDO DIAMETRO 1.1/4"	m	1	R\$ 4,82	R\$ 9,07	R\$ 13,89
6.16	AGETOP 71290	FIO ISOLADO PVC 750 V, No. 1,5 MM2	m	96	R\$ 0,51	R\$ 1,08	R\$ 152,01
6.17	AGETOP 71291	FIO ISOLADO PVC 750 V, No. 2,5 MM2	m	987	R\$ 0,93	R\$ 1,19	R\$ 2.092,02
6.18	AGETOP 71292	FIO ISOLADO PVC 750 V, No. 4 MM2	m	421	R\$ 1,23	R\$ 1,29	R\$ 1.060,17
6.19	AGETOP 71294	FIO ISOLADO PVC 750 V, No. 10 MM2	m	15	R\$ 3,35	R\$ 1,51	R\$ 73,39
6.20	AGETOP 71330	FITA ISOLANTE, ROLO DE 10,00 M	unid.	10	R\$ 3,00	R\$ 4,32	R\$ 73,20
6.21	AGETOP 71380	HASTE REV.COBRE(COPPERWELD) 3/4" X 2,40 M C/CONECTOR	unid.	2	R\$ 18,35	R\$ 6,48	R\$ 49,66
6.22	AGETOP 71440	INTERRUPTOR SIMPLES (1 SECAO)	unid.	2	R\$ 5,54	R\$ 4,53	R\$ 20,14
6.23	AGETOP 71441	INTERRUPTOR SIMPLES (2 SECOES)	unid.	1	R\$ 7,16	R\$ 7,99	R\$ 15,15
6.24	AGETOP 71442	INTERRUPTOR SIMPLES (3 SECOES)	unid.	1	R\$ 10,81	R\$ 11,45	R\$ 22,26
6.25	AGETOP 71443	INTERRUPTOR SIMPLES 1 SEÇÃO E 1 TOMADA HEXAGONAL 2P + T - 10A C	unid.	4	R\$ 8,58	R\$ 7,99	R\$ 66,28
6.26	AGETOP 71450	INTERRUPTOR DIFERENCIAL RESIDUAL (D.R.) BIPOLAR DE 25A-30mA	unid.	4	R\$ 79,63	R\$ 12,96	R\$ 370,36
6.27	AGETOP 71480	ISOLADOR ROLDANA PORCELANA 72 X 72	unid.	5	R\$ 4,16	R\$ 4,32	R\$ 42,40
6.28	AGETOP 71520	LAMPADA A VAPOR DE MERCURIO 125 W	unid.	12	R\$ 16,43	R\$ 1,73	R\$ 217,92
6.29	AGETOP 71536	LÂMPADA FLUORESCENTE TUBULAR T5 DE 28 W	unid.	8	R\$ 8,83	R\$ 1,73	R\$ 84,48
6.30	AGETOP 71566	LAMPADA COMPACTA ELETRÔNICA COM REATOR INTEGRADO 11 W	unid.	8	R\$ 7,49	R\$ 1,73	R\$ 73,76
6.31	AGETOP 71567	LAMPADA COMPACTA ELETRÔNICA COM REATOR INTEGRADO 15 W	unid.	11	R\$ 8,12	R\$ 1,73	R\$ 108,35
6.32	AGETOP 71577	LAMPADA COMPACTA ELETRÔNICA COM REATOR INTEGRADO 25/26 W	unid.	26	R\$ 10,57	R\$ 1,73	R\$ 319,80
6.33	AGETOP 71612	LUMINÁRIA TIPO ARANDELA DE USO EXTERNO BLINDADA COM GRADE (MÉDIA) - BASE E- 27	unid.	4	R\$ 75,90	R\$ 6,97	R\$ 331,48
6.34	AGETOP 71617	LUMINÁRIA DE EMBUTIR COM REFLETOR DE ALUMÍNIO E ALETAS 2X28W - INCLUSO CORTE NO FORRO	unid.	32	R\$ 92,61	R\$ 10,66	R\$ 3.304,64
6.35	AGETOP 71646	LUMINÁRIA TIPO PLAFON DE EMBUTIR QUADRADA PARA 2 LÂMPADAS - INCLUSO CORTE NO FORRO	unid.	24	R\$ 78,78	R\$ 7,47	R\$ 2.070,00
6.36	AGETOP 71688	LUMINÁRIA TIPO SPOT DE SOBREPOR PARA 01 LÂMPADA	unid.	8	R\$ 41,75	R\$ 6,97	R\$ 389,76
6.37	AGETOP 71689	LUMINÁRIA TIPO SPOT DE SOBREPOR PARA 02 LÂMPADAS	unid.	4	R\$ 66,71	R\$ 6,97	R\$ 294,72
6.38	AGETOP 71742	LUVA PVC ROSQUEAVEAL DIAMETRO 1"	unid.	9	R\$ 0,68	R\$ 1,08	R\$ 15,84
6.39	AGETOP 71773	NIPLE METALICO Fo.Zo. DIAMETRO 1"	unid.	2	R\$ 5,26	R\$ 2,16	R\$ 14,84
6.40	AGETOP 71776	NIPLE METALICO Fo.Zo. DIAMETRO 2,1/2"	unid.	2	R\$ 24,16	R\$ 5,40	R\$ 59,12
6.41	AGETOP 71801	PADRAO MONOFASICO 10 MM2 H=5 METROS	unid.	1	R\$ 336,52	R\$ 49,52	R\$ 386,04
6.42	AGETOP 71841	PARAFUSO CABEÇA ABAULADA (FRANCES) M16 X 150 MM	unid.	3	R\$ 4,95	R\$ 0,14	R\$ 15,27
6.43	AGETOP 71992	POSTE SIMPLES CÔNICO CONTÍNUO, CIRCULAR, RETO, COM DIÂMETRO NOMINAL DE 60MM NA EXTREMIDADE, GALVANIZADO A FOGO, Hútil=10 M - ENGASTADO EM CONCRETO COM FCK = 13,5 MPA	unid.	3	R\$ 665,06	R\$ 12,89	R\$ 2.033,85
6.44	AGETOP 72170	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE EMBUTIR EM PVC CB 12-E -100A	unid.	1	R\$ 203,48	R\$ 43,20	R\$ 246,68
6.45	AGETOP 72241	REATOR INTERNO V. MERCÚRIO AFP 1 X 125 W	unid.	12	R\$ 32,86	R\$ 3,80	R\$ 439,92
6.46	AGETOP 72252	REATOR ELETRÔNICO AFP 2 X 28W	unid.	4	R\$ 40,69	R\$ 3,80	R\$ 177,96
6.47	AGETOP 72320	RELE FOTO ELETRICO COM BASE	unid.	4	R\$ 13,66	R\$ 21,60	R\$ 141,04
6.48	AGETOP 72329	SAPATILHA DE AÇO GALVANIZADO PARA POSTE COM TRANSFORMADOR	unid.	1	R\$ 1,58	R\$ 8,64	R\$ 10,22
6.49	AGETOP 72369	SUORTE PARA 4 PÉTALAS PARA LUMINÁRIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	unid.	3	R\$ 129,89	R\$ 5,40	R\$ 405,87
6.50	AGETOP 72570	TOMADA HEXAGONAL 2P + T - 10A - 250V LINHA X	unid.	21	R\$ 7,57	R\$ 5,27	R\$ 290,64
6.51	AGETOP 72575	TOMADA HEXAGONAL 2P + T - 20A - 250V LINHA X	unid.	8	R\$ 8,48	R\$ 6,27	R\$ 118,00
						SUBTOTAL	R\$ 20.362,87
Grupo de Serviço: 170 - Instalações Hidro-Sanitárias							
7.1	AGETOP 80504	VASO SANITÁRIO COM CAIXA ACOPLADA COMPLETO - EXCLUSO ASSENTO	unid.	4	R\$ 336,17	R\$ 51,84	R\$ 1.552,04
7.2	AGETOP 80510	ANEL DE VEDAÇÃO PARA VASO SANITÁRIO	unid.	4	R\$ 6,58	R\$ 3,24	R\$ 39,28
7.3	AGETOP 80520	CONJUNTO DE FIXAÇÃO P/VASO SANITARIO (PAR)	cj.	4	R\$ 5,00	R\$ 4,32	R\$ 37,28
7.4	AGETOP 80526	ASSENTO PARA VASO SANITÁRIO	unid.	4	R\$ 92,48	R\$ 3,24	R\$ 382,88
7.5	AGETOP 80532	PORTA PAPEL HIGIENICO EM INOX	unid.	4	R\$ 35,81	R\$ 7,56	R\$ 173,48
7.6	AGETOP 80542	LAVATÓRIO MÉDIO SEM COLUNA	unid.	3	R\$ 81,74	R\$ 35,43	R\$ 351,51
7.7	AGETOP 80550	FIXAÇÃO P/LAVATORIO (PAR)	cj.	3	R\$ 2,67	R\$ 3,24	R\$ 17,73
7.8	AGETOP 80555	LIGAÇÃO FLEXÍVEL METÁLICA DIAM.1/2"(ENGATE)	unid.	4	R\$ 22,60	R\$ 5,40	R\$ 112,00
7.9	AGETOP 80556	LIGAÇÃO FLEXÍVEL PVC DIAM.1/2" (ENGATE)	unid.	3	R\$ 3,73	R\$ 5,40	R\$ 27,39
7.10	AGETOP 80562	SIFAO FLEXIVEL UNIVERSAL (SANFONADO) EM PVC PARA LAVATORIO	unid.	6	R\$ 6,25	R\$ 7,77	R\$ 84,12
7.11	AGETOP 80570	TORNEIRA PARA LAVATÓRIO DIÂMETRO 1/2"	unid.	3	R\$ 47,38	R\$ 4,32	R\$ 155,10
7.12	AGETOP 80580	VALVULA P/LAVATORIO OU BEBEDOURO METALICO DIAMETRO 1"	unid.	5	R\$ 21,64	R\$ 3,24	R\$ 124,40
7.13	AGETOP 80590	CUBA DE LOUCA DE EMBUTIR OVAL MÉDIA COM LADRÃO	unid.	2	R\$ 58,74	R\$ 8,43	R\$ 134,34
7.14	AGETOP 80601	MICTORIO DE LOUCA C/SIFAO INTEGRADO	unid.	1	R\$ 37,80	R\$ 37,80	R\$ 75,60
7.15	AGETOP 80610	KIT FERR.P/MICT.LOUCA (ESPUDE,CONEXÃO ENTR.PARAFUSOS)	unid.	1	R\$ 68,68	R\$ 19,44	R\$ 88,12
7.16	AGETOP 80613	SIFÃO METÁLICO 1/2" X 2" P/MICTÓRIO	unid.	1	R\$ 142,81	R\$ 7,77	R\$ 150,58
7.17	AGETOP 80621	VALVULA DESCARGA P/MICTORIO DIAM. 3/4" - 1/2"	unid.	1	R\$ 111,78	R\$ 13,17	R\$ 124,95
7.18	AGETOP 80656	TORNEIRA P/PIA DIAM. 1/2" E 3/4" DE MESA - BICA MÓVEL	unid.	1	R\$ 83,09	R\$ 4,32	R\$ 87,41
7.19	AGETOP 80680	VALVULA P/PIA TIPO AMERICANA DIAM.3.1/2" (METAL)	unid.	1	R\$ 22,61	R\$ 4,75	R\$ 27,36
7.20	AGETOP 80689	CUBA INOX 50X40X20CM E=0,7MM-AÇO 304	unid.	1	R\$ 320,00	R\$ 8,43	R\$ 328,43
7.21	AGETOP 80672	SIFAO P/PIA 1.1/2"X2" PVC CROMADO	unid.	1	R\$ 33,81	R\$ 7,77	R\$ 41,58
7.22	AGETOP 80733	PORTA TOALHA EM INOX (ARGOLA)	unid.	3	R\$ 39,90	R\$ 5,40	R\$ 135,90
7.23	AGETOP 80741	SABONETEIRA EM INOX	unid.	3	R\$ 40,67	R\$ 5,40	R\$ 138,21
7.24	AGETOP 80803	TANQUE MARMORE/GRANITO SINTÉTICO / 1 BATEDOR	unid.	1	R\$ 114,41	R\$ 17,28	R\$ 131,69

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	MATERIAL	MÃO-DE-OBRA	TOTAL
7.25	AGETOP 80810	TORNEIRA DE PAREDE P/TANQUE DIAM.1/2" E 3/4"	unid.	1	R\$ 42,29	R\$ 4,32	R\$ 46,61
7.26	AGETOP 80811	TORNEIRA DE JARDIM COM BICO P/MANGUEIRA DIAM. 1/2" E 3/4"	unid.	1	R\$ 29,03	R\$ 4,32	R\$ 33,35
7.27	AGETOP 80819	SIFÃO METÁLICO PARA TANQUE DE 1" X 1 1/2"	unid.	1	R\$ 67,05	R\$ 7,77	R\$ 74,82
7.28	AGETOP 80830	VALVULA P/TANQUE METALICA DIAM.1" S/LADRAO	unid.	3	R\$ 14,82	R\$ 3,24	R\$ 54,18
7.29	AGETOP 80926	REGISTRO DE GAVETA C/CANOPLA DIAMETRO 3/4"	unid.	3	R\$ 51,80	R\$ 13,17	R\$ 194,91
7.30	AGETOP 80927	REGISTRO DE GAVETA C/CANOPLA DIAMETRO 1"	unid.	1	R\$ 63,43	R\$ 13,17	R\$ 76,60
7.31	AGETOP 80976	REGISTRO DE ESFERA DIAMETRO 3/4"	unid.	3	R\$ 29,31	R\$ 11,67	R\$ 122,94
7.32	AGETOP 81002	TUBO SOLDAVEL PVC MARROM DIAMETRO 20 mm	m	1	R\$ 1,93	R\$ 1,92	R\$ 3,85
7.33	AGETOP 81003	TUBO SOLDAVEL PVC MARROM DIAMETRO 25 mm	m	1	R\$ 2,01	R\$ 2,59	R\$ 4,60
7.34	AGETOP 81004	TUBO SOLDAVEL PVC MARROM DIAMETRO 32 mm	m	17	R\$ 4,66	R\$ 2,79	R\$ 128,96
7.35	AGETOP 81042	ADAPTAD.PVC SOLD.LONGO C/FLANGES LIVRES P/CX.DAGUA 32X1"	unid.	1	R\$ 12,45	R\$ 1,95	R\$ 14,40
7.36	AGETOP 81066	ADAPTAD.SOLD.CURTO C/BOLSA E ROSCA P/REG.25X3/4"	unid.	9	R\$ 0,72	R\$ 1,95	R\$ 24,03
7.37	AGETOP 81067	ADAPTAD.SOLD.CURTO C/BOLSA E ROSCA P/REG.32X1"	unid.	2	R\$ 1,33	R\$ 1,95	R\$ 6,56
7.38	AGETOP 81103	LUVA SOLDAVEL DIAMETRO 32 mm	unid.	1	R\$ 1,56	R\$ 1,95	R\$ 3,51
7.39	AGETOP 81122	LUVA DE REDUCAO SOLDAVEL DIAMETRO 32 X 25 mm	unid.	3	R\$ 2,72	R\$ 1,95	R\$ 14,01
7.40	AGETOP 81162	BUCHA DE REDUCAO SOLD.CURTA 32 X 25 MM	unid.	1	R\$ 0,54	R\$ 1,95	R\$ 2,49
7.41	AGETOP 81251	CAP SOLD. DIAMETRO 25 mm	unid.	1	R\$ 0,86	R\$ 0,97	R\$ 1,83
7.42	AGETOP 81302	JOELHO 45 GRAUS SOLDAVEL 25 mm	unid.	1	R\$ 1,01	R\$ 3,89	R\$ 4,90
7.43	AGETOP 81303	JOELHO 45 GRAUS SOLDAVEL 32 mm	unid.	1	R\$ 2,42	R\$ 3,89	R\$ 6,31
7.44	AGETOP 81321	JOELHO 90 GRAUS SOLDAVEL DIAMETRO 25 MM	unid.	22	R\$ 0,53	R\$ 3,89	R\$ 97,24
7.45	AGETOP 81322	JOELHO 90 GRAUS SOLDAVEL DIAMETRO 32 MM (1")	unid.	11	R\$ 1,92	R\$ 3,89	R\$ 63,91
7.46	AGETOP 81360	JOELHO RED.90 GRAUS SOLD.C/BUCHA LATAO 25X1/2"	unid.	4	R\$ 4,13	R\$ 2,46	R\$ 26,36
7.47	AGETOP 81361	JOELHO REDUCAO 90 GRAUS SOLD./ROSCA 25 X 1/2"	unid.	4	R\$ 1,33	R\$ 4,32	R\$ 22,60
7.48	AGETOP 81369	JOELHO 90 GRAUS SOLD. C/BUCHA LATAO 25 X 3/4"	unid.	7	R\$ 5,04	R\$ 2,46	R\$ 52,50
7.49	AGETOP 81375	JOELHO RED.90 GR.C/ROSCA E BUC.LATAO 3/4"X1/2"	unid.	5	R\$ 7,76	R\$ 4,75	R\$ 62,55
7.50	AGETOP 81402	TE 90 GRAUS SOLDAVEL DIAMETRO 25 mm	unid.	6	R\$ 0,78	R\$ 4,11	R\$ 29,34
7.51	AGETOP 81403	TE 90 GRAUS SOLDAVEL DIAMETRO 32 mm	unid.	4	R\$ 2,32	R\$ 4,11	R\$ 25,72
7.52	AGETOP 81444	TE 90 GR.SOLD.C/BUCH.LATAO NA BOLSA CENT.25X25X3/4"	unid.	1	R\$ 7,69	R\$ 4,11	R\$ 11,80
7.53	AGETOP 81501	ADESIVO PLASTICO - FRASCO 850 G	unid.	3	R\$ 32,77	R\$ 0,00	R\$ 98,31
7.54	AGETOP 81662	CORPO CX. SIFONADA DIAM. 100 X 150 X 50	unid.	2	R\$ 17,37	R\$ 4,75	R\$ 44,24
7.55	AGETOP 81663	CORPO CX. SIFONADA DIAM. 150 X 150 X 50	unid.	1	R\$ 19,09	R\$ 4,75	R\$ 23,84
7.56	AGETOP 81664	CORPO CX. SIFONADA DIAM. 150 X 185 X 75	unid.	3	R\$ 25,97	R\$ 4,75	R\$ 92,16
7.57	AGETOP 81679	CORPO RALO SIFONADO CONICO DIAM. 100 X 40	unid.	9	R\$ 4,52	R\$ 4,75	R\$ 83,43
7.58	AGETOP 81730	CURVA 90 GRAUS CURTA DIAM. 40 MM	unid.	7	R\$ 2,68	R\$ 6,05	R\$ 61,11
7.59	AGETOP 81731	CURVA 90 GRAUS CURTA DIAM. 50 MM	unid.	1	R\$ 5,92	R\$ 6,05	R\$ 11,97
7.60	AGETOP 81733	CURVA 90 GRAUS CURTA DIAM. 100 MM	unid.	9	R\$ 15,55	R\$ 9,72	R\$ 227,43
7.61	AGETOP 81734	CURVA 90 GRAUS LONGA DIAM. 40 MM	unid.	7	R\$ 2,77	R\$ 6,05	R\$ 61,74
7.62	AGETOP 81735	CURVA 90 GRAUS LONGA DIAM. 50 MM	unid.	1	R\$ 5,93	R\$ 6,05	R\$ 11,98
7.63	AGETOP 81811	HIDROMETRO DIAM.RAMAL = 25 MM VAZAO =1,5 A 3 M3	unid.	1	R\$ 71,35	R\$ 10,80	R\$ 82,15
7.64	AGETOP 81815	KIT CAVALETE D=25MM P/HIDROMETRO 1,5-3,0-5,0 M3/MURETA/CAIXA	unid.	1	R\$ 153,02	R\$ 76,70	R\$ 229,72
7.65	AGETOP 81824	CAIXA DE AREIA 40X40CM FUNDO DE BRITA COM GRELHA METÁLICA FERRO CHATO PADRÃO AGETOP	unid.	2	R\$ 112,92	R\$ 118,47	R\$ 462,78
7.66	AGETOP 81825	CAIXA DE PASSAGEM 60 X 60 CM SEM TAMPA	unid.	3	R\$ 91,18	R\$ 163,70	R\$ 764,64
7.67	AGETOP 81826	TAMPA EM CONCRETO ARMADO 25 MPA E=5CM PARA A CAIXA DE PASSA	unid.	0	R\$ 26,26	R\$ 8,92	R\$ 0,00
7.68	AGETOP 81831	CAIXA DE INSPEÇÃO - ALVENARIA DE 1/2 VEZ COM REVESTIMENTO INTERNO EM REBOCO PAULISTA A-14 (COM ADIÇÃO DE IMPERMEABILIZANTE	m2	1,00	R\$ 33,16	R\$ 52,43	R\$ 85,59
7.69	AGETOP 81850	CAIXA DE GORDURA 50 L. CONCRETO PADRÃO AGETOP IMPERMEABILIZAD	unid.	1	R\$ 118,44	R\$ 96,44	R\$ 214,88
7.70	AGETOP 81860	CAIXA DAGUA POLIETILENO 500 LTS.C/TAMPA	unid.	2	R\$ 154,40	R\$ 64,80	R\$ 438,40
7.71	AGETOP 81867	FOSSA SEPTICA 3000 LITROS COM IMPERMEABILIZAÇÃO	unid.	1	R\$ 1.582,61	R\$ 1.520,56	R\$ 3.103,17
7.72	AGETOP 81874	SUMIDOURO COM DIÂMETRO=1,60M E PROFUNDIDADE=4,50 M	unid.	1	R\$ 424,99	R\$ 1.299,78	R\$ 1.724,77
7.73	AGETOP 81885	TERMINAL DE VENTILACAO DIAMETRO 50 MM	unid.	1	R\$ 3,76	R\$ 1,51	R\$ 5,27
7.74	AGETOP 81921	JOELHO 45 GRAUS DIAMETRO 40 MM	unid.	1	R\$ 1,42	R\$ 6,05	R\$ 7,47
7.75	AGETOP 81922	JOELHO 45 GRAUS DIAMETRO 50 MM	unid.	5	R\$ 2,27	R\$ 6,05	R\$ 41,60
7.76	AGETOP 81924	JOELHO 45 GRAUS DIAMETRO 100 MM	unid.	2	R\$ 5,81	R\$ 9,72	R\$ 31,06
7.77	AGETOP 81927	JOELHO 90 GRAUS C/ANEL 40 mm	unid.	3	R\$ 2,67	R\$ 6,05	R\$ 26,16
7.78	AGETOP 81935	JOELHO 90 GRAUS DIAMETRO 40 MM	unid.	1	R\$ 1,03	R\$ 6,05	R\$ 7,08
7.79	AGETOP 81936	JOELHO 90 GRAUS DIAMETRO 50 MM	unid.	3	R\$ 1,66	R\$ 6,05	R\$ 23,13
7.80	AGETOP 81938	JOELHO 90 GRAUS DIAMETRO 100 MM	unid.	5	R\$ 4,95	R\$ 9,72	R\$ 73,35
7.81	AGETOP 81970	JUNCAO SIMPLES DIAMETRO 50 X 50 MM	unid.	5	R\$ 5,12	R\$ 6,27	R\$ 56,95
7.82	AGETOP 81973	JUNCAO SIMPLES DIAM. 100 X 50 MM	unid.	4	R\$ 10,90	R\$ 9,93	R\$ 83,32
7.83	AGETOP 81975	JUNCAO SIMPLES DIAM. 100 X 100 MM	unid.	2	R\$ 14,29	R\$ 9,93	R\$ 48,44
7.84	AGETOP 82230	TE SANITARIO DIAMETRO 50 X 50 MM	unid.	5	R\$ 4,51	R\$ 6,27	R\$ 53,90
7.85	AGETOP 82235	TE SANITARIO DIAMETRO 100 X 100 MM	unid.	5	R\$ 16,14	R\$ 9,93	R\$ 130,35
7.86	AGETOP 82301	TUBO SOLD.P/ESGOTO DIAM. 40 MM	m	12,65	R\$ 3,21	R\$ 5,19	R\$ 106,26
7.87	AGETOP 82302	TUBO SOLD. P/ESGOTO DIAM. 50 MM	m	9,16	R\$ 4,97	R\$ 6,48	R\$ 104,89
7.88	AGETOP 82304	TUBO SOLDAVEL P/ESGOTO DIAM. 100 MM	m	78,80	R\$ 8,95	R\$ 11,23	R\$ 1.590,19
7.89	AGETOP 85006	EXTINTOR MULTI USO EM PO A B C (6 KG) - CAPACIDADE EXTINTORA 3A 2	unid.	4	R\$ 150,00	R\$ 0,00	R\$ 600,00
						SUBTOTAL	R\$ 16.543,99
Grupo de Serviço: 172 - Alvenarias e Divisórias							
8.1	AGETOP 100160	ALVENARIA DE TUILO FURADO 1/2 VEZ 14X29X9 - 6 FUROS - ARG. (1CALH:4ARML+100KGDE C/M3)	m2	491,37	R\$ 11,14	R\$ 16,94	R\$ 13.797,79
8.2	AGETOP 100204	CUNHAMENTO/ALVENARIAS COM TUILO COMUM	m	94,50	R\$ 4,82	R\$ 4,45	R\$ 876,02
8.3	AGETOP 100320	DIVISORIA DE GRANITO POLIDO	m2	6,54	R\$ 190,93	R\$ 35,76	R\$ 1.481,76
						SUBTOTAL	R\$ 16.155,57
Grupo de Serviço: 174 - Impermeabilização							

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	MATERIAL	MÃO-DE-OBRA	TOTAL
9.1	AGETOP 120208	IMPERMEABILIZACAO-ARGAM. SINT.SEMI - FLEXIVEL	m2	5,39	R\$ 24,78	R\$ 0,00	R\$ 133,52
9.2	AGETOP 120902	IMPERMEABILIZACAO VIGAS BALDRAMES E=2,0 CM	m2	24,33	R\$ 7,13	R\$ 13,20	R\$ 494,63
9.3	SINAPI 83665	FORNECIMENTO E INSTALACAO DE MANTA BIDIM RT - 14	m2	522,63	R\$ 4,84		R\$ 2.529,53
9.4	AGETOP 121001	IMPERMEABILIZACÃO-REBAIXO BANHEIRO COM 4 DEMÃOS DE EMULSÃO	m2	29,48	R\$ 9,72	R\$ 1,55	R\$ 332,25
SUBTOTAL							R\$ 3.489,93
Grupo de Serviço: 176 - Estruturas de Madeira							
10.1	AGETOP 140201	ESTRUT.-TELHA DE FIBROCIMENTO (C/TEOUSERA) C/FERRAGENS	m2	183,05	R\$ 43,82	R\$ 21,60	R\$ 11.975,14
SUBTOTAL							R\$ 11.975,14
Grupo de Serviço: 178 - Coberturas							
11.1	AGETOP 160501	COBERTURA C/TELHA ONDULADA OU EQUIV.	m2	197,89	R\$ 22,60	R\$ 4,75	R\$ 5.412,30
11.2	AGETOP 160502	CUMEEIRA P/TELHA ONDULADA OU EQUIV.	m	13,60	R\$ 35,50	R\$ 2,59	R\$ 518,03
11.3	AGETOP 160600	CALHA DE CHAPA GALVANIZADA	m2	22,79	R\$ 18,60	R\$ 37,97	R\$ 1.289,12
11.4	AGETOP 160602	RUFO DE CHAPA GALVANIZADA	m	45,60	R\$ 8,66	R\$ 10,80	R\$ 887,38
SUBTOTAL							R\$ 8.106,83
Grupo de Serviço: 179 - Esquadrias Madeira							
12.1	AGETOP 170110	PORTA LISA 90X210 COM PORTAL E ALISAR SEM FERRAGENS	unid.	4	R\$ 251,77	R\$ 92,18	R\$ 1.375,80
SUBTOTAL							R\$ 1.375,80
Grupo de Serviço: 180 - Esquadrias Metálicas							
13.1	AGETOP 180114	PORTA DE ABRIR ALUMÍNIO ANODIZADO EM VENEZIANA C/FERRAGENS (N	m2	3,99	R\$ 594,14	R\$ 25,61	R\$ 2.472,81
13.2	AGETOP 180404	ESQUADRIA BASCULANTE EM CHAPA J17, J18 e J19 C/FERRAGENS	m2	15,60	R\$ 158,60	R\$ 29,61	R\$ 2.936,08
13.3	AGETOP 180383	ESQ. DE CORRER VENEZIANA CHAPA/VIDRO J14 C/FERRAGENS	m2	3,30	R\$ 190,78	R\$ 29,61	R\$ 727,29
13.4	AGETOP 180302	PORTAO DE FERRO REDONDO PT-6 C/FERRAGENS	m2	37,50	R\$ 221,89	R\$ 28,05	R\$ 9.372,75
13.5	AGETOP 180311	GRADE DE PROTECAO/TUBO INDUSTRIAL/FERRO REDONDO-GP5	m2	103,28	R\$ 97,09	R\$ 14,40	R\$ 11.514,13
13.6	AGETOP 180710	ALÇAPÃO FORMATO COIFA EM CHAPA VINCADA Nº. 18 H=(10+2)CM, C/ALÇAS E PORTA CADEADOS (INCLUSIVE CADEADOS Nº. 30)	m2	0,56	R\$ 216,79	R\$ 4,14	R\$ 123,73
13.7	AGETOP 180506	PORTA DE CORRER/VIDRO (4) FOLHAS PF-6 C/ FERRAGENS	m2	4,83	R\$ 155,38	R\$ 27,69	R\$ 884,23
13.8	SINAPI 68050	PORTA DE CORRER EM ALUMINIO, COM DUAS FOLHAS PARA VIDRO, INCLUSO VIDRO LISO INCOLOR, FECHADURA E PUXADOR, SEM GUARNICAO/ALIZAR/VISTA	m2	3,30	R\$ 602,32		R\$ 1.987,66
SUBTOTAL							R\$ 30.018,68
Grupo de Serviço: 181 - Vidros							
14.1	AGETOP 190104	VIDRO LISO 6 MM - COLOCADO	m2	11,22	R\$ 72,82	R\$ 0,00	R\$ 817,05
14.2	AGETOP 190201	VIDRO TEMPERADO 10 MM - COLOCADO	m2	15,81	R\$ 173,53	R\$ 0,00	R\$ 2.743,51
SUBTOTAL							R\$ 3.560,56
Grupo de Serviço: 182 - Revestimento de Paredes							
15.1	AGETOP 200101	CHAPISCO COMUM	m2	905,04	R\$ 1,30	R\$ 2,10	R\$ 3.077,15
15.2	AGETOP 200201	EMBOÇO (LC:4 ARML)	m2	132,28	R\$ 4,98	R\$ 8,42	R\$ 1.772,50
15.3	AGETOP 200500	REBOCO PAULISTA A-7 (1 CALH,4 ARMLC)	m2	772,77	R\$ 4,67	R\$ 11,66	R\$ 12.619,29
15.4	AGETOP 201302	REVESTIMENTO COM CERÂMICA	m2	132,28	R\$ 30,88	R\$ 15,57	R\$ 6.144,23
SUBTOTAL							R\$ 23.613,17
Grupo de Serviço: 183 - Forros							
16.1	AGETOP 210498	FORRO DE GESSO ACARTONADO PARA ÁREAS SECAS ESPESSURA DE 12,5MM	m2	179,05	R\$ 47,00	R\$ 0,00	R\$ 8.415,28
SUBTOTAL							R\$ 8.415,28
Grupo de Serviço: 184 - Revestimento de Piso							
17.1	AGETOP 220102	PISO CONCRETO DESEMPENADO ESPESSURA = 5 CM 1:2,5:3,5	m2	295,36	R\$ 12,41	R\$ 7,80	R\$ 5.969,23
17.2	AGETOP 220107	LASTRO DE BRITA PARA PISO - (OBRAS CIVIS)	m3	26,13	R\$ 96,87	R\$ 15,50	R\$ 2.936,40
17.3	AGETOP 220920	SOLEIRA EM GRANITO IMPERMEABILIZADA COM CONTRAPISO (LC:3ARML)	m2	4,77	R\$ 176,46	R\$ 16,67	R\$ 921,24
17.4	AGETOP 221101	GRANITINA 8MM FUNDIDA COM CONTRAPISO (LC:3ARML) E=2CM E JUNTA PLASTICA 27MM	m2	179,05	R\$ 40,91	R\$ 11,11	R\$ 9.314,11
17.5	AGETOP 221102	RODAPÉ FUNDIDO DE GRANITINA 7CM	m	96,38	R\$ 10,00	R\$ 0,00	R\$ 963,80
SUBTOTAL							R\$ 20.104,78
Grupo de Serviço: 185 - Ferragens							
18.1	AGETOP 230101	FECH.(ALAV.) LAFONTE 6236 E/8766- E17 IMAB OU EQUIV.	unid.	4	R\$ 105,50	R\$ 13,40	R\$ 475,60
18.2	AGETOP 230172	BARRA PARA PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS - P.N.E. "B6" PADRÃO	unid.	2	R\$ 24,53	R\$ 39,54	R\$ 128,14
18.3	AGETOP 230202	DOBRADICA 3" X 3 1/2" CROMADA	unid.	12	R\$ 7,80	R\$ 5,40	R\$ 158,40
18.4	AGETOP 230207	CANTONEIRA GRANDE P/DIVISORIAS	unid.	40	R\$ 24,85	R\$ 0,00	R\$ 994,00
SUBTOTAL							R\$ 1.756,14
Grupo de Serviço: 187 - Administração - Mensalistas							
19.1	AGETOP 250103	ENCARREGADO - (OBRAS CIVIS)	hora	1232	R\$ 0,00	R\$ 15,07	R\$ 18.566,24
19.2	AGETOP 250110	VIGIA DE OBRAS - (NOTURNO E NO SÁBADO/DOMINGO DIURNO) - O.C.	hora	1232	R\$ 0,00	R\$ 10,83	R\$ 13.342,56
SUBTOTAL							R\$ 31.908,80
Grupo de Serviço: 188 - Pintura							
20.1	AGETOP 260201	CAIACAO TRES DEMAOIS MUROS E PAREDES - (OB.C.)	m2	28,82	R\$ 0,92	R\$ 1,19	R\$ 60,81
20.2	AGETOP 261000	PINTURA LATEX ACRILICA 2 DEMAOIS C/SELADOR	m2	515,34	R\$ 3,45	R\$ 4,72	R\$ 4.210,33
20.3	AGETOP 261300	EMASSAMENTO COM MASSA PVA DUAS DEMAOIS	m2	257,43	R\$ 1,50	R\$ 5,66	R\$ 1.843,18
20.4	AGETOP 261560	PINTURA ESMALTE SINTETICO 2 DEMAOIS EM ESQ. MADEIRA	m2	22,68	R\$ 6,43	R\$ 8,70	R\$ 343,15
20.5	AGETOP 261602	PINT.ESMALTE/ESQUAD.FERRO C/FUNDO ANTICOR.	m2	141,34	R\$ 4,03	R\$ 8,70	R\$ 1.799,20
SUBTOTAL							R\$ 8.256,67
Grupo de Serviço: 189 - Diversos							
21.1	AGETOP 270210	PLANTIO GRAMA ESMERALDA PLACA C/ M.O. IRRIG., ADUBO,TERRA VEGETAL (O.C.) A<11.000,00M2	m2	48,69	R\$ 5,28	R\$ 4,09	R\$ 456,23
21.2	AGETOP 270501	LIMPEZA FINAL DE OBRA - (OBRAS CIVIS)	m2	958,25	R\$ 0,45	R\$ 1,23	R\$ 1.609,86
21.3	AGETOP 270702	ALAMBRAO COM POSTE DE CONCRETO E CINTA ARMADA PD. AGETOP	unid.	52	R\$ 56,15	R\$ 33,05	R\$ 4.672,30

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	MATERIAL	MÃO-DE-OBRA	TOTAL
21.4	AGETOP 270810	PLACA DE INAUGURACAO ACO ESCOVADO 80 X 60 CM	unid.	1	R\$ 600,40	R\$ 3,35	R\$ 603,75
21.5	AGETOP 271605	SUPORTE PARA BANCADA EM FERRO "T" 1/8" X 1 1/4"	unid.	7	R\$ 7,33	R\$ 5,40	R\$ 89,11
21.6	AGETOP 271608	BANCADA DE GRANITO C/ESPELHO	m2	3,27	R\$ 194,60	R\$ 31,13	R\$ 737,24
21.7	AGETOP 271711	MEIO FIO PD. AGETOP EM CONC. PRÉ MOLD. RETO/CURVO (9x12x25x100CM), C/ SARJETA (13x10x12CM)FC28=20MPA COM ARGAM.(1C:3ARMLC) P/ARREIMATE DO REIJUNT. - INCLUSO ESCAV./APILOAM./REATERRO E CONC.FC28= 10MPA P/ ASSENTAM. E CHUMBAMENTO	m	120,07	R\$ 13,89	R\$ 12,51	R\$ 3.169,85
21.8	AGETOP 271852	LETRA CAIXA INOX ESCOVADO COLOCADA	m	7,20	R\$ 420,00	R\$ 0,00	R\$ 3.024,00
21.9	SINAPI (insumo) 10826	MUDA DE ARBUSTO FLORIFERO, CLUSIA/GARDENIA/MOREIA BRANCA/ AZALEIA OU EQUIVALENTE DA REGIAO, H= *50 A 70* CM	unid.	80	R\$ 28,73		R\$ 2.298,40
21.10	COTAÇÃO EXTERNA	BANCO EM CONCRETO	unid.	4	R\$ 1.688,33		R\$ 6.753,32
SUBTOTAL							R\$ 23.414,06
TOTAIS							
TOTAL							R\$ 319.363,64
BDI 27,30%							R\$ 87.186,27
TOTAL C/ BDI							R\$ 406.549,91
<p>_____ Leonardo Martins de Castro Teixeira Secretário Municipal de Obras</p>			<p>_____ Rodrigo Kogawa Arquiteto e Urbanista</p>				

ANEXO XI
COMPOSIÇÃO DE BDI

CALCULO DO BDI		CÓDIGO	%
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		AC	4,00%
LUCRO		L	7,20%
DESPESAS FINANCEIRAS		DF	1,08%
SEGURO GARANTIA		S+G	0,12%
RISCOS		R	0,97%
TRIBUTOS		I	10,55%
ISS			4,00%
PIS			0,65%
COFINS			3,00%
CPRB			4,50%
RESULTADO			27,30%

$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

onde:
AC = taxa de administração central
S = taxa de seguros
R = taxa de riscos
G = taxa de garantias
DF = taxa de despesas financeiras
L = taxa de lucro/remuneração
I = taxa de incidência de impostos (PIS, COFINS, CPRB e ISS)

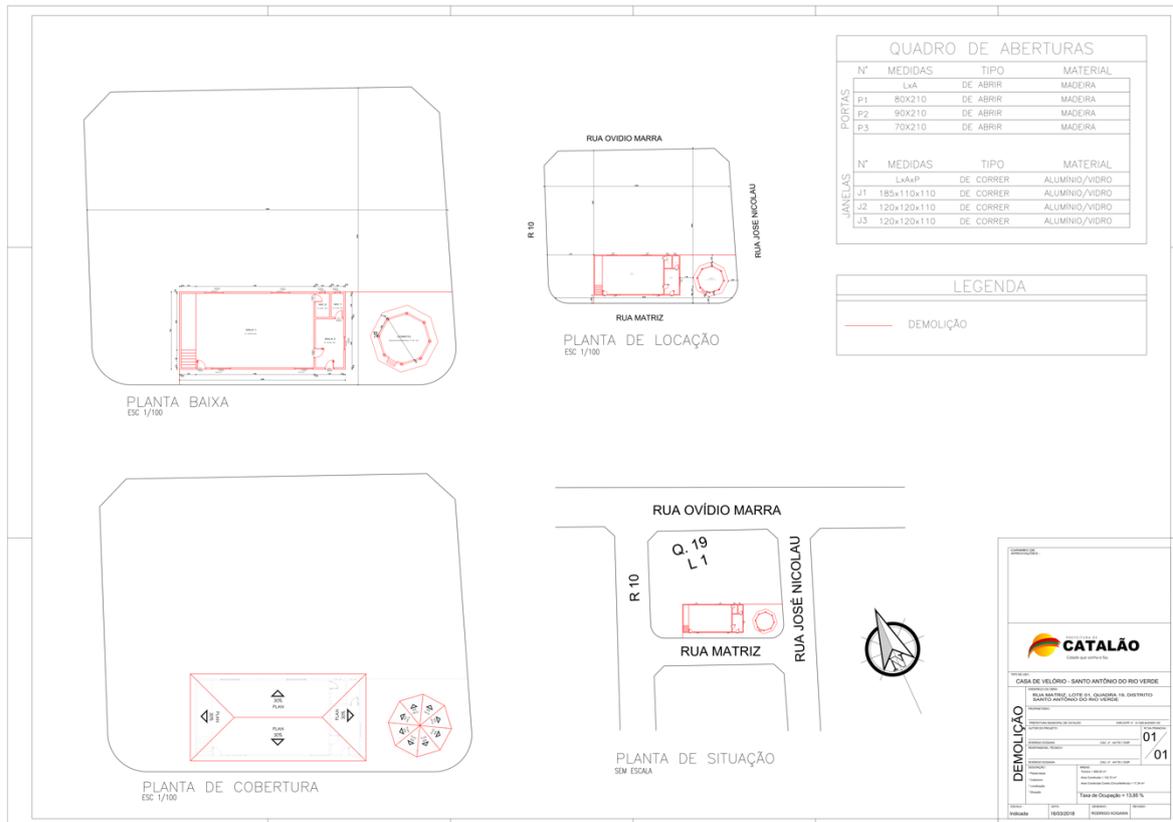
Leonardo Martins Secretário Municipal de Obras	Rodrigo Kogawa Arquiteto e Urbanista
--	--

ANEXO XII
CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATALÃO - GO																	
SECRETARIA DE OBRAS																	
CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO																	
RUA MATRIZ, LOTE01, QUADRA 19, DISTRITO DE SANTO ANTONIO DO RIO VERDE																	
OBRA: Casa de Velório																	
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	MÊS 1				MÊS 2				MÊS 3				MÊS 4	VALOR DOS SERVIÇOS C/ BDI	% DOS SERVIÇOS	
		SEM 1	SEM 2	SEM 3	SEM 4	SEM 1	SEM 2	SEM 3	SEM 4	SEM 1	SEM 2	SEM 3	SEM 4	SEM 1			
1	Grupo de Serviço: 164 - Serviços Preliminares	33,33%	33,33%	33,33%													
2	Grupo de Serviço: 165 - Transportes	12,50%	12,50%	12,50%													
3	Grupo de Serviço: 166 - Serviço em terra				33,33%	33,33%	33,33%										
4	Grupo de Serviço: 167 - Fundações e Saneamento						33,33%										
5	Grupo de Serviço: 168 - Estruturas							16,67%									
6	Grupo de Serviço: 169 - Instalações Elétricas/Telefônicas/Cabeamento Estruturado								16,67%								
7	Grupo de Serviço: 170 - Instalações Hidro-Sanitárias									25,00%	25,00%	25,00%	25,00%				
8	Grupo de Serviço: 172 - Avenidas e Divergências																
9	Grupo de Serviço: 174 - Impermeabilização						25,00%	25,00%	25,00%	25,00%							
10	Grupo de Serviço: 176 - Estruturas de Madeira																
11	Grupo de Serviço: 178 - Coberturas																
12	Grupo de Serviço: 179 - Esquadrias Madeira																
13	Grupo de Serviço: 180 - Esquadrias Metálicas																
14	Grupo de Serviço: 181 - Vidros																
15	Grupo de Serviço: 182 - Revestimento de Paredes																
16	Grupo de Serviço: 183 - Forros																
17	Grupo de Serviço: 184 - Revestimento de Piso																
18	Grupo de Serviço: 185 - Ferragens																
19	Grupo de Serviço: 187 - Administração - Manuais	3,57%	3,57%	3,57%	3,57%	3,57%	3,57%	3,57%	3,57%	3,57%	3,57%	3,57%	3,57%	3,57%	3,57%	3,57%	3,57%
20	Grupo de Serviço: 188 - Pintura																
21	Grupo de Serviço: 189 - Diversos																
	MEDICÃO	R\$ 6.664,26	R\$ 6.664,26	R\$ 6.664,26	R\$ 5.137,25	R\$ 5.137,25	R\$ 12.770,55	R\$ 9.165,83	R\$ 20.586,98	R\$ 19.247,63	R\$ 18.136,96	R\$ 18.136,96	R\$ 18.136,96	R\$ 12.871,84			
	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO ACUMULADO	1,64%	3,28%	4,92%	6,18%	7,44%	10,99%	12,84%	17,90%	22,64%	27,10%	31,56%	36,02%	39,19%			
	TOTAL ACUMULADO	R\$ 6.664,26	R\$ 13.328,52	R\$ 19.992,78	R\$ 25.130,03	R\$ 30.267,27	R\$ 43.037,82	R\$ 52.203,66	R\$ 72.790,61	R\$ 92.038,24	R\$ 110.175,20	R\$ 128.312,16	R\$ 146.449,13	R\$ 169.320,96			

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATALÃO - GO																		
SECRETARIA DE OBRAS																		
CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO																		
RUA MATRIZ, LOTE01, QUADRA 19, DISTRITO DE SANTO ANTONIO DO RIO VERDE																		
OBRA: Casa de Velório																		
MÊS 4	SEM 2	SEM 3	SEM 4	MÊS 5				MÊS 6				MÊS 7				VALOR DOS SERVIÇOS C/ BDI	% DOS SERVIÇOS	
				SEM 1	SEM 2	SEM 3	SEM 4	SEM 1	SEM 2	SEM 3	SEM 4	SEM 1	SEM 2	SEM 3	SEM 4			
																	R\$ 15.395,19	3,79%
																	R\$ 694,55	0,16%
																	R\$ 10.815,15	2,66%
																	R\$ 19.568,10	4,81%
																	R\$ 68.526,75	16,86%
																	R\$ 25.921,93	6,35%
																	R\$ 21.060,50	5,16%
																	R\$ 20.566,04	5,06%
																	R\$ 4.442,88	1,09%
																	R\$ 15.244,35	3,75%
																	R\$ 10.319,99	2,54%
																	R\$ 1.751,39	0,43%
																	R\$ 35.213,78	8,60%
																	R\$ 4.532,58	1,11%
																	R\$ 30.959,57	7,59%
																	R\$ 10.712,65	2,64%
																	R\$ 25.955,38	6,36%
																	R\$ 2.235,57	0,55%
																	R\$ 40.619,90	9,99%
																	R\$ 10.510,74	2,59%
																	R\$ 29.806,10	7,33%
R\$ 6.592,22	R\$ 6.592,22	R\$ 15.232,87	R\$ 15.232,87	R\$ 17.713,53	R\$ 14.232,88	R\$ 21.153,66	R\$ 15.993,67	R\$ 32.285,45	R\$ 23.754,41	R\$ 25.145,01	R\$ 10.140,64	R\$ 15.131,55	R\$ 14.013,76	R\$ 14.013,76				
40,81%	42,43%	46,18%	49,83%	54,28%	57,78%	62,99%	66,92%	74,86%	80,70%	86,89%	89,38%	93,11%	96,55%	100,00%			R\$ 406.549,91	100,00%
R\$ 165.913,18	R\$ 172.505,40	R\$ 187.739,27	R\$ 202.971,13	R\$ 220.664,67	R\$ 234.917,55	R\$ 256.971,21	R\$ 272.064,88	R\$ 304.350,33	R\$ 326.104,74	R\$ 353.246,75	R\$ 363.990,39	R\$ 378.521,64	R\$ 392.535,70	R\$ 406.549,91				

ANEXO XII PROJETOS



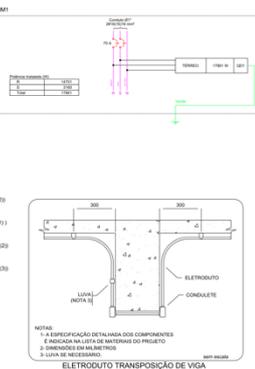
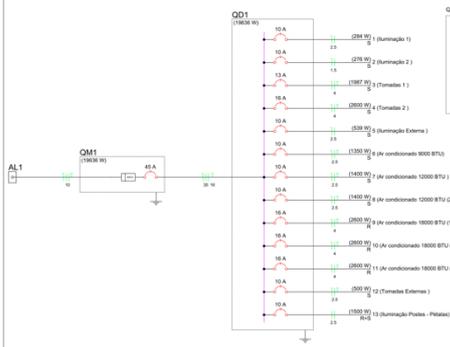




Quadro de Cargas (QM1) table with columns: Circuito, Descrição, Esquema, Método de inst., V (V), Pot. total (VA), Pot. total (W), Fases, Pot. - R (W), Pot. - S (W), Pot. - T (W), FCT, FCA, In' (A), Seção (mm2), Ic (A), Dtg (A), dV parc (%), dV total (%), Status

Quadro de Cargas (AL1) table with columns: Circuito, Descrição, Esquema, Método de inst., V (V), Pot. total (VA), Pot. total (W), Fases, Pot. - R (W), Pot. - S (W), Pot. - T (W), FCT, FCA, In' (A), Seção (mm2), Ic (A), Dtg (A), dV parc (%), dV total (%), Status

Quadro de Cargas (QD1) table with columns: Circuito, Descrição, Esquema, Método de inst., V (V), Suminação (W), Tomadas (W), Pot. total (VA), Pot. total (W), Fases, Pot. - R (W), Pot. - S (W), Pot. - T (W), FCT, FCA, In' (A), Seção (mm2), Ic (A), Dtg (A), dV parc (%), dV total (%), Status



Project information block including Prefeitura Municipal de Catalão logo, project name 'EDIFICAÇÃO COLETIVA - CASA DE VELÓRIOS', and technical specifications like area and occupancy rate.

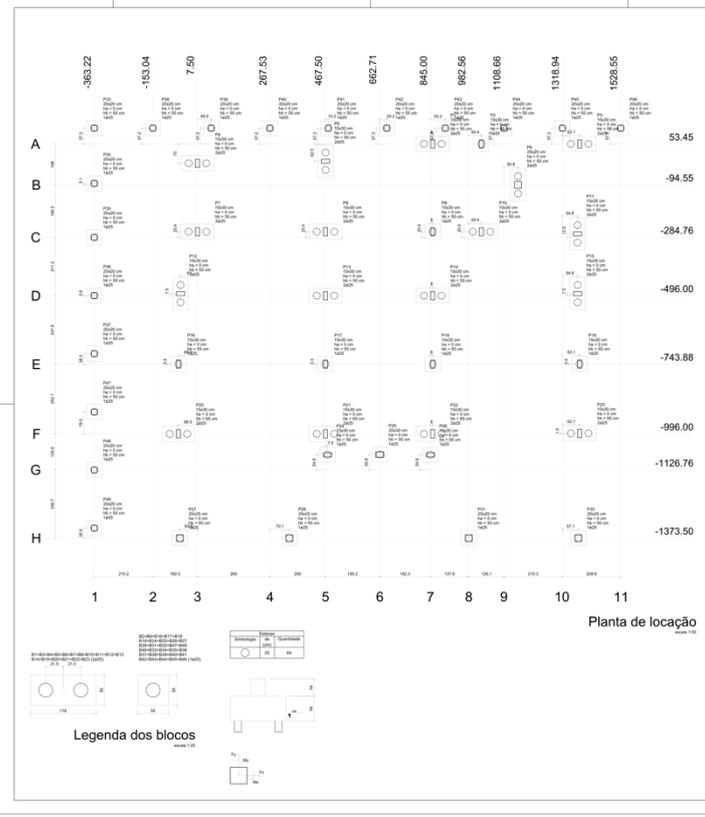
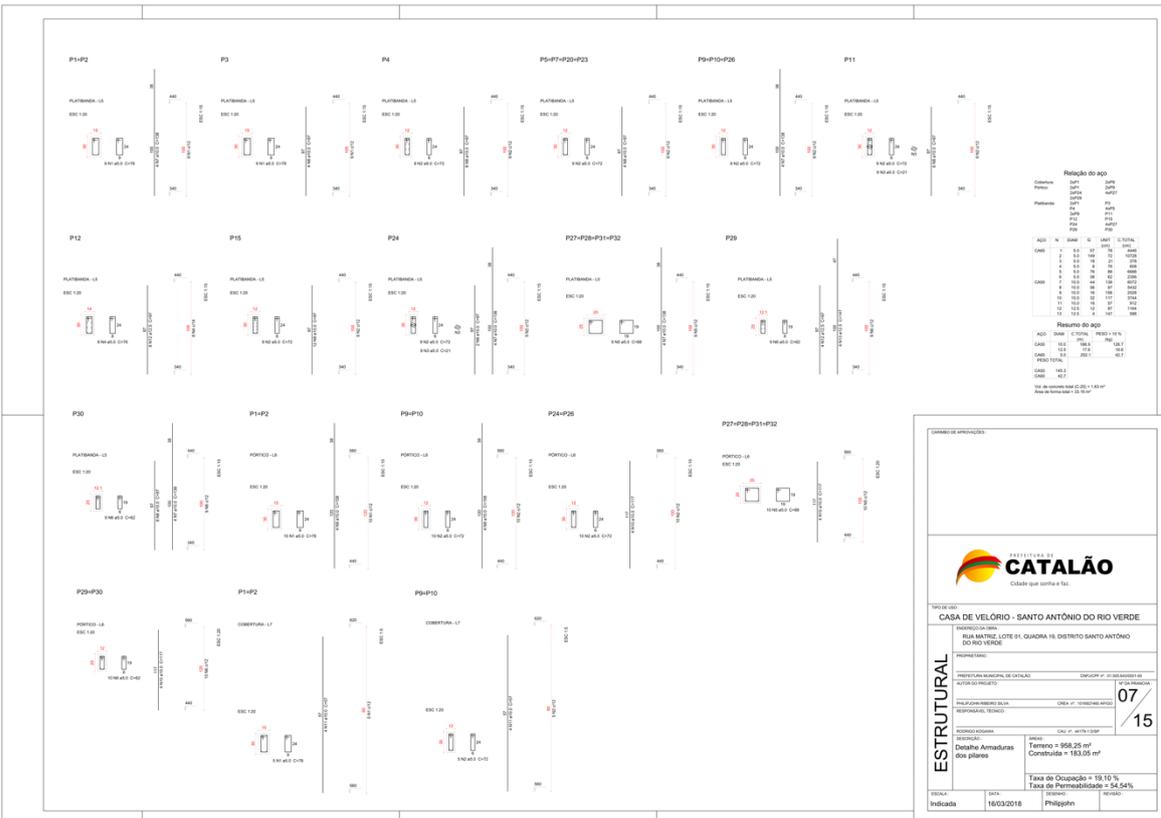
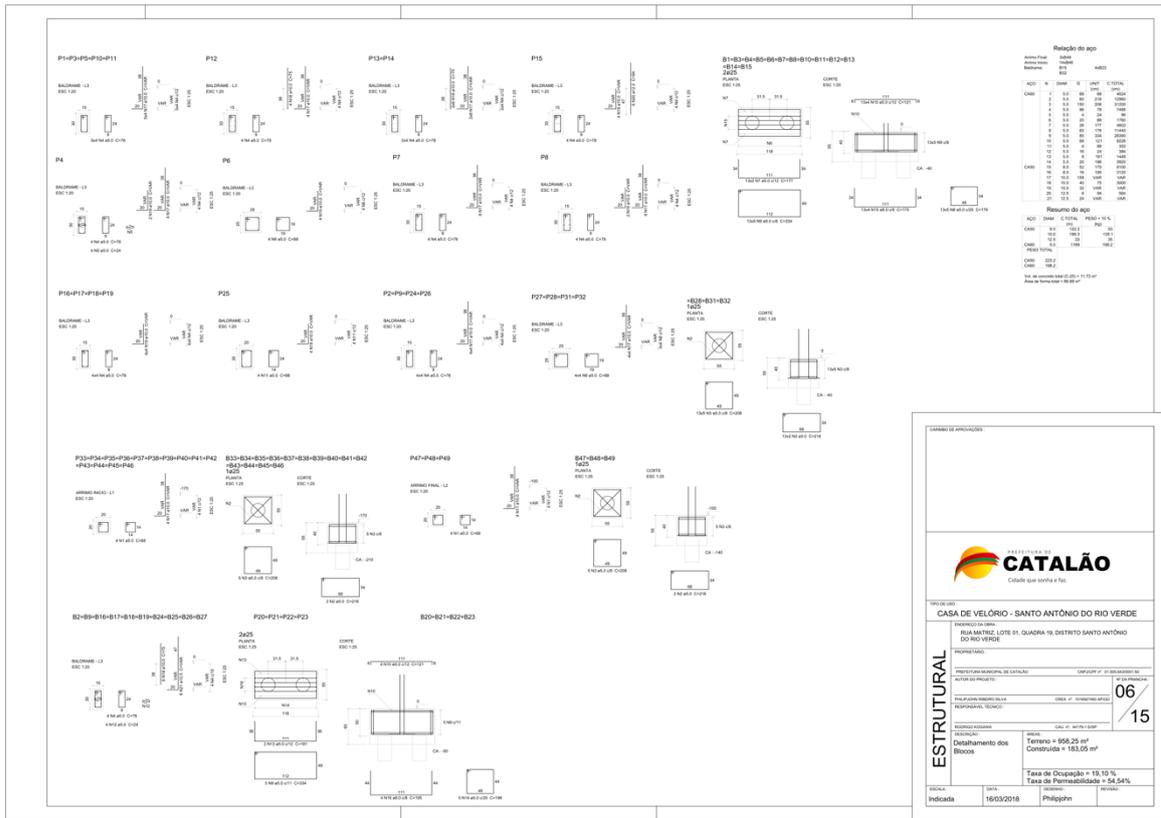
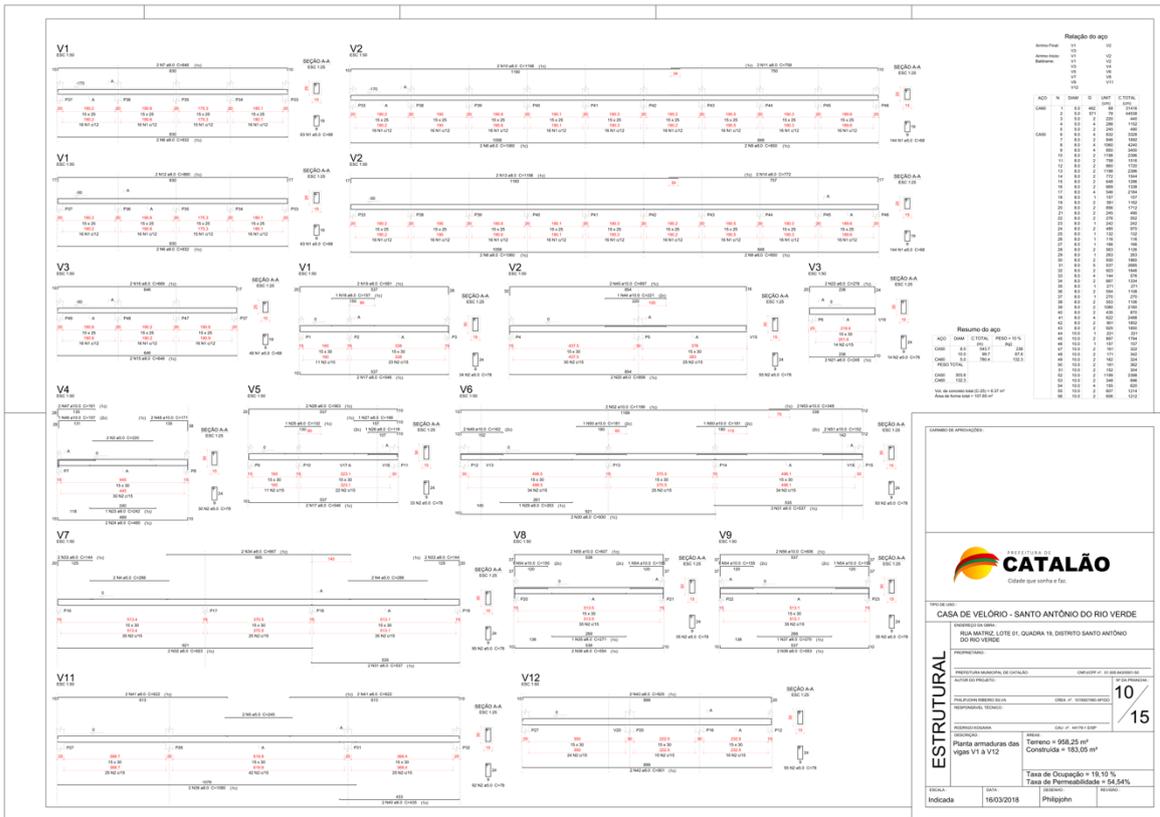


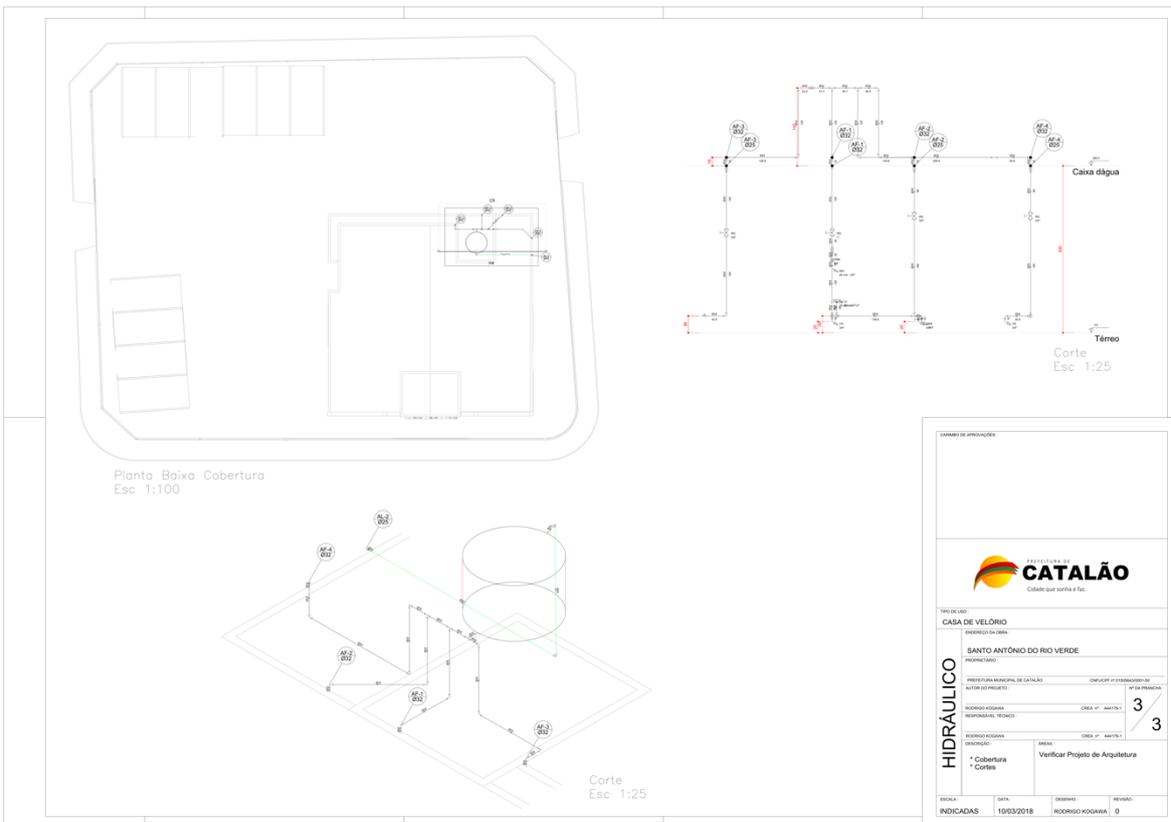
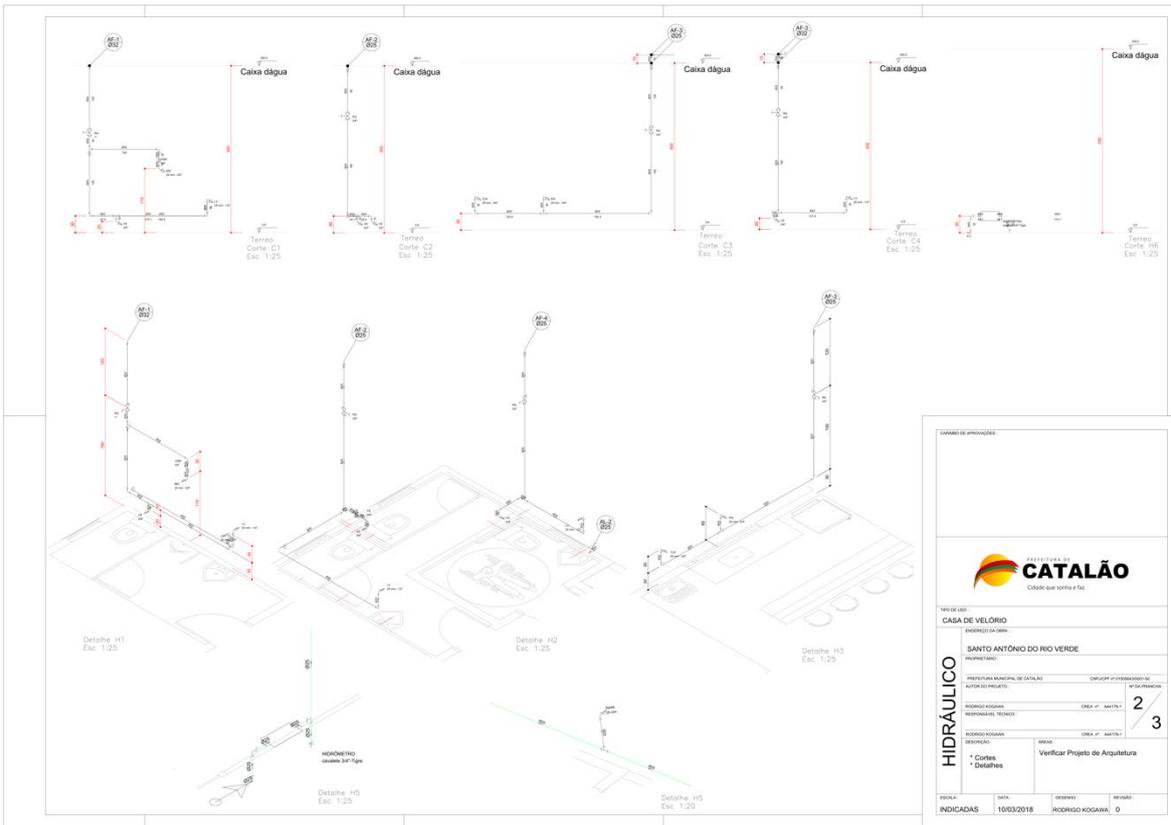
Table with columns: Bloco, Área, Volume, etc., providing detailed area and volume data for different blocks of the building.

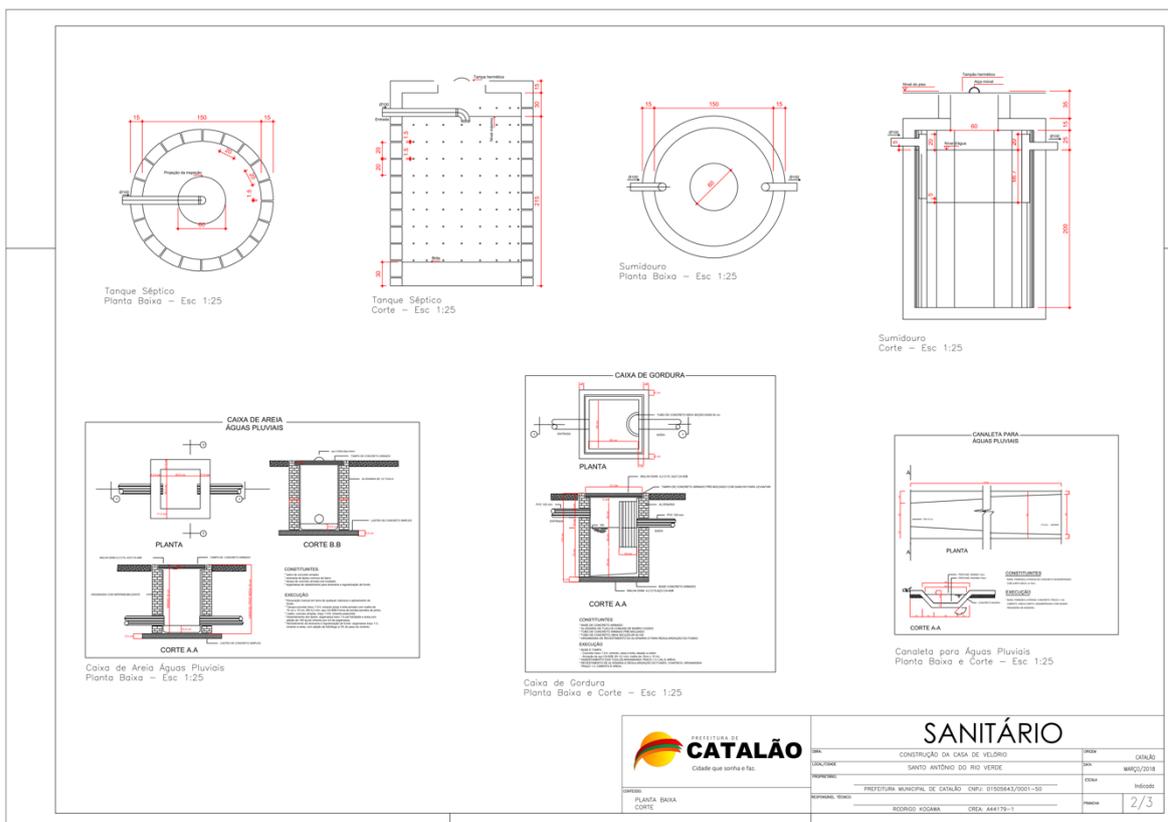
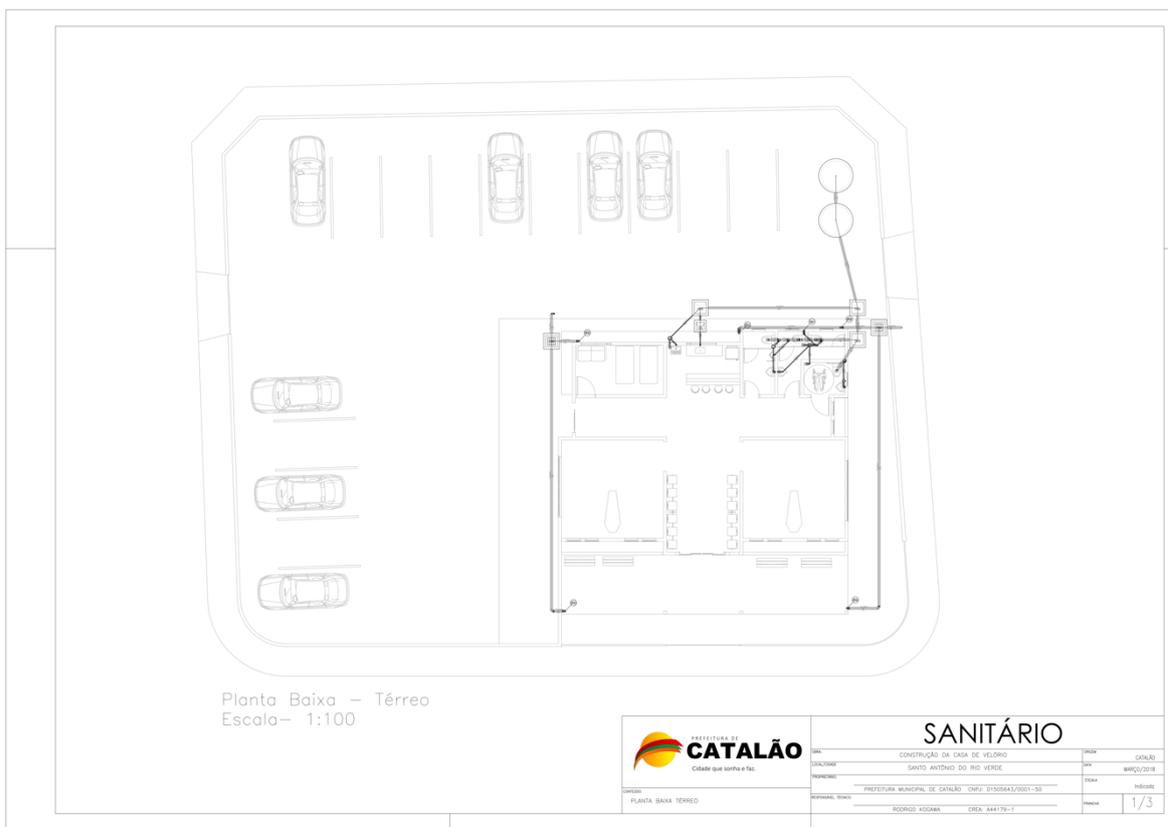


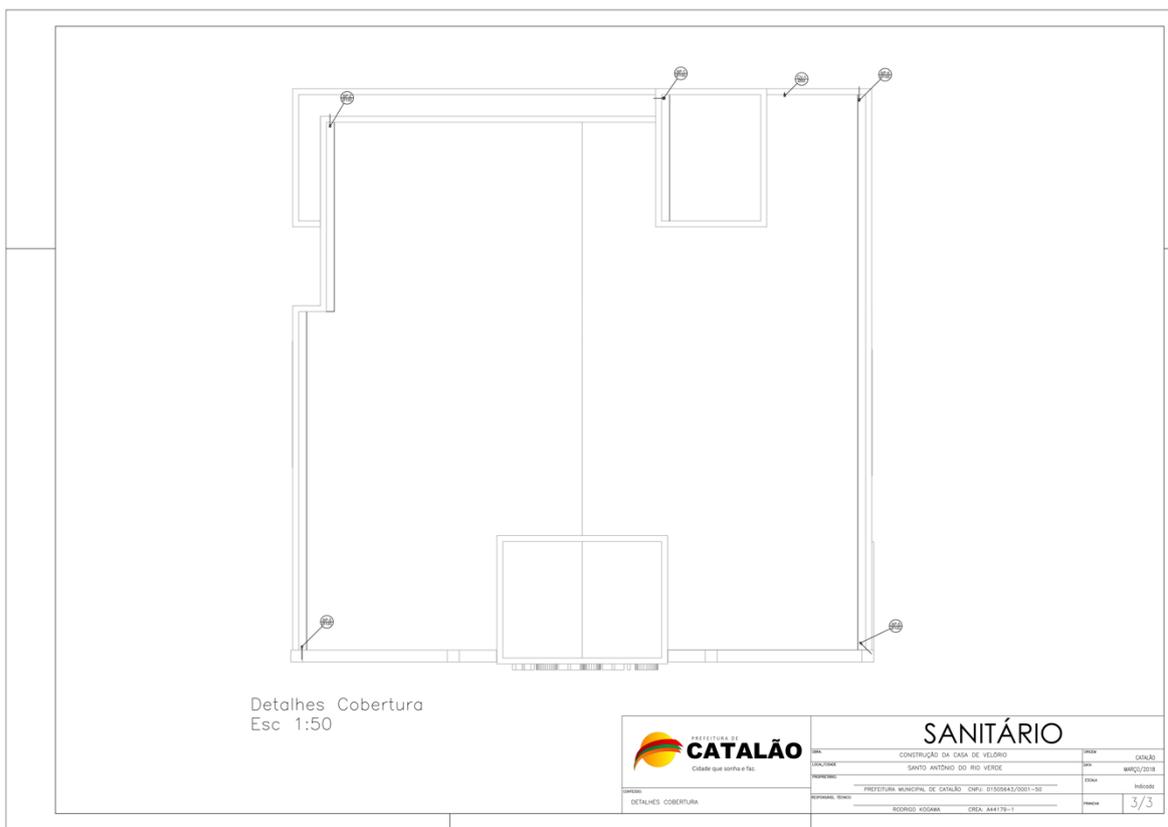
Structural project information block including Prefeitura Municipal de Catalão logo, project name 'CASA DE VELÓRIO - SANTO ANTONIO DO RIO VERDE', and technical specifications like area and occupancy rate.











ANEXO XIV
MINUTA DO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS
Nº _____/2018

“Termo de Contrato de execução de serviços que entre si fazem o Município de Catalão - GO e a empresa _____.”

PREÂMBULO

CONTRATANTE: O **MUNICÍPIO DE CATALÃO**, Estado de Goiás, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.505.643/0001-50, com sede à Rua Nassin Agel nº 505 – Centro, por intermédio da Secretaria Municipal de Obras, neste ato representada pelo seu Secretário, Sr. **LEONARDO MARTINS**, brasileiro, servidor público municipal, portador do CI nº ____ e do CPF _____, residente e domiciliado nesta cidade.

CONTRATADA: _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com endereço na _____, CEP. _____, neste ato representada por _____, _____, _____, portador(a) do CPF/MF nº _____ e do CI/RG nº _____, residente e domiciliado(a) na _____, _____, CEP. _____.

DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA, VINCULAÇÃO E CASOS OMISSOS: Este contrato decorre de licitação realizada na modalidade TOMADA DE PREÇOS, autuada sob o nº 009/2018, Processo Administrativo nº 2018007640, homologada pelo Secretário Municipal de Obras em ____ de _____ de 2018, estando às partes vinculadas ao Edital e à proposta de preços vencedora, as quais sua execução, e especialmente os casos omissos, estão sujeitos às normas do direito privado e a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, cujos termos são irrevogáveis, bem como as cláusulas e às condições a seguir pactuadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E FORMA DE EXECUÇÃO

1.1. DO OBJETO: O objeto deste contrato é a **contratação de empresa para execução da Casa de Velório em Santo Antônio do Rio Verde**, com fornecimento de materiais, mão-de-obra, equipamentos e tudo o mais que se fizer bom e necessário para a execução dos serviços e em conformidade com as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência, no Projeto Básico, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Memória de Cálculo, Composição do BDI e Cronograma Físico-Financeiro, partes integrantes deste Edital

1.2. DA EXECUÇÃO: A CONTRATADA obriga-se a executar os Serviços objeto deste contrato de acordo com as prescrições e critérios técnicos vigentes, bem como a empregar, exclusivamente, materiais de primeira qualidade, obrigando-se ainda:

1.2.1. Observar e cumprir às normas, recomendações, e a orientações da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, inclusive a NBR 9050 e Lei Federal 10.098/2000, quanto a acessibilidade.

1.2.2. Responsabilizar-se por dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas Municipais, Estaduais e Federais, atuais ou não, sem qualquer direito regressivo em relação ao CONTRATANTE.

1.2.3. Regularizar perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA/GO e Arquitetura - CAU/GO, e outros órgãos, este contrato conforme determina a Lei nº 5.194 de 21 de dezembro de 1966, Resolução do CONFEA nº 104 de 22 de maio de 1970, bem como, junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

1.2.4. Manter em regime de tempo integral, um engenheiro civil no canteiro de obras, com poder de decisão.

1.2.5. A CONTRATADA, por imperativo de segurança, obriga-se a promover a sinalização da obra, com iluminação para o período noturno (se for o caso), colocando nos locais dos trabalhos, a partir do dia em que estes forem iniciados, painéis e cavaletes de acordo com o modelo aprovado pelo CONTRATANTE.

1.2.6. Ao iniciar os Serviços, a CONTRATADA deverá afixar no canteiro de obra, placa alusiva à mesma, com as dimensões, dizeres e símbolos a serem fornecidos pelo CONTRATANTE, de acordo com os modelos adotados pela **PREFEITURA DE CATALÃO**, que deverá ser afixada em local apropriado, enquanto durar a execução dos serviços.

1.2.7. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, os Serviços que se verificarem defeituosos ou incorretos, resultantes da execução ou dos materiais empregados na obra.

1.2.8. A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

1.2.9. Ao término dos Serviços os locais deverão apresentar-se limpos e desimpedidos.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO

2.1. A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

2.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

2.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.4. O fiscal do contrato anotará em Diário de obra todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários

eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis, inclusive a sustação de pagamento de faturas em caso de inobservância de qualquer exigência quanto ao cumprimento do contrato.

2.5. A fiscalização das entregas será feita pelo servidor nomeado Gestor do Contrato, o **Sr. RODRIGO KOGAWA**, brasileiro, servidor público municipal comissionado, sendo responsável pela fiscalização e o acompanhamento do mesmo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

3.1. Os bens/serviços serão recebidos:

- a) Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.
- b) Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 30 (trinta) dias do recebimento provisório.

3.2. Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

3.3. O recebimento de material/serviço é de inteira responsabilidade do GESTOR do contrato, a ser indicado mediante Portaria Municipal a ser oportunamente anexada ao procedimento licitatório.

4. CLÁUSULA QUARTA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, VALOR DO CONTRATO E REAJUSTAMENTO

4.1. **PREÇO:** Pela execução dos Serviços objeto deste contrato, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os valores unitários constantes de sua Proposta de Preços, mediante medições mensais.

4.2. Nos preços unitários estão incluídas todas as despesas pertinentes à execução da Obra e Serviços, tais como: materiais colocados na obra, transporte, equipamentos, sondagens, mão-de-obra especializada ou não, encargos fiscais, trabalhistas, leis sociais, previdenciários e de segurança do trabalho, ferramentas, seguros, todos os tributos incidentes e demais encargos, inclusive benefícios, taxa de administração e lucro, enfim todos os custos diretos e indiretos, mesmo os não especificados, necessários à execução completa da obra.

4.2.1. A CONTRATADA deverá anexar junto com a primeira medição a **Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da obra**, via do CONTRATANTE.

4.2.2. A CONTRATADA deverá anexar junto com a última medição a Certidão Negativa de Débito (CND) do INSS, CRF/FGTS e CNDT (Certidão de Débitos Trabalhistas), pela execução da obra deste contrato.

4.2.3. Os valores das medições serão obtidos mediante a aplicação da quantidade de Serviços efetivamente executados, multiplicada pelos preços unitários constantes da Proposta de Preços da CONTRATADA.

4.2.4. Uma vez realizada a medição, devidamente assinada, datada e aprovada pela Fiscalização, à mesma será paga pela Prefeitura.

4.2.5. Sobre os valores das faturas não quitadas nas datas de seus respectivos vencimentos, serão acrescidos juros de mora à base de 0,5% (meio por cento) ao mês, desde a data limite do vencimento da obrigação até o seu efetivo pagamento, proporcionalmente aos dias de atraso.

4.2.6. Constatando-se Serviços ou trabalhos defeituosos apurados pela fiscalização do CONTRATANTE, esta poderá glosar os seus valores, descontando-os no pagamento de fatura apresentada no mês da constatação, sem com isso prejudicar os procedimentos relativos aos valores já devidos.

4.3. DA FORMA DE PAGAMENTO: O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços efetivamente contratados e executados, através de boletins de medições devidamente atestados por engenheiro responsável da PREFEITURA.

4.3.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.

4.4. DO VALOR DO CONTRATO: Estima-se o valor total deste contrato em **R\$** _____ (_____), referidos ao mês base de _____ / _____.

4.5. DO REAJUSTAMENTO: Os preços unitários contratuais somente poderão ser reajustados nos termos da legislação vigente.

4.5.1. Caso, durante a vigência deste contrato, venham a ser criados dispositivos legais que permitam o reajustamento de preços, tais disposições serão objeto de aditamento contratual.

4.5.2. Diante de permissivo legal, os preços contratuais serão reajustados pelos índices da Fundação Getúlio Vargas, publicadas na Revista Conjuntura Econômica, Custo Nacional da Construção Civil e Obras Públicas, para obras assemelhadas ao objeto do presente contrato, ou outros índices que vierem a substituí-los, tudo conforme a legislação própria, observada a seguinte fórmula:

$$R = [(I_i - I_o) / I_o] \times V, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajustamento por item de Serviços;

I_i = Índice de reajustamento correspondente ao mês anterior da medição dos Serviços;

I_o = Índice de reajustamento que corresponde ao mês anterior da apresentação da Proposta;

V = Valor da medição em Real.

4.5.3. Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, conforme § 6º, art. 65 da Lei 8.666/93.

4.5.4. Os pagamentos decorrentes de atualizações financeiras, não dependerão de Termo Aditivo.

4.5.5. As faturas de atualizações financeiras deverão ser apresentadas em separado da fatura mensal de Serviços e seguirão os mesmos prazos estabelecidos para estas.

4.5.6. As faturas de atualizações financeiras de preços deverão conter no seu histórico os índices de cálculo.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. A execução dos serviços objeto deste Instrumento deverá ocorrer no Município de Santo Antônio do Rio Verde, localizado na Rua Matriz, Qd.19, Lt.01 – Santo Antônio do Rio Verde – Catalão-Go, cujo prazo de execução não poderá exceder a 07(sete) meses, contados após a emissão da "Primeira Ordem de Serviço".

6. CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

6.1. **PRAZO:** O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados após a emissão da "Primeira Ordem de Serviço".

6.2. **PRORROGAÇÃO:** Durante a vigência deste, o prazo previsto para a execução da obra poderá ser prorrogado, através de Termo Aditivo, por solicitação da CONTRATADA e a critério do CONTRATANTE, se verificado e comprovado alguns dos seguintes motivos:

- a) Calamidade pública;
- b) Acidente na obra que avarie, temporariamente, alguma parte executada, uma vez provado que o acidente não decorreu de culpa da CONTRATADA;
- c) Chuvas copiosas e suas consequências;
- d) Ato ou fato oriundo da Administração do CONTRATANTE;
- e) Outros casos previstos no § 1º, art. 57 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

6.2.1. No caso previsto da alínea “d” do item anterior, o ato ou fato, deverá ser notificado à CONTRATADA, mediante documento expedido pelo CONTRATANTE.

6.2.2. Nos casos previstos nas alíneas “a”, “b”, “c”, “e” do item 6.2, a inevitabilidade do fato, a absoluta ausência da culpa da CONTRATADA, a relação direta de causa e efeito, entre o fato alegado e o atraso na execução dos Serviços contratados, deverão ser comprovados, documentalmente, pela CONTRATADA, para apreciação preliminar pela Procuradoria Jurídica da PREFEITURA MUNICIPAL DE CATALÃO, e posterior decisão do CONTRATANTE.

6.2.3. O requerimento da CONTRATADA, nos casos acima mencionados, deverá ser protocolado em prazo não superior a **10 (dez) dias** corridos da data do ato, fato ou evento ale-

gado como causa do pedido de prorrogação. A comprovação de tempestividade do requerimento de que trata o assunto, deverá ser feita, através do Recibo de Protocolo do CONTRATANTE.

6.2.4. Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pelo CONTRATANTE.

7. CLÁUSULA SETIMA - DO ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO DE SERVIÇOS

7.1. No decorrer da execução dos Serviços poderão ocorrer variações para mais ou para menos nas quantidades, visando economia da obra ou solução técnica recomendável, ficando mantidos os preços unitários quaisquer que sejam estas variações em cada item, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor inicial do contrato, atualizado consoante prevê o § 1º, inciso II, art. 65 da Lei 8.666/93.

7.2. Qualquer acréscimo ou supressão no valor inicial do contrato será efetuado, mediante Ordem Serviços especificada em aditamento contratual.

7.3. Caso venham surgir no decorrer da obra determinados Serviços que não tenham sido previstos, o seu preço unitário será definido pela CONTRATADA e aprovado pelo CONTRATANTE.

7.4. Nenhuma alteração e/ou modificação de forma, qualidade ou quantidade de Serviços, poderá ser feita pela CONTRATADA, sem expressa anuência do CONTRATANTE.

8. CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS FINANCEIROS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. Os recursos financeiros para pagamento dos encargos referentes a esta licitação são oriundos do Tesouro Municipal, alocados no Orçamento vigente, na seguinte dotação orçamentária: **01.3019.15.541.4020.1633 - 449051** – Reforma e Ampliação de Prédios e Logradouros Públicos.

9. CLÁUSULA NONA - DAS MULTAS E DAS PENALIDADES

9.1. **DAS MULTAS:** A multa contratual será calculada pela fórmula:

$$M = 0,02 \times (V/P), \text{ onde:}$$

M = Valor da multa em real;

V = Valor do contrato, em reais, reajustado e/ou atualizado monetariamente, se assim a lei o permitir;

P = Prazo de execução em dias.

9.1.1. Aplicável por dia de atraso consecutivo que exceder o prazo para conclusão das etapas parciais ou término dos Serviços referentes à obra.

9.1.2. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, se houver, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

9.1.3. A multa aplicada não impede que o CONTRATANTE rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas neste contrato.

9.2. **DAS PENALIDADES:** Pela inexecução total ou parcial do contrato além da aplicação da multa prevista no item 9.1 desta cláusula, poderá o CONTRATANTE, garantida prévia defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, em processo administrativo, aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades:

9.2.1. Advertência;

9.2.2. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CONTRATANTE.

9.2.2.1. Por 06 (seis) meses - quando incidir 02 (duas) vezes em atraso de obra ou Serviços que lhe tenham sido adjudicados, através de licitação;

9.2.2.2. Por 01 (um) ano - quando a CONTRATADA empregar material e/ou fornecer obras e Serviços de qualidade inferior ou diferente das especificações exigidas pelo CONTRATANTE;

9.2.2.3. Por até 02 (dois) anos - nos casos em que a inadimplência acarretar graves prejuízos o CONTRATANTE.

9.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o CONTRATANTE, considerando para tanto, reincidência de faltas, a sua natureza e a sua gravidade. O ato de declaração de inidoneidade será proferido pelo Senhor Prefeito e publicado no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir o CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e, após, decorrido o prazo de sanção aplicada com base no item 9.2.2, desta cláusula, a reabilitação poderá ser requerida após decorridos 02 (dois) anos de sua aplicação.

9.2.3.1. A sanção aplicada conforme item 9.2.3, será apurada em processo administrativo próprio, sendo concedido à CONTRATADA o prazo de 10 (dez) dias de sua intimação para defesa.

9.2.4. As sanções previstas nos itens 9.2.2 e 9.2.3, poderão ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que em razão deste contrato:

9.2.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo;

9.2.4.2. Demonstrarem, não possuir idoneidade para contratar com o CONTRATANTE, em virtude de atos ilícitos praticados.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1. O presente contrato poderá ser rescindido pelo CONTRATANTE, através de interpelação extrajudicial, sem que a CONTRATADA tenha direito a qualquer indenização quando:

10.1.1. Não cumprir quaisquer das cláusulas contratuais, especificações, planilhas e prazos;

10.1.2. Cumprir irregularmente as cláusulas contratuais, especificações, planilhas e prazos;

10.1.3. A lentidão do seu cumprimento, levando o CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade de conclusão da obra no prazo estipulado;

10.1.4. O atraso injustificado no início da obra;

10.1.5. A paralisação da obra, sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE;

10.1.6. A subcontratação total ou parcial do objeto contratual, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem a prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;

10.1.7. O desatendimento às determinações regulares da Fiscalização;

10.1.8. O cometimento reiterado de faltas na execução deste contrato, devidamente consignada no Diário de Obra;

10.1.9. A decretação de falência da CONTRATADA, ou a instauração de insolvência civil ou dissolução da Sociedade;

10.1.10. A alteração social ou modificação da finalidade ou de estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do contrato;

10.1.11. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo CONTRATANTE, constantes do processo licitatório que deu origem ao presente;

10.1.12. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

10.2. Os casos de rescisão previstos nos subitens 10.1.1 a 10.1.12 desta cláusula acarretarão as consequências previstas no art. 80 da Lei Federal 8.666/93, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato.

10.3. O contrato poderá também ser rescindido, sendo devido à CONTRATADA:

a) a devolução da garantia, se houver;

- b) os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;
- c) o pagamento do custo de desmobilização e o ressarcimento dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, desde que não tenha concorrido com culpa direta ou indireta, nos seguintes casos:

10.3.1. Quando o CONTRATANTE suprimir os serviços além do limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato;

10.3.2. Quando o CONTRATANTE, mediante ordem escrita, suspender a execução do contrato, por prazo superior a 30 (trinta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, sendo facultado à CONTRATADA optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação.

10.4. O presente contrato poderá ainda ser rescindido por mútuo acordo, atendida a conveniência do CONTRATANTE, mediante autorização expressa e fundamentada do CONTRATANTE, tendo a CONTRATADA direito de receber o valor dos serviços executados, constante de medição rescisória.

10.5. O CONTRATANTE reserva-se o direito de, no caso do não cumprimento do contrato a contento, transferi-lo a terceiros ou à segunda colocada no processo licitatório, ou ainda, executá-lo através da Prefeitura, sem que à CONTRATADA caiba qualquer recurso judicial ou extrajudicial.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA PARA CONTRATAR

11.1. Será exigida a prestação de garantia para execução do objeto, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, ofertada em garantia da manutenção da proposta, podendo a CONTRATADA optar por uma das modalidades contidas no caput e § 1º do art. 56 da Lei 8.666/93.

11.2. A garantia de que trata o subitem 11.1 será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO DO CONTRATO

12.1. O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas aqui avençadas e observados os termos do edital e a legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial, na forma do Edital.

12.2. A fiscalização das entregas será feita pelo servidor nomeado Gestor do Contrato, o Sr. RODRIGO KOGAWA, brasileiro, servidor público municipal comissionado, sendo responsável pela fiscalização e o acompanhamento do mesmo.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. A Contratante obriga-se a:

- A) Receber provisoriamente o objeto, disponibilizando local, data e horário;
- B) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- C) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- D) Devolver o produto caso não atenda as exigências do contrato, devendo a contratada fazer a respectiva reposição;
- E) Efetuar o pagamento no prazo previsto no contrato.
- F) Receber definitivamente o objeto, disponibilizando local, data e horário;

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1.A Contratada obriga-se a:

- A) Manter arquivo completo e atualizado de toda documentação e ocorrências da obra (contrato, projetos, diário de obras, medições de serviços e outros pertinentes);
- B) Os bens/serviços devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário e/ou memorial descritivo;
- C) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- D) O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, imediatamente o produto com avarias ou defeitos;
- E) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
- F) Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- G) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- H) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições expressamente autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
- I) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, carretos, carga, descarga, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
- J) Transportar o produto em veículo apropriado, permitindo a conservação e obedecendo as normas vigentes. Repor, às suas expensas, no todo ou em parte, o produto que não atender as exigências do contrato;

K) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à administração pública ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à Fiscalização ou acompanhamento pelo Contratante.

L) Zelar e manter o canteiro de Obras, atender as legislações pertinentes no que se diz respeito a Fiscalização de órgãos Municipais, Estaduais e Federais.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

15.1. Caberá ao CONTRATANTE providenciar o cadastramento deste contrato no site do TCM-GO, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da sua publicação oficial, nos termos da Instrução Normativa - IN nº 00009/2015.

15.2. Caberá, ainda, ao CONTRATANTE, providenciar a publicação do extrato do presente contrato no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal, meio oficial de comunicação, publicidade e divulgação dos atos normativos e administrativos do Município de Catalão (art. 118 da Lei Orgânica do Município), bem como nos meios pelos quais se deram a publicação do Aviso do Edital, conforme disposto no art. 61, parágrafo único da Lei 8.666/93 e no portal do Município de Catalão - GO (site internet - www.catalao.go.gov.br), em atendimento a Lei nº 12.527/11.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS GENERALIDADES

16.1. Qualquer irregularidade constatada pela CONTRATADA, que apresente incompatibilidade de elementos técnicos fornecidos pelo CONTRATANTE, com a execução da obra a ser CONTRATADA, deverá ser comunicada por escrito ao CONTRATANTE, antes da assinatura do contrato, em consonância com o disposto no art. 618 do Código Civil Brasileiro.

16.2. Sob nenhum pretexto o CONTRATANTE pagará indenização de danos causados por enchentes ou qualquer outro agente físico da natureza. Neste caso, a CONTRATADA deverá precaver-se contra risco, através de seguro específico ou de outra forma que julgar de sua conveniência.

16.3. Não serão indenizadas pelo CONTRATANTE quaisquer despesas decorrentes de mobilização e desmobilização de pessoal e equipamentos, bem como de instalações e retirada de canteiro, exceto os casos previstos no item 10.3 deste contrato.

16.4. O contrato não poderá ser transferido ou cedido a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.

16.5. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA os danos a que vier causar a terceiros, na execução deste pacto, respondendo unilateralmente em toda a sua plenitude pelos mesmos.

16.6. É de inteira responsabilidade do CONTRATANTE o remanejamento, desapropriações e/ou indenizações aos munícipes que forem atingidos pelas obras.

16.7. Para solução dos casos omissos, serão utilizadas subsidiariamente as normas do Código Civil Brasileiro.

16.8. É parte integrante do presente contrato:

16.8.1. Proposta de Preços da CONTRATADA;

16.8.2. EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2018;

16.8.3. Projeto de Arquitetura e demais projetos complementares;

16.8.4. Planilha Orçamentária e Cronograma Físico-Financeiro da CONTRATADA.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. Elege-se o Foro da Comarca de Catalão - GO, para dirimir todas as questões emergentes deste contrato, que não puderam ser dirimidas em sede administrativa, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas, combinadas e contratadas, assinam este instrumento as partes, por seus representantes, na presença das testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Catalão - GO, _____ de _____ de 2018

LEONARDO MARTINS
Secretário Municipal de Obras
CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1) _____

Nome:

CPF:

2) _____

Nome:

CPF:

ANEXO XV

(Modelo) - DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA DE VISITA TÉCNICA

A empresa _____,
inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante
legal, o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de
Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, abrir
mão da VISITA TÉCNICA ao local da execução da obra, conforme dispõe o edital da licitação
em referência.

Declaramos, ainda, sob as penalidades da lei, de que temos pleno
conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos,
assumindo total responsabilidade por esse fato e informamos que não utilizaremos para
qualquer questionamento futuro que ensejam avenças técnicas ou financeiras, isentando
o Município de Catalão, de qualquer reclamação e/ou reivindicação de nossa parte.

_____, ____ de _____ de 2018.

Representante Legal da empresa

Ou

Responsável da empresa